

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E**  
**LITERÁRIOS EM INGLÊS**

## **O Poder das Idéias**

As Traduções com Objetivos Políticos de Carlos Lacerda

Eliane Euzébio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos e Literários em Língua Inglesa, do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

**Orientador: John Milton**

**São Paulo**

**2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E**  
**LITERÁRIOS EM INGLÊS**

## **O Poder das Idéias**

As Traduções com Objetivos Políticos de Carlos Lacerda

Eliane Euzébio

**São Paulo**

**2007**

**Banca examinadora**

---

---

---

---

---

**Data da defesa**

---

## Agradecimentos

Esta tese não teria sido concluída sem a colaboração de algumas pessoas que me acompanharam nos últimos três anos e meio. Gostaria de agradecer a todas elas pelas críticas e sugestões, pelo constante incentivo e apoio e pela enorme paciência. São elas: o Professor John Milton, por sua amizade, confiança e acompanhamento, elementos essenciais para que eu pudesse concluir este trabalho; aos Professores Jorge Grespan (DH-USP) e Irene Hirsch (UFOP-MG), pelo estímulo, orientação e sugestões feitas durante o processo do Exame de Qualificação; as Professoras Stela E. O. Tagnin (DLM-USP), Deusa Maria de Souza-Pinheiro Passos (DLM-USP), Anna Maria Carmagnani (DLM-USP) e Lenita Maria Rimoli Esteves (DLM-USP) pelas valiosas orientações durante os cursos de pós-graduação na USP; aos prezados amigos do Rio de Janeiro – especialmente o jornalista Antonio Vivaldo Azevedo, do Centro Cultural Carlos Lacerda, por sua disposição em providenciar e enviar todo material de que necessitei; a Sóstenes Pernambuco Pires Barros *in memoriam*, que me forneceu material iconográfico de Carlos Lacerda; a Sebastião Lacerda por conceder-me uma entrevista muito elucidativa e agradável; a Túlio Vieira da Costa, da Fundação 18 de março, por fornecer fontes importantes para minha pesquisa ao enviar-me livros da Editora Universidade de Brasília; a Hamilton Nogueira da diretoria da Fundação Universidade de Brasília (Biblioteca Central) que me atendeu, providenciou e enviou cópias de toda documentação por mim solicitada; aos colegas pós-graduandos da USP – especialmente Glasfira Antas, Maria Teresa Quirino, Maria Helena Luchesi, Glauco Roberti, Kátia Hanna, pelo companheirismo, sugestões e apoio constante em várias etapas deste trabalho.

Gostaria de agradecer às minhas filhas Fernanda e Flávia por compreenderem a minha ausência e mesmo assim serem carinhosas e prestativas; aos meus pais que me ajudaram com os recursos necessários para o término da pesquisa. Agradeço em especial a Alípio Correia de Franca Neto pela paciência que sempre dispôs a discutir comigo pontos relevantes, pelas indicações bibliográficas, pelo empréstimo de livros, revistas e artigos importantes, pelo carinho, apoio, incentivo e revisão deste trabalho; a Telma Franco pelas sugestões e revisão final desta dissertação.

Dedico este estudo às minhas filhas, Fernanda e Flávia, aos meus pais, Natalino e Maria, e ao meu companheiro Alípio Correia de Franca Neto.

## Resumo

Em nossa dissertação de mestrado, realizamos uma pesquisa em torno de algumas obras que o político-tradutor Carlos Lacerda (1914-1977) selecionou para traduzir, das intenções políticas que lhe nortearam a escolha dos títulos e as traduções propriamente ditas, mas também em torno de como ele manipulava a obra traduzida para atingir seus objetivos políticos.

A proposta tem como centro de abordagem análises das traduções *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Suzanne Labin, *Júlio César*, de William Shakespeare e *O triunfo*, de John Kenneth Galbraith, todas levadas a efeito por Lacerda. Nelas, procura-se destacar os expedientes por meio do que Lacerda, estando engajado politicamente, tentava manipular ideologicamente o leitor. Além da escolha propriamente dita de obras que a seu ver poderiam servir para lançar luzes sobre a situação política do Brasil, Lacerda se valia fundamentalmente do material paratextual dos livros em questão para difundir suas próprias idéias políticas. Em nossa pesquisa, além do exame dessas traduções, procederemos a uma descrição das formas pelas quais as suas traduções eram usadas para fins políticos, procurando destacar as analogias por ele estabelecidas no material paratextual de suas traduções.

As estratégias de tradução utilizadas por Lacerda serão analisadas à luz de algumas teorias desenvolvidas por Maria Tymoczko, e de outros teóricos da tradução. Para analisar questões referentes ao paratexto, recorreremos às considerações desenvolvidas por Gerard Genette em seu livro *Seuils*.

Na Introdução de nossa pesquisa, apresenta-se o tema das relações entre tradução e política, por meio de teóricos da tradução e do exemplo de tradutores que ao longo da história se valeram de traduções com objetivos políticos. No Capítulo 1, são fornecidos dados importantes da vida do político-tradutor Carlos Lacerda, e são descritas suas carreiras jornalística, política, de escritor e de tradutor, atividades que Lacerda desempenhava simultaneamente. Faz-se referência a sua atividade de editor e empresário, relacionada diretamente a seu trabalho tradutório. Esse breve relato visa sobretudo

aquilatar as motivações de Lacerda em seu trabalho de tradutor, derivadas diretamente do clima político em sucessivas épocas, mostrar os interesses políticos que ele nutria e o papel decisivo que teve em momentos cruciais da história do Brasil. Com isso, pretende-se lançar luzes sobre o momento e as circunstâncias históricas em que ele desenvolveu sua ação política, paralelamente a seu trabalho prolífico no campo da tradução.

Os capítulos 2, 3 e 4 envolvem as análises das traduções aludidas, concentrando-se no tratamento que lhes dispensou o tradutor-político na tradução e na edição das obras, ressaltando os elementos da ideologia política implícitos nelas.

## Abstract

This dissertation studies a number of the translations of the politician and translator Carlos Lacerda (1914-1977), concentrating on the political intentions behind the translation and also the ways in which he manipulated the translated work in order to achieve his political aims.

The study, in which I emphasize the ways in which Lacerda attempted to ideologically manipulate the reader, focuses on Lacerda's translations of *Il est Moins Cinq* (*Em cima da hora: a conquista sem guerra*), by Suzanne Labin, *Julius Caesar* (*Júlio César*), by William Shakespeare and *The Triumph* (*O triunfo*), by John Kenneth Galbraith. In addition to initially choosing a work to translate which would reflect the Brazilian situation, Lacerda uses paratexts such as footnotes and postfaces to spread his own political views. The dissertation will stress the importance of these paratexts in and link them to Lacerda's critique of the contemporary situation in Brazil.

The main theoretical support for the dissertation is taken from the theories of Maria Tymoczko on historical translation studies and Gerard Genette's work on paratexts.

The Introduction examines links between translation and politics, describing pertinent theories and translators who have made translations with political aims. Chapter 1 provides important biographical details of Carlos Lacerda, describing his careers in journalism, politics, writing and translating - all of which he worked on at the same time. He also started up the Nova Fronteira publishing house, which published his translations. This chapter shows how political events motivated his translations and led him to play a key role in a number of decisive events

Chapters 2, 3 and 4 analyze the translations of the works mentioned above, again paying attention to the importance of the work chosen and the paratexts.

# SUMÁRIO

**AGRADECIMENTOS**

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**INTRODUÇÃO: TRADUÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO**

**CAPÍTULO I: DE TRADUTOR POLÍTICO A POLÍTICO TRADUTOR: UM ESCORÇO BIOGRÁFICO**

**CAPÍTULO II: *EM CIMA DA HORA*: A TRADUÇÃO COMO VEÍCULO DE MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA**

**CAPÍTULO III: A TRADUÇÃO DE *JÚLIO CÉSAR***

**CAPÍTULO IV: *O TRIUNFO*: ALEGORIA COMO ARMA**

**CONCLUSÃO**

**APÊNDICE 1: OS LIVROS ESCRITOS POR CARLOS LACERDA**

**APÊNDICE 2: AS CAPAS DE *IL EST MOINS CINQ*, *EM CIMA DA HORA*: A CONQUISTA SEM GUERRA E *O TRIUNFO*.**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>4</b>
<b>RESUMO</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO: TRADUÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: DE POLÍTICO TRADUTOR A TRADUTOR POLÍTICO: UM ESCORÇO BIOGRÁFICO</b>	<b>23</b>
<b>O Jornalismo: a Ponte Rumo ao Processo Político Nacional</b>	<b>33</b>
<b>A Política: Um Meio de Chegar ao Poder</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 2: <i>EM CIMA DA HORA</i>: A TRADUÇÃO COMO VEÍCULO DE MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA</b>	<b>53</b>
<b>O Paratexto Segundo Genette</b>	<b>56</b>
<b>Labin e o Anticomunismo</b>	<b>58</b>
<b>A Perseguição a Goulart</b>	<b>59</b>
<b>A Capa de <i>Em Cima da Hora: a Conquista sem Guerra</i></b>	<b>63</b>
<b>A Apresentação e o Prefácio de <i>Em Cima da Hora</i></b>	<b>64</b>
<b>Os Acréscimos e Omissões da Edição</b>	<b>68</b>
<b>As Notas a <i>Em Cima da Hora</i></b>	<b>70</b>

<b>CAPÍTULO 3: A TRADUÇÃO DE JÚLIO CÉSAR</b>	<b>76</b>
A Força Retórica da <i>Carta Testamento</i>	78
Os Destronamentos	84
O Paratexto de <i>Júlio César</i>	86
A Gravação de <i>Júlio César</i>	87
A Publicação de <i>Júlio César</i>	89
As Críticas a <i>Júlio César</i>	90
<b>CAPÍTULO 4: O TRIUNFO: ALEGORIA COMO ARMA</b>	<b>94</b>
John Kenneth Galbraith e <i>O Triunfo</i>	103
O Paratexto de <i>O Triunfo</i> : A Capa, As Orelhas e a Quarta Capa	107
O Paratexto de <i>O Triunfo</i> : O Posfácio	109
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE 1: OS LIVROS ESCRITOS POR CARLOS LACERDA</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE 2: AS CAPAS DE IL EST MOIN CINQ, EM CIMA DA HORA: A CONQUISTA SEM GUERRA E O TRIUNFO.</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>122</b>

# INTRODUÇÃO

## Tradução e Engajamento Político

Em seu *Os tradutores na história*, Jean Delisle e Judith Woodsworth (1998), num capítulo intitulado “Os tradutores e o poder”, aludem à idéia um tanto generalizada do tradutor como alguém na maioria das vezes a serviço dos poderes existentes, “particularmente se esses poderes remuneram seu trabalho”. O *droit à la parole* de que dispõem os tradutores, escrevem eles,

[...] é, afinal, o direito de transmitir as idéias de outra pessoa para beneficiar um terceiro; e ele está obrigado à confiabilidade, a guardar os segredos oficiais e a estar disponível para repetir seu desempenho. [...] só por delegação os tradutores têm algum poder e somente enquanto merecem confiança. (DELISLE, 1998, p.143).

Desse ponto de vista, os tradutores seriam apenas “os intérpretes do poder”, poder que determinaria a tradução ou, pelo menos, a controlaria. Por outro lado, prosseguem os autores, “a dinâmica do poder e da coerção raras vezes têm a simplicidade que aparenta”, e o poder, como disse Michel Foucault, é capaz de “assumir uma variedade de formas”. (DELISLE, 1998). Em um livro que procura rastrear em ampla escala a participação dos tradutores na propagação das religiões, da difusão do conhecimento e de valores culturais no Ocidente e no Oriente, Jean Deslile e Judith Woodsworth compreendem a tradução como uma atividade se exercendo em meio às disputas de poder na sociedade, participando desse jogo, e se esforçam para desmerecer a visão simplificadora do tradutor como mero “intérprete do poder” ao mencionar um sem-número de casos em que tradutores chegaram a violar normas sociais em virtude do uso que fizeram do poder delegado, e de lhes ter sido permitida uma autoridade maior do que comumente lhes é concedida.

Na verdade, sabe-se que essa visão se liga a um interesse cada vez maior por parte dos teóricos da tradução quanto às possibilidades de se usar a tradução com objetivos políticos ou componentes ativistas. Uma breve amostra de teóricos que vêm-se ocupando nas últimas décadas das relações do engajamento político com a tradução destacaria nomes

como o de Susan Bassnett (1990), Shery Simon e principalmente Lawrence Venuti (1992), autor de *The Translator's Invisibility* [A Invisibilidade do Tradutor], que, como é de conhecimento geral, vem desenvolvendo sistematicamente teorias sobre o assunto. Dentre os teóricos mais eminentes a se valer dessa abordagem, Maria Tymoczko (2000) – aliás, uma crítica severa de Venuti –, em um ensaio intitulado “Translation and Political Engagement: Activism, Social Change and the Role of Translation in Geopolitical Shifts” [“Tradução e engajamento político: ativismo, mudança social e função da tradução nas mudanças geopolíticas”], parece realizar uma síntese de idéias que constituem as bases de sua teoria e que se acham dispersas em outros escritos, particularmente no livro *Translation in a Postcolonial Context* (1999) [A Tradução em um Contexto Pós-colonial], idéias que, para nossos propósitos, convém repassar aqui.

Principiando seu ensaio com uma referência a uma formulação de Edward Said (1994) em seu *Culture and Imperialism* [Cultura e Imperialismo] segundo a qual as narrativas criam “estruturas de sentimento”, estruturas que por sua vez “amparam, elaboram e consolidam a prática do império”, Maria Tymoczko chama a atenção para o fato de que a obra de Edward Said registra a resistência e as estruturas alternativas de sentimento criadas no interior das culturas dominadas a fim de se contrapor às práticas do “império” – resistência aliás que foi a característica de muitos movimentos nacionalistas que irromperam em diversas partes do mundo durante o século XX. Desse ângulo, para Tymoczko, não só as culturas dominantes acabam por criar imagens do passado para “fomentar suas práticas de poder no presente” (TYMOCZKO, 2000, p.23), mas também as culturas colonizadas criam imagens do passado a fim de aumentar sua resistência ideológica. Ainda segundo a autora, essas imagens são muitas vezes “manipulações do passado”, estruturas simplificadas, embora constituam expedientes eficazes para “[...] promover a união de povos oprimidos e lhes conferir certa consciência de seu próprio potencial para a autodeterminação.” (TYMOCZKO, 2000, p.23). Dessa maneira, a tradução seria um meio de criar essas “imagens do passado” ou mesmo de recriar “estruturas de sentimento”, e é possível identificar a função da tradução em um cenário colonial ou neocolonial à “formação de construções culturais” que vêm preencher “lacunas causadas pela mudança lingüística ou por uma política multilingüística.” (TYMOCZKO, 2000, p. 24).

Voltando seus argumentos ao sentido ou informação presentes em uma tradução, ela afirma que, em um texto-fonte, o primeiro é invariavelmente “sobredeterminado”, e a segunda, sempre “mais ampla do que uma tradução é capaz de transmitir”, acrescentando que “a língua e a cultura de chegada acarretam características obrigatórias que limitam as

possibilidades da tradução” ao mesmo tempo que dilatam seus sentidos em outras direções que não correspondem necessariamente às dos textos-fonte. Por causa disso, Tymoczko tece considerações acerca dessa “parcialidade” implícita no ato tradutório que é necessário citar mais extensamente.

A propósito da limitação das possibilidades da tradução e de suas naturais diferenças e dilatação de sentido em comparação com o texto-fonte, a teórica prossegue:

Em conseqüência disso, os tradutores devem fazer escolhas, selecionar aspectos ou partes de um texto para transpor e enfatizar. Essas teorias por sua vez servem para criar representações de seus textos-fonte, representações que são também parciais. Essa parcialidade não é tão-só um defeito, uma falta, nem uma ausência em uma tradução – trata-se também de um aspecto que torna o ato de tradução *partidário*: engajado e comprometido, quer implícita quer explicitamente. De fato, a parcialidade é o que diferencia as traduções das mesmas obras ou de obras semelhantes, tornando-as flexíveis e diversas, facultando-lhes *participar* da dialética do poder, do processo em andamento do discurso político e das estratégias para a mudança social. Essas representações e compromissos são evidentes a partir da análise das escolhas por parte dos tradutores – palavra por palavra, página por página, texto por texto – e não raro são também passíveis de ser demonstradas nos materiais paratextuais que envolvem as traduções, incluindo introduções, notas de rodapé, resenhas, crítica literária e assim sucessivamente. (TYMOCZKO, 2000, p.24, tradução nossa).

Na verdade, como diz a autora, é justamente essa qualidade “partidária” da tradução que a torna também “política”; mas é preciso lembrar que a relação entre “tradução e política” aqui não diz respeito propriamente à orientação ideológica do tradutor ou de uma tradução, tampouco a algum tipo específico de literatura engajada, em particular ao que se produziu logo após a Segunda Guerra Mundial. Essa relação diz respeito ao *ato tradutório em si*, à crença por parte dos tradutores de que o trabalho que realizam haverá de ter alguma influência positiva e de caráter ideológico sobre a cultura de chegada. Em seu ensaio, Maria Tymoczko (2000) lembra que não é apenas na tradução de narrativas que essa qualidade partidária está em jogo, mas na tradução de quaisquer documentos culturais importantes, como traduções de obras literárias, de leis, anais ou até mesmo de manuais técnicos.

Tenha-se em vista que, segundo essa visão, traduções são consideradas obviamente “atos da fala” (TYMOCZKO, 2000), apresentando “dimensões elocutórias e perlocutórias”, participando de movimentos sociais e eficazes na realização de mudanças sociopolíticas. Evidentemente, o que interessa aos adeptos dessas teorias são as traduções que apresentam o potencial para inspirar, testemunhar, mobilizar, até mesmo incitar à revolta, mas é um

erro supor que esse modo de encarar a tradução é exclusiva dos tempos modernos. Não é difícil perceber que, nesse sentido, no decorrer dos tempos as traduções da Bíblia, particularmente na época medieval e no começo do Renascimento, como se sabe, apresentaram semelhante engajamento ideológico. De qualquer forma, isso vale para traduções de textos religiosos de um modo geral, já que muitas vezes essas traduções foram responsáveis por grandes mudanças culturais tanto na tradição ocidental como na oriental, e acabaram por canalizar em alguns casos transformações na prática e no pensamento religioso. Por outro lado, em diversas tradições religiosas observaram-se sucessivamente atitudes conflitantes acerca da tradução de textos religiosos em particular, momentos em que novas traduções foram estimuladas ou em que algumas traduções passaram a ser alvo, por assim dizer, de uma espécie de “estagnação interpretativa”, caso em que chegaram a adquirir verdadeiro status de *original*, o que às vezes desestimulou o acesso aos textos-fonte em que essas traduções tiveram sua origem. Diga-se que tal foi o caso da *Septuaginta* em língua grega (c. 250 - 130 a.C.), que substituiu a Bíblia Hebraica e posteriormente se tornou o Velho Testamento da Bíblia cristã, até o aparecimento da Vulgata. O mesmo se observaria, por exemplo, na *King James Bible*, ou Versão Autorizada (1611), que haveria de se tornar o texto-fonte para traduções protestantes posteriores em diversas línguas não-européias. De qualquer forma, traduções dessa natureza sempre refletiram condições políticas, filosóficas e ideológicas mutáveis, ao estimular o diálogo com textos fundamentais e ao fornecer novas interpretações a públicos variados. E tanto o refletiram que, no caso da Bíblia, não foram poucas as vezes em que movimentos que promoveram sua tradução foram alvo de perseguição, e que alguns tradutores chegaram a ser aprisionados e até mesmo queimados.

A propósito de movimentos organizados que tiveram na prática tradutória uma arma contra estruturas de poder ou condições culturais opressivas, dentre os diversos casos que podem ser rastreados na história da tradução do Ocidente durante o último milênio, o da Irlanda dos finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX continua a ser um dos exemplos mais evidentes de grandes coletividades promovendo a tradução como instrumento de resistência, além de um dos mais emblemáticos dessa visão que privilegia o elemento político nas traduções.

Como se sabe, em sua longa história de país colonizado, cerca de dois séculos depois da ocupação da Irlanda por parte dos anglo-normandos em 1166, foi promulgado o estatuto de Kilkenny – a primeira lei contra a língua irlandesa – que datava de 1366 e que proibia aos ingleses o uso da língua irlandesa. É sabido que por muito tempo tal medida

continuou sem ter grandes conseqüências de ordem prática, mas, em 1537, Henrique VIII promulgou uma nova lei que por sua vez proibia os irlandeses de falar a própria língua. Mais tarde, com a efetiva conquista da Irlanda por parte dos Tudor e de Cromwell, e segundo uma política de colonização cultural mais definida e rigorosa, a diferença de língua passou a ser sinônimo de deslealdade política. Com a derrota da aristocracia gaélica nas batalhas de Kinsale (1601) e Boyne (1690), um importante sistema que patrocinava escritores profissionais da antiga ordem gaélica entrou em colapso, a literatura sendo deixada sem patronos nem leitores, e a língua, sem protetores. Pelo final do século XIX, apenas 15% da população da Irlanda falava irlandês. Em vista desse estado de coisas, no mesmo período formou-se uma onda nacionalista na Irlanda que recrudescer devido à oposição do Parlamento Britânico quanto a reconhecer uma autonomia por parte da Irlanda. Em 1890 essa onda nacionalista acabou por receber um duro golpe com a queda do líder revolucionário Charles Stewart Parnell (1846-1891), que lutara ao lado de Michael Davitt, sucedera a este na presidência da Liga Irlandesa da Terra e fora a encarnação das esperanças do povo quanto a conseguir o autogoverno para o país por meio de uma estratégia de ação parlamentar. Depois da deposição de Parnell, sentiu-se necessidade de se converter a energia política nacionalista em ação cultural, e um dos objetivos professados pelo movimento revolucionário nacionalista era acima de tudo a restauração do irlandês. Por conseguinte, a tradução para esta língua acabaria por se tornar um instrumento de restituição, de reparação da “herança literária nacional”, além de desempenhar um papel importantíssimo na literatura irlandesa do século XIX: além de promoverem a tradução de obras para o irlandês, com o intuito de fortalecer a língua-meta debilitada e abolida ao torná-la mais funcional como veículo de expressão, os irlandeses também tinham a preocupação de resgatar a riqueza da literatura do país por meio de traduções de obras irlandesas para o inglês, como parte do esforço em prol desse nacionalismo cultural. De fato, durante a luta da Irlanda por sua independência, muitas vezes e por diversos meios os tradutores, preocupados com a independência cultural da nação, empreenderam um tipo de resistência ao colonialismo britânico e a sua opressão cultural justamente por acreditar que a tradução era um meio eficaz para tanto. Desse modo, o papel da tradução como meio para o desenvolvimento de uma consciência nacional, necessariamente ligada à idéia de uma língua própria, e sobretudo para o afloramento de uma literatura nacional tornou-se algo familiar a intelectuais irlandeses preocupados com a independência cultural da Irlanda, país que, ao longo do século XX, assistiria a um grande número de iniciativas e projetos de tradução que acabaram por revelar dificuldades específicas de línguas

minoritárias, envolvendo questões de influência, competência e métodos de abordagem, identidade lingüística, autoridade e aceitação, questões que devem ser consideradas toda vez que se trata da recuperação ou do surgimento de literaturas nacionais.

A tradução como veículo de humanização e de avanço para a literatura foi também a percepção de Hasan-Âli Yücel (1897-1961)<sup>1</sup>, um dos políticos mais importantes dos primeiros anos da Era Republicana, que serviu como membro da Assembléia Nacional da Turquia durante quinze anos, oito dos quais na condição de Ministro da Educação, período que veio a ser considerado um dos mais inovadores em termos de implantação de novas políticas culturais, com reformas radicais cobrindo desde a introdução do alfabeto romano (1928), passando pela abolição da obrigatoriedade do uso do fez até a concessão do direito de voto para as mulheres.

Dentre as grandes realizações de Yücel está o estabelecimento do Departamento de Tradução, uma instituição vinda à luz em 1940 e em atividade até 1966, depois de quase um século de debates na Turquia sobre a necessidade de traduzir os clássicos ocidentais para o turco, debates iniciados no século XIX, quando os intelectuais haviam já atentado para a importância de criar um movimento planejado e sistemático de tradução, embora até às primeiras décadas do século XX as tentativas de fomentar um projeto de ocidentalização cultural por parte dos governos otomano e republicano não tivessem sido bem-sucedidas em termos de impacto e influência. Diga-se, porém, que, quando a República foi proclamada em 29 de outubro 1923, a Turquia começava a abrir uma outra página em sua história, na forma de um novo país com um nome e um sistema político diferentes. No processo de modernização que se seguiria teria parte decisiva o herói nacional Mustafa Kemal, cognominado de Atatürk, o “Pai dos Turcos”, e cuja imagem de líder ainda hoje dá a impressão de ser onipresente no país. Atatürk ganhara fama na condição de coronel otomano em Gallipoli em 1915, ao impedir o desembarque dos exércitos da Inglaterra, da Austrália e da Nova Zelândia, e foi eleito presidente após a proclamação da República. De qualquer forma, enquanto o Islã dominava todas as áreas da esfera política, cultural e econômica não só como uma religião, mas como um modo de vida, Kemal atacou o dogmatismo religioso a fim de lançar um novo programa de reforma sociocultural.

Yücel via a tradução como um veículo para o desenvolvimento literário, acreditando que fazer as gerações mais jovens terem contato com as obras literárias de

---

<sup>1</sup> Os parágrafos relativos a Hasan-Âli Yücel são lição colhida no ensaio “A Cultural Agent Against the Forces of Culture: Hasan-Âli Yücel”, constante do *Agents of Translation*, no prelo, ed. John Milton e Paul Bandia.



países ocidentais, traduzindo-as e publicando em larga escala, haveria de contribuir com a formação de um público leitor mais crítico, seletivo e ocidentalizado. Dessa maneira, o Departamento de Tradução foi estabelecido a princípio como um dos sustentáculos do projeto de modernização cultural e um dos fatores principais no surgimento de uma nova literatura na Turquia. A instituição desempenhava papel-chave no processo de formação de cânone no começo da República na Turquia, distinguindo a literatura erudita da popular e privilegiando obras que apresentassem um conteúdo “humanista” e edificante. Assim, embora uns poucos clássicos orientais lançados pelo Departamento de Tradução continuassem a agradar àqueles que sentiam a necessidade de uma ênfase maior por parte da instituição à cultura muçulmana na Turquia, não tardaram a se manifestar vozes dissidentes e críticas da política cultural promovida pelo Departamento, que a essas vozes dava a impressão de estar negligenciando a literatura oriental. Yücel e muitos intelectuais da época, porém, estavam convencidos de que a Turquia – país para o qual a Europa à época se afigurava modelar em muitos aspectos – só teria condições de se desenvolver se lançasse mão de métodos e recursos ocidentais, e a “ocidentalização”, conjugada a certo espírito nacionalista, aos seus olhos constituía não um paradoxo, mas um expediente perfeitamente legítimo para que o país se tornasse mais autêntico e “nacional”, ao mesmo tempo em que consolidava uma percepção comum da cultura e da civilização como um todo. Em um discurso pronunciado por Yücel em 1941, por ocasião da primeira cerimônia de graduação do Conservatório do Estado, ele afirma:

O autor pode não ser um de nós, o compositor pode pertencer a uma outra nacionalidade; no entanto, somos os que entendem e executam essas palavras e sons. Portanto, as peças e óperas realizadas pelo Conservatório do Estado são nossas; são turcas e nacionais.<sup>2</sup>

[...] a primeira compreensão e sentimento do espírito de humanismo começam com a adoção de obras de arte, que são a expressão mais concreta da existência humana. Entre as formas de arte, a literatura é a mais rica em termos de elementos intelectuais dessa expressão. Portanto, quando uma nação repete as literaturas de outras nações em sua própria língua, ou de preferência em sua própria concepção, ela cria, revive e recria seu intelecto e poder de compreensão. Eis por que consideramos a tradução como uma atividade tão importante e influente para nossa missão.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Conferir nota 1.

<sup>3</sup> Conferir nota 1.

Mas não é preciso ir muito longe para buscar exemplos – que se poderiam multiplicar em qualquer exame aprofundado das traduções no mundo todo e no decorrer dos tempos – do uso da tradução com objetivos políticos. Entre nós, há registros de diversas tentativas isoladas ou mesmo de movimentos organizados que de uma forma ou de outra procederam dessa forma.

Só para ficarmos com alguns, não podemos esquecer que, já nos séculos XVI e XVII, a tradução por escrito era uma atividade freqüente entre os missionários chegados ao Brasil. Tendo como empresa pedagógica a catequese dos indígenas – a fim de torná-los socialmente úteis e convertê-los ao cristianismo –, e também a educação dos brancos, esses missionários muitas vezes traduziram para uso dos indígenas textos do português para o tupi, e, para o ensino dos brancos, textos do latim para o português, já que por se tratar de uma língua em que haviam sido escritas grandes obras da Antigüidade, e por ser a língua por excelência de textos cristãos, científicos, diplomáticos e burocráticos, o latim era obrigatório em colégios jesuítas, onde chegava a ser falado pelos estudantes em uma atmosfera que propiciava de certa forma o plurilingüismo e a diversidade cultural. (WYLER, 2003). No caso de traduções para o tupi, merecem menção especial o padre João de Azpilcueta Navarro, que teria sido o autor da primeira tradução brasileira, qual seja a *Suma da doutrina cristã*, e seu sucessor, o padre José de Anchieta.

Este, como se sabe, após incorporar-se à missão jesuítica que acompanhou o segundo governador-geral do Brasil, Duarte da Costa, ao aportar em nossas terras entregou-se a intenso labor catequético. Seis meses depois de sua chegada ao Brasil, e tendo já aprendido a língua nativa, justamente com o intuito de facilitar aos sacerdotes sua missão de catequese do gentio, Anchieta redigiu sua *Arte da Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*. Com uma obra marcada pelo alto valor estético e pelo plurilingüismo, Anchieta escreveu em espanhol, português, latim e tupi, nesta última língua podendo-se computar composições de catequese, identificadas que estavam aos objetivos doutrinários da Companhia de Jesus e visando tão-somente iniciar os indígenas nos dogmas católicos.

Permitindo-nos, para nossos propósitos, certa violência de um salto de séculos na cronologia, com vistas a exemplos mais próximos de nós e ainda na esteira de tradutores que se valeram de traduções com componentes ativistas, deparamo-nos inevitavelmente como o nosso Monteiro Lobato, uma figura central não só por sua obra de escritor e tradutor, mas também por sua intensa atividade em prol do desenvolvimento da indústria do livro no Brasil. A propósito dessa atividade, diga-se que Lobato, primeiramente editor

na Monteiro Lobato e Cia. e posteriormente na Companhia Editora Nacional, pode ser considerado o primeiro editor no país a procurar desenvolver um mercado de massa para livros e transformar a indústria editorial em uma indústria de consumo. Segundo ele, a expansão da indústria editorial brasileira poderia de alguma forma dar novo impulso ao desenvolvimento do país, de vez que este, para ele, se fazia “com homens e livros”. Na verdade, sua tríplice atividade de escritor, tradutor e editor dá a impressão de se desenvolver segundo um projeto cultural muito calculado e coerente, quer em sua resistência ao português europeu das obras escritas à época, quer à cultura francófila também predominante no país. Como tradutor prolífico e editor, procurou tornar o país mais permeável a outras literaturas, como a anglo-americana, a alemã, a russa e a escandinava, e particularmente suas traduções de obras infantis podem ser consideradas verdadeiras “adaptações”, já que empregam propositadamente uma linguagem simplificada e coloquial de modo a permitir um entendimento imediato por parte das crianças. Segundo essa orientação, adaptou clássicos da literatura infanto-juvenil como *Peter Pan*, *Alice no País das Maravilhas*, *Robinson Crusóé*, *Tom Sawyer*, *As Aventuras de Huckleberry Finn* e *As Viagens de Gulliver*, *Contos de Grimm*, *Contos de Andersen* e *Contos de Fadas de Perrault*, bem como clássicos como *Dom Quixote*. Curiosamente, dentre essas adaptações, o *Peter Pan* de Lobato acabou por enfrentar uma série de problemas políticos. Lobato era contrário ao Estado Novo, o regime nacionalista de Getúlio Vargas, que por sua vez desprezava o escritor por seu “internacionalismo”, suas constantes comparações negativas com os Estados Unidos e com a União Soviética, e também por seu ateísmo. Em março de 1941, Lobato foi preso sob acusação de enviar uma carta ofensiva a Getúlio Vargas e ao General Góis Monteiro, e condenado a seis meses de prisão. Apesar dos protestos de intelectuais, teve de cumprir três meses de pena, sendo libertado por ordem do presidente. Em junho de 1941, um parecer do procurador público do Estado de São Paulo, o Dr. Clóvis Kruel de Moraes, recomendou ao Tribunal de Segurança Nacional que fosse proibida a distribuição da obra, sob alegação de que esta transmitia às crianças uma opinião errada do governo brasileiro. De qualquer forma, nas adaptações de Lobato, vemos como uma nação em desenvolvimento como o Brasil pode usar obras originais do Primeiro Mundo. Lobato adapta as histórias originais mudando a sua ênfase: em *D. Quixote das Crianças* ele “traduz” o português difícil para uma linguagem mais simples e mais fácil de ler. Diz ele: “Hoje usamos a linguagem a mais simplificada possível, como a de Machado de Assis, que é o nosso grande mestre”. (MONTEIRO LOBATO, 1957). Em contrapartida, os escritores clássicos portugueses usavam uma linguagem mais rica, mais interpolada. Em *Peter Pan*,

Lobato faz comparações com a realidade brasileira, como no trecho em que os peles-vermelhas norte-americanos são comparados aos nossos “caboclos do mato”.

Em 1928, Oswald de Andrade publicou o *Manifesto antropofágico*, em que apresentou a imagem do canibal brasileiro que devora o inimigo para apropriar-se de sua alma. Assim, o escritor brasileiro, como o canibal, não absorve passivamente a influência estrangeira, mas sim, a transforma em algo novo. O original será digerido e reproduzido de uma forma diferente.

Adriana Vieira (2001) compara a “antropofagia” de Lobato à de Haroldo e Augusto de Campos. Embora Lobato adapte a literatura popular em um contexto comercial, enquanto os irmãos Campos traduzem uma literatura muito mais erudita, não comercial, Vieira acredita que tanto aquele quanto estes apropriam-se do texto original de uma forma antropofágica, inserindo-lhes sua marca “brasileira” nas adaptações feitas. (EUZÉBIO; MILTON, 2004).

Também sob o signo da “antropofagia”, com seu fascínio pelo “Só me interessa o que não é meu”, como o expressou Oswald de Andrade em seu *Manifesto antropofágico*, parece haver-se orientado diversos tradutores contemporâneos entre nós, que chegaram a desenvolver projetos estéticos a partir de novas políticas culturais. De fato, hoje parece evidente nos poetas concretistas Augusto, Haroldo de Campos e Décio Pignatari, por exemplo, um empenho programático que parece ter na tradução um instrumento a serviço do desenvolvimento cultural autônomo, ou que a considera uma modalidade literária passível de apresentar uma identidade própria. No artigo “Uma Estética Tradutória Pós-moderna”, Else Ribeiro Pires Vieira (1994) procura mostrar de que modo (sobretudo no Brasil dos anos 80), o discurso dos poetas concretistas, bem como de tradutores sob sua influência, tendeu a apresentar certa “tensão” entre uma idéia de autoridade do original e de uma cultura central, por um lado, e uma idéia de autonomia do texto traduzido e de uma cultura periférica, pelo outro. Na verdade, segundo a autora, particularmente durante esse período o que se observa é quase um movimento de “apropriação” cultural – aliás bem típico de algumas estéticas pós-modernas – apropriação que acabaria por funcionar como expressão de uma recusa de um modelo absoluto e de uma cultura “dominante”. Como procura demonstrar a autora, por trás do projeto tanto do “tropicalismo” quanto das teorias e práticas dos concretistas no que diz respeito à tradução, encontram-se elementos da filosofia da “antropofagia”, com sua preocupação central quanto à questão da cultura nacional e de importações estrangeiras. Segundo essa visão, a antropofagia, “[...] inicialmente uma forma de resistência, passa a ser uma metáfora exprimindo uma filosofia

da cultura e uma atitude para com as relações com os poderes hegemônicos que envolvem a aceitação de abastecimento estrangeiro, mas também uma negação da influência no sentido tradicional.” (VIEIRA, E., 1994).

Os exemplos que arrolamos até agora talvez bastem para pôr em relevo a figura do tradutor como um “agente” participante da cultura de seu país. Na verdade, mais recentemente, no campo dos estudos da tradução, tem-se assistido a uma série de tentativas de definir essa idéia de “agência” [*agency*], tentativas que colocam em primeiro plano a figura dos *indivíduos* que moldam o campo da tradução, partindo-se do pressuposto de que o estudo de uma sociedade que não inclua a atenção aos indivíduos que a constituem, ou mesmo uma análise das traduções que não leve em conta aqueles que as produzem estão fadados a ser incompletos. Segundo essa abordagem, contudo, não só os tradutores são considerados “agentes” em sua área de atuação, mas também certos indivíduos que se acham fora da produção textual propriamente dita, por desempenharem um papel na seleção, na produção e na difusão de traduções em suas práticas culturais. Esses verdadeiros “agentes da mudança”, como têm sido chamados, por vezes são pessoas que de uma forma ou de outra estão investidas de algum poder maior, ou exercem uma influência maior sobre a sociedade em que atuam, como políticos, homens de negócio ou líderes comunitários cuja influência e empenho em termos de planejamento cultural acabam se fazendo sentir no domínio da tradução – como o caso de Yücel e, guardadas as diferenças, de Monteiro Lobato.

Fechado esse longo parêntese acerca do conceito de “agência” na área da tradução, diga-se que, no Brasil, um exame mais acurado pode revelar um outro exemplo do uso da tradução com fins políticos por parte de alguém que, sem ter sido propriamente um “agente da mudança” no campo da tradução, estava investido de um poder que lhe facultava escolher, produzir e difundir obras de acordo com sua ideologia, e, sem ter sido propriamente um tradutor profissional, dedicou-se sistematicamente ao ofício, embora sua notoriedade como uma das figuras mais importantes da história do Brasil no século XX tenha ofuscado essa faceta de sua personalidade – o político Carlos Lacerda.

No decorrer de sua tumultuada trajetória política, em que haveria de ter uma participação decisiva na derrubada de Getúlio Vargas em 1954, de Jânio Quadros em 1961 e, por fim, de João Goulart em 1964, Carlos Lacerda sempre demonstrou interesse por traduzir. Chegou a verter para o português vários clássicos mundiais, no entanto sua preferência por traduzir obras de cunho político, principalmente as que refletissem a tradição democrática liberal americana, logo pôde ser observada.

Portanto, a presente dissertação tem por objetivo demonstrar que Carlos Lacerda, sem ter desenvolvido exatamente um projeto tradutório inteiramente uniforme ou de amplas conseqüências, realizou diversas traduções com engajamento político, a partir de uma seleção de obras também pautada por objetivos da mesma natureza.

As estratégias de tradução e edição de texto utilizadas por Lacerda serão analisadas à luz dos escritos sobre paratextos de Gerard Genette em seu livro *Seuils*.

Na primeira parte de nossa pesquisa, são fornecidos dados importantes da vida do político-tradutor, em que se descreve sua trajetória jornalística, política, de escritor e tradutor, atividades que desempenhava simultaneamente. Faz-se referência, ainda que breve, a sua carreira de editor e empresário, relacionada diretamente a seu trabalho tradutório. Esse breve relato visa, sobretudo, aquilatar as motivações de Lacerda em seu trabalho de tradutor, derivadas diretamente do clima político em sucessivas épocas, mostrar os interesses políticos que ele nutria e o papel decisivo que teve em momentos cruciais da história do Brasil. Com isso, pretende-se lançar luzes sobre o momento e as circunstâncias históricas em que ele desenvolveu sua ação política, paralelamente a seu trabalho prolífico no campo da tradução.

A segunda parte da pesquisa envolve as análises das aludidas traduções, concentrando-se no tratamento que lhes dispensou o tradutor-político e ressaltando os elementos da ideologia política implícitos nelas.

## CAPÍTULO I

### **De Político Tradutor a Tradutor Político: Um Escorço Biográfico**

A fama de Carlos Lacerda no Brasil é a de “demolidor” de presidentes, tendo desempenhado papel-chave na queda de pelo menos três deles: Getúlio Vargas (1954), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1964). Embora tivesse pertencido ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) logo no início de sua carreira política, em 1934, foi como membro da União Democrática Nacional (UDN) – um partido anticomunista –, que se elegeu vereador pelo Rio de Janeiro em 1947, deputado federal em 1954 e 1958 e governador do Estado da Guanabara em 1960.

Carlos Lacerda também era jornalista. Desde a adolescência se dedicou a esse ofício, o qual deixou de exercer pouco tempo antes de sua morte, e que representou o alicerce para sua ascensão na carreira política. Ao longo de seu percurso como jornalista, Lacerda passou por vários jornais importantes como o *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, fundado por ele em 1949. Ele ainda atuou, durante seu exílio nos Estados Unidos, em *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, e, até mesmo depois que lhe cassaram os direitos políticos, o jornalista contribuiu, ainda que esporadicamente, para outros periódicos de prestígio, tais como o *Jornal da Tarde* e o *Jornal do Brasil*.

Além de jornalista e político, Lacerda também escrevia. A sua vasta produção literária inclui poemas, ensaios críticos sobre autores brasileiros como Carlos Drummond de Andrade, Érico Veríssimo, José Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano Ramos, romances, peças, contos, crônicas, discursos e, durante os anos 40, fez várias adaptações de muitas obras literárias para o teatro, cinema, rádio e televisão no Brasil. Lacerda também foi parceiro de compositores populares brasileiros, contribuindo na composição musical de *Beijos pela Noite*, em parceria com Jorge Amado e *O Índio do Corcovado*, musicado por Joubert de Carvalho.

Particularmente no caso do Lacerda dramaturgo e tradutor de peças teatrais, sua

contribuição se resume a três peças: *O Rio*, *A bailarina solta no mundo* e *Amapá*. *O Rio*, escrita por encomenda de Álvaro Moreira, então proprietário da Companhia de Arte Dramática, foi publicada com o pseudônimo de Júlio Tavares em 1943, embora a peça tenha estreado bem antes, no Teatro Boa Vista, em São Paulo, em 28 de julho de 1937, e depois no Teatro Regina, no Rio, no mesmo ano. Essa peça teve produção do poeta Álvaro Moreira e de sua esposa Eugênia Moreira, que também representaram os papéis principais de *Lucas* e *Idalina*. A produção ainda contou com cenários de Santa Rosa e Oswald de Andrade Filho, e a crítica mostrou-se bastante variável:

O *Correio da Noite* publicou que a platéia, com a atenção colada nos personagens, esperava que a peça fosse continuar quando caiu o pano; o *Jornal do Brasil* disse que o autor da "peça de vanguarda" deveria esforçar-se mais para harmonizar melhor a obra literária com o teatro propriamente dito. Em outras críticas, o jovem dramaturgo foi descrito como talentoso, brilhante, e "um dos irrequietos espíritos da moderna geração brasileira". O crítico de *O Globo* mostrou-se encantado com o "absoluto desrespeito a todas as regras secularmente estabelecidas em teatro", manifestado pelo autor. Graciliano Ramos escreveu que *O Rio* era uma "peça sem enredo" na qual "os personagens aparecem sempre na sombra. Não há um drama nesses retalhos de vida incongruentes. Não sei se é teatro." (DULLES, 1992, p.53).

*O Rio* foi escrita totalmente na clandestinidade – levou quase dois anos durante os quais Lacerda teve de fugir da perseguição da polícia de Vargas. Em 1935, após o Levante Comunista, Vargas implantou o "estado de guerra" no Brasil, que tanto pôs fim às garantias individuais dos cidadãos, quanto às imunidades dos legisladores. Até mesmo o pai de Lacerda, Maurício de Lacerda, que apoiou Vargas na Revolução de 30 e ocupou o cargo de embaixador em seu governo, foi demitido e preso. A ordem era perseguir e capturar todos os comunistas e simpatizantes. Dessa forma, como Lacerda ainda participava vigorosamente das atividades do PCB, ele precisou recorrer aos pseudônimos para poder continuar trabalhando e publicando não só os artigos que escrevia para a *Revista Acadêmica* como as suas traduções. Assim, além de *O Rio*, também a tradução de *Caractères*, de La Bruyère, de 1936, foram publicadas com o pseudônimo de Luís Fontoura. Os artigos que escrevia para a *Revista Acadêmica*, no entanto, foram assinados com outro pseudônimo, Caio Júlio César Vieira. *O Rio* não teve muitas apresentações, devido ao fato de a peça ter sido "retirada às pressas de cartaz porque fora anunciada no jornal comunista", entretanto, segundo o próprio autor, "a peça não era comunista, era



apenas ruim”.<sup>4</sup>

John W. F. Dulles, historiador, professor e biógrafo de Lacerda, afirma que *A bailarina solta no mundo* – uma farsa escrita para o Grupo de Teatro Experimental de Alfredo Mesquita – era uma peça de dois atos apenas. Ele explica que nessa peça Lacerda “[...] apresentava, em forma de caricatura, gente com quem Alfredo Mesquita estava familiarizado, como, por exemplo, um empresário teatral” (DULLES, 1992). A peça, considerada hilariante pelo grupo de amadores de Alfredo Mesquita, teve produção e direção do próprio Alfredo, e estreou no palco do Teatro Municipal de São Paulo, em 1945. A crítica mais uma vez não foi favorável, frustrando as esperanças de Lacerda e do seu produtor de que a peça seria um grande sucesso de bilheteria. Alfredo, admitindo ter sido a peça um “fiasco”, considerou que o fracasso estava relacionado ao fato de que em São Paulo ninguém se achava familiarizado com as pessoas e incidentes que ocorriam no Rio de Janeiro, cidade em que se passava a história. O jornal *O Diário da Noite*, de Assis Chateaubriand, criticou o autor pelas declamações longas e vazias e acrescentou que “[...] a figura do embaixador nenhuma base tem na realidade.” (DULLES, 1992).

Um pouco antes da estréia de *A bailarina solta no mundo*, Décio de Almeida Prado decidiu encenar *Amapá* com o Grupo Universitário de Teatro. *Amapá* continha apenas um ato e teve duas apresentações no Teatro Municipal, nos dias 10 e 14 de outubro de 1945. Em sua biografia, Dulles (1992) afirma que a peça foi “[...] elogiada pela linguagem solta e autêntica dos soldados americanos.” Décio de Almeida Prado referiu-se à peça como sendo “[...] essencialmente jornalística, com um texto espirituoso e engraçado, mas sem textura no enredo para o palco.” (DULLES, 1992). Por fim, Atos Abramo disse ter sido a peça “[...] fruto da imaginação de um autêntico poeta [...] mas nenhuma obra-prima.” (DULLES, 1992). Essas três peças foram recentemente co-editadas pela editora da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Fundação 18 de Março (Fundamar).

Se a contribuição de Lacerda como teatrólogo foi restrita e um tanto malograda, o mesmo não se pode dizer de sua contribuição como tradutor. Lacerda sempre demonstrou interesse em traduzir e foi um tradutor prolífico. O seu primeiro trabalho como tradutor foi publicado quando ele ainda era defensor da causa comunista e trabalhava como redator-chefe da revista *Juventude*, cuja formação se deu em função de ele ter conseguido uma ajuda financeira de cinco contos (5.000 réis) para a causa.

---

<sup>4</sup> Dados coletados a partir do catálogo do Projeto Fundo de Arquivo Carlos Lacerda (UnB) - *Dados Biográficos de Carlos Lacerda*, 27/05/02.

Essa primeira tradução do livro de Ilya Ehrenburg, *Fevereiro sangrento*, trazia o relato da violenta repressão das greves de fevereiro de 1934 na Áustria – tema do qual Lacerda lançou mão para iniciar uma luta contra o nazismo e seus adeptos no Brasil, os integralistas.

Em sua biografia, Dulles afirma que Lacerda preparou um longo prefácio para essa edição, e que teria observado que:

O fascismo era forte nas áreas rurais da Áustria assim como tinha sido no sul não industrializado da Itália. Assim também no Brasil, ele escreveu, a força do fascismo encontrava-se na zona predominantemente agrícola do norte, onde era promovida pelos interventores de Vargas unidos à Igreja e aos grandes fazendeiros. Acrescentou que o movimento tinha sido ajudado pelos imperialistas estrangeiros favoráveis à guerra e pelos membros da burguesia industrial brasileira que clamavam por uma economia dirigida. “Leitor: que a reportagem de Ehrenburg te sirva de lição. Nesta hora, a indiferença é mais que uma traição: é um suicídio.” (DULLES, 1992, p.42).

Dessa forma, é lícito afirmar que a tradução *Fevereiro sangrento* pode ser considerada um exemplo, dentre tantos outros, de que ele se servia de algumas obras que traduzia para difundir ou tentar lograr seus objetivos políticos. No caso dessa obra, o político-tradutor se valeu da tradução como uma forma de contribuir para a causa comunista, à qual ele estava engajado naquele momento de sua vida. Lacerda também deixa evidente a intenção de influenciar o leitor por meio do paratexto que inseriu em sua tradução, no qual tenta envolver e convencer esse leitor de que se ele, o leitor, fosse indiferente à reportagem de Ehrenburg e às palavras do tradutor naquele momento, a saber, não se engajando na luta em favor da causa comunista, ele poderia ser considerado, por assim dizer, "traidor da nação". Essa tentativa de influenciar o leitor por meio da escolha do texto a ser traduzido, do paratexto e também pela escolha do melhor momento para sua publicação, foi adotada outras vezes pelo político-tradutor, como veremos mais adiante.

É bem verdade que, embora a tradução para Lacerda representasse um meio para alcançar seus objetivos políticos, denunciando as “atrocidades” políticas que ocorriam no mundo e fazendo paralelos com o que estava ocorrendo no Brasil, ela também lhe servia como forma de equilibrar as finanças, principalmente após o casamento com Letícia Abruzzini. Essa nova condição social naturalmente lhe exigia obter maiores rendimentos para o sustento da família e, com sua expulsão do Partido Comunista, em 1939, a situação tornou-se mais difícil, já que acabou por ver-se boicotado por parte de amigos e

simpatizantes do PCB.

Portanto, a sua expulsão do PCB restringiu-lhe ainda mais as oportunidades de trabalho e obrigou Lacerda a buscar também na tradução uma maneira de reforçar o orçamento familiar.

Lacerda traduziu para o português clássicos como *A morte de Ivan Ilitch*, de Tolstói, e *Júlio César*, de Shakespeare, além de *Caracteres (Caractères)*, de La Bruyère (1936), sob o pseudônimo de Luiz Fontoura e *Minha mocidade (My Early Life)* de Winston Churchill (1941), de quem era grande admirador. Sua preferência por obras que refletissem a tradição democrática liberal americana pode ser observada em suas traduções de *O triunfo*<sup>5</sup> (*The Triumph*) de J. K. Galbraith (1968), assessor econômico do presidente americano John Kennedy; *Em cima da hora: a conquista sem guerra (Il est moins cinq)*, uma crítica severa da crescente influência soviética no mundo, de Suzanne Labin (1963); *O bem amado (Come Blow Your Horn)*, de Neil Simon, peça encenada em 1963, quando Lacerda ainda era governador do Rio de Janeiro; *Do escambo à escravidão (From Barter to Slavery)*, de Alexander Marchant (1943), *A vida de Thomas Jefferson (Life and Letters of Thomas Jefferson)*, de Francis W. Hirst (1943).

De um outro ângulo, para Lacerda, traduzir também era uma forma de se distrair das tensões inerentes à política, e foi com esse intuito que ele se dedicou a verter para o português a peça *Como vencer na vida sem fazer força (How to Succeed in Business Without Really Trying)*, de Abe Burrows, na noite de 31 de março, a data do golpe militar de 1964, para relaxar, como ele mesmo declarou em certa ocasião, da tensão resultante do cerco ao Palácio Guanabara, por parte das forças leais ao governo de João Goulart. Além das obras citadas, Lacerda traduziu várias outras, a que nos referiremos posteriormente e conforme a conveniência. De qualquer forma, por ora convém mencionar que constam dos registros da Fundamar e da UnB mais de trinta traduções de sua autoria, e que, mesmo depois de tanto tempo, ainda há algumas obras a serem publicadas, o que poderia elevar um pouco mais esse número.

Embora Lacerda tenha-se dedicado mais à tradução de livros, ele também experimentou a tradução de legendas de filmes. Essa experiência com legendagem ocorreu quando de seu exílio nos Estados Unidos, em 1955. Lacerda já estava vivendo em Nova

---

<sup>5</sup> Diga-se que essa tradução é um dos objetos de exame de nossa tese e ela será contextualizada e comentada mais detidamente no decorrer de nossa exposição.

York havia uns seis meses, quando o preço do dólar disparou e o dinheiro que recebia do Brasil, procedente da *Tribuna da Imprensa* e da Câmara dos Deputados, começou a não ser o suficiente para sobreviver. Nessa ocasião, ele foi ajudado por um amigo dos tempos da Aliança Nacional Libertadora (ANL), José Famadas, que fora professor de inglês durante o Estado Novo e que dava aulas para os presos na Casa de Correção. Em Nova York, no entanto, Famadas traduzia filmes, e ele acabou incumbindo Lacerda de traduzir para o português legendas de alguns filmes. Em seu *Depoimento*, Lacerda faz referência a essa experiência com legendagem, declarando que:

Os americanos pagavam 200 dólares por filme, mas cobravam até o papel em que a gente escrevia, descontavam imposto de renda e, líquido, recebia só 116 dólares. O primeiro filme que traduzi chamava-se *O monstro da lagoa*. [...] Depois traduzi um ou dois filmes de Cowboy (LACERDA, 1978, p.174-175).

Em 1973, Carlos Lacerda chegou a participar do I Encontro Nacional de Tradutores no Rio de Janeiro. Ele, juntamente com o diplomata Antônio Houaiss, filólogo e tradutor do *Ulisses* de James Joyce, e Paulo Rónai, editor do primeiro livro sobre tradução no Brasil, *Escola de tradutores*, e também fundador da Associação Brasileira de Tradutores (Abrates), foram os principais conferencistas do primeiro grande evento de tradução no país, cujo objetivo era discutir problemas teóricos e práticos relacionados com a atividade dos tradutores no Brasil. Em *Línguas, poetas e bacharéis*, Lia Wyler assim se referiu a esse Encontro:

Nenhum outro teve as mesmas repercussões políticas nem incentivou tantas realizações quanto esse evento organizado em plena ditadura militar. Os principais conferencistas foram dois políticos privados de seus direitos políticos e militantes, fatos que também contribuíram para afluência inesperada. (WYLER, 2003, p.144).

Melchíades Cunha Júnior, jornalista de *O Estado de São Paulo*, fez a seguinte declaração ao considerar algumas traduções e obras originais de Lacerda:

Carlos Lacerda era um *causeur* admirável, segundo vários depoimentos colhidos. O demolidor de presidentes era também um homem de ternura de acordo com algumas fontes. No sítio do Roccio, além dos roseirais, criava passarinhos e brincava com as tintas. Foi lá que escreveu sua obra-prima

*Na casa do meu avô*, concluída meses antes de sua morte. Revelou-se igualmente um tradutor sensível e competente, louvado por Drummond e por outros nomes de igual quilate da literatura brasileira. Suas traduções de *A morte de Ivan Ilitch*, de Tolstoy, e do drama *Júlio César*, de Shakespeare, foram tidas como primorosas. (CUNHA, 2001).

A propósito da tradução da peça *Júlio César*<sup>6</sup> de Shakespeare, considera-se que ela foi o seu maior desafio. No entanto, o tradutor não recebeu apenas elogios. Otto Maria Carpeaux, que na época da publicação escrevia para o jornal *Correio da Manhã*, fez algumas restrições à tradução. O crítico literário Fernando Marques dos Reis referiu-se à crítica de Carpeaux como tendo-lhe servido de incentivo para levar a efeito uma análise minuciosa da tradução de Lacerda. Na verdade, Marques dos Reis confessou que só estava aguardando que alguém se manifestasse em relação à tradução de *Júlio César*, de Lacerda, e, aproveitando-se da crítica inicial de Carpeaux, partiu para o ataque, fazendo duras críticas à competência de Lacerda na condição de tradutor.

Já o editor Carlos Lacerda começou a atuar apenas a partir de novembro de 1965. Por um lado, a ditadura militar que se instalara após o golpe militar de 1964 o obrigava, cada vez mais, a ir-se afastando da vida pública; por outro, os militares pareciam estar apreciando o poder e davam mostras de que não pretendiam deixá-lo tão cedo. Essa situação indefinida impossibilitava que Lacerda atuasse politicamente, e é nessa fase que ele resolve criar a Editora Nova Fronteira<sup>7</sup> e se dedicar a ela. É a partir desse momento que Lacerda passa a dedicar mais tempo a seus projetos editoriais e, como editor – atividade que confessou ter sido “o refrigerio de sua fase agônica” (NOGUEIRA, 2000) – deu ao público um grande número de traduções e obras originais.

Sob o comando de Lacerda, a Editora Nova Fronteira começou muito bem com as edições de *O hotel*, tradução do livro de Arthur Hailey, concedido pela Distribuidora Record, e com *O exorcista*, tradução do livro de William Peter Blatty, que, com sua vendagem, gerou recursos para que a editora pudesse realizar o projeto de Lacerda para a edição do *Novo dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e sua equipe. Segundo Dulles, para terminar o “imenso” dicionário, a editora recebeu um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e, devido à grande

---

<sup>6</sup> A tradução dessa obra é um dos objetos de estudo de nossa tese e para mais informações sobre a montagem da peça, e sobre a gravação em disco que Lacerda realizou lendo trechos escolhidos de sua própria tradução, ver p. 87 e p. 92.

<sup>7</sup> Note-se que o nome “Nova Fronteira” foi dado por Lacerda à editora como uma homenagem ao presidente Kennedy, que o político brasileiro tanto admirava.

vendagem do dicionário, editado só em 1975, a Nova Fronteira decidiu fazer a própria distribuição de livros, dessa maneira pondo um fim ao acordo que tinha com a Distribuidora Record e, por conseguinte, com Alfredo C. Machado, amigo e sócio de Lacerda, “[...] com quem rompeu relações antes dos 50.000 exemplares do Dicionário Aurélio, dos 250.000 vendidos.” (DULLES, 2000). A amizade entre os dois, no entanto, parece ter sido restabelecida algum tempo depois, de vez que em seu posfácio à tradução de *O triunfo* (1968), Lacerda afirma ter a Editora Nova Fronteira adquirido os direitos para a edição brasileira da obra, por sugestão do “sócio e distribuidor” Alfredo Machado (LACERDA, 1968) .

No final de 1975, a Editora Nova Fronteira era considerada uma editora bastante promissora, e Lacerda, empolgado, decidiu então ampliar os negócios no setor de livros, comprando do espanhol José Aguilar a Editora Nova Aguilar, cujas coleções de clássicos brasileiros e outras obras já se destacavam no mercado editorial pela sofisticação das edições, que traziam capa de couro e papel de boa qualidade.

Na mesma época em que fundara a Editora Nova Fronteira, Lacerda também se envolveu com outras empresas, tais como: a Novo Rio Crédito Financiamento e Investimentos, a Lins Publicidade e a Imobiliária Nova York. Nessas empresas, entretanto, ele exerceria uma função totalmente nova, qual seja a de administrador. Embora Lacerda tenha-se dedicado a outras funções em fins de 1965, a política sempre foi o seu objeto de fundamental interesse, estando presente não só em sua carreira de jornalista, como dissemos, mas também na de escritor, tradutor e editor. Lacerda nunca deixou de demonstrar interesse por política e por temas políticos, os quais representam o cerne da maioria de seus artigos, ensaios, romances, reportagens, contos, crônicas, peças de teatro, etc. Com relação às suas obras originais, com algumas exceções, podemos afirmar que elas ou tratam especificamente das experiências políticas que acumulou ao longo de sua carreira ou expressam sua ideologia política. À guisa de exemplo, podemos citar *Uma rosa é uma rosa é uma rosa*, de 1965, em que Lacerda faz um relato sobre a arte de governar, fala sobre seu encontro com o presidente Kennedy e sobre a profunda admiração que sentia não só por ele, mas também por Winston Churchill, por De Gaulle e outras figuras políticas eminentes no cenário político da época. Citamos também *O poder das idéias*, de 1962, livro que enfeixa os discursos e pronunciamentos mais importantes de Lacerda como governador, e inclui seu pronunciamento em 24 de agosto de 1961, feito na televisão, que levou o presidente Jânio Quadros a renunciar. É conveniente ressaltar que esse livro teve

cinco edições em menos de dois anos, sendo que a primeira delas, datando de dezembro de 1962, foi de dez mil exemplares e esgotou-se em menos de um mês. As outras quatro edições ocorreram entre 1963 (duas edições) e 1964 (duas edições) – todas elas, coincidentemente, lançadas na época em que Lacerda estava empenhado no combate a João Goulart. Segundo informações do próprio Lacerda, em nota da 5ª edição, o livro em questão teve uma tiragem de mais de 30.000 exemplares em menos de dois anos (1963-1964). Por fim, cabe mencionar os seus *Discursos Parlamentares* (1982), uma seleta dos discursos mais importantes de toda sua carreira política, com prefácio do historiador José Honório Rodrigues.

Por outro lado, no que concerne outro aspecto de seu trabalho como tradutor, é interessante notar de que modo Lacerda, quando estava engajado em determinada causa, procurava traduzir autores cujas idéias políticas ele julgava pertinente difundir, idéias que, segundo seus ideais políticos, poderiam de alguma forma lançar luzes sobre a elucidação do que ele considerava os problemas no país. *Grosso modo*, é possível afirmar que o interesse de Lacerda concentrava-se, sobretudo, em relatos de experiências políticas de outros países, experiências que, a seu ver, não seriam ideais ao nosso país ou que serviam para identificar certos problemas que estavam ocorrendo no Brasil. Como procuraremos demonstrar à proporção que avançarmos em nossos comentários, para Lacerda, o ato de traduzir também era um ato político e, portanto, na maioria das vezes, ele procurava traduzir textos que poderiam ser úteis à sua causa política.

Esse fato fica ainda mais evidente quando observamos que Lacerda, além de se preocupar com o texto a ser traduzido – como é o caso de *Fevereiro sangrento*, *A Rússia de Stalin*, *Em cima da hora: a conquista sem guerra* e *O triunfo*, traduções que certamente o beneficiariam na luta em que estava engajado no momento –, também se preocupava com o melhor momento para publicá-lo, entendendo-se “o melhor momento” aquele que de uma forma ou de outra o pudesse favorecer politicamente. Nesse último caso podemos enquadrar a tradução de *Júlio César*, de Shakespeare, que só viria a ser publicada dez anos após a sua realização, num momento por assim dizer “estratégico” para Lacerda. Como se verá por meio da leitura que fez desse clássico, Lacerda se aproveitou para tecer paralelos com respeito a sua própria posição no panorama político de então, paralelos expressos por sua vez no paratexto do livro, e de modo mais velado na seleção de textos numa gravação em disco realizada por ele e em declarações esparsas.

No caso de Lacerda, tem-se a impressão de que as motivações políticas por trás da

escolha e da realização da tradução eram os aspectos que mais lhe importavam, uma vez que, num cotejo com os originais, não se pode dizer que ele tenha feito em suas traduções mudanças de sentido significativas, por meio de omissões ou acréscimos, por exemplo. O político-tradutor não manipulava o texto em si, como se poderia supor, a fim de propagar a sua ideologia política, mas procurava, por assim dizer, “manipular” o leitor de duas formas básicas: primeiramente, pela *escolha* da obra a ser publicada, e em segundo lugar por meio do paratexto de seu trabalho, isto é, por meio de apresentações, prefácios, notas de pé de página, posfácios, textos que fazia questão de elaborar meticulosamente, como veremos, ora para atacar, ora para se justificar de acusações, mas, sobretudo, para divulgar os seus ideais e objetivos políticos. Desse modo, sua defesa do liberalismo, do livre mercado, do papel reduzido do Estado, seu entusiasmo pelos Estados Unidos e seu anticomunismo ferrenho estão refletidos, por exemplo, na escolha e tradução do aludido *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Suzanne Labin, ou mesmo, quando de seu afastamento dos militares, no posfácio à sua tradução de *O triunfo*, de J. K. Galbraith:

Este livro ajudará, informará o leitor que lerá a última página com a impressão de ter encontrado a resposta para uma das perguntas mais importantes do momento: aonde pode levar essa política de equívocos e desencontros? [...]A primeira edição desse livro saiu exatamente em 1964. No Brasil não houve tempo de aprenderem a lição [...] Agora estão aí os militares [...] Ou se fazem opções necessárias, ou eles as farão - para continuarem no poder [...] A não ser que o sarcasmo de Galbraith se converta em realidade: “por uma vez, o poder da pena foi muito maior do que o da espada”. (GALBRAITH, 1968, p. 172).

Carlos Lacerda escreveu, traduziu e editou livros, atividades que, somando-se a sua carreira jornalística e política, corroboram a imagem do homem impulsivo, inquieto, de temperamento irascível, por vezes, mas também de alguém muito inteligente, empreendedor e carismático, por muitos considerado um dos mais famosos e polêmicos políticos brasileiros de todos os tempos. Otavio Frias Filho, em artigo especial para a *Folha de São Paulo* de 22 de agosto de 2004, define Carlos Lacerda, 28 anos após sua morte:

É considerado o maior orador do século 20. Introduziu a linguagem coloquial, de extração modernista, na política e no jornalismo locais. Continua sendo um caso raro, talvez único em tão alto grau entre nós, de político com formação humanista e versado em aptidões ecléticas, que



exorbitavam a administração pública e a cultura jurídico-parlamentar para incluir a literatura (que ele praticou, como ficcionista e tradutor), as artes plásticas, o interesse pela filosofia e a inquietação religiosa. (FRIAS FILHO, 2004).

Para que fosse considerado “o maior orador do século XX” – opinião compartilhada por Almino Affonso, que afirmou ter sido Lacerda o maior tribuno que conheceu, e também por Paulo Pinheiro, que considerou Lacerda o maior tribuno que passou pela Câmara dos Deputados – esse político “com formação humanista” alicerçou sua fama como um dos grandes jornalistas de sua época. E foi por meio do jornalismo, da veemência com que abordava todos os assuntos e enfrentava seus adversários nos jornais por onde passava, que Lacerda conseguiu não só “liquidar” todos os seus opositores – o que lhe rendeu o epíteto de “demolidor de presidentes” –, mas também chegar ao ápice de sua trajetória política, a qual, em 1965, haveria de levá-lo para bem perto da Presidência da República, aliás, o grande sonho de sua vida.

### **O Jornalismo: a Ponte Rumo ao Processo Político Nacional**

O surgimento de Carlos Lacerda no cenário político brasileiro foi concomitante ao término da República Velha, em decorrência da Revolução de 1930, deflagrada por Getúlio Dorneles Vargas, o chefe da Revolução. Esta representou um movimento empreendido por políticos e militares que, ao derrubar o então presidente Washington Luís, estabeleceu o fim da República Velha no Brasil e inaugurou a chamada Era Vargas, levando o gaúcho Getúlio Vargas ao poder presidencial, que se estendeu por um período de quinze anos.

De um modo geral, a República Velha caracterizava-se principalmente pela vocação econômica agrária, pelo domínio político dos fazendeiros mineiros e paulistas e pelos problemas sociais. Assim, nesse período, o Brasil continuava a ser o país do latifúndio e do café, onde a maioria dos brasileiros trabalhava no campo e se via sujeita aos fazendeiros, aos coronéis, ao voto de cabresto, ao domínio das oligarquias estaduais e à política do café-com-leite. O poder se encontrava centralizado e era dirigido pelas oligarquias cafeeiras de São Paulo e de Minas Gerais.

A República Nova, instaurada por Getúlio Vargas em 1930, modificou essa realidade, pois o Brasil passa a ser visto na indústria e não mais no campo. A questão

social passa a ser preocupação do Estado. E como disse Antenor Nascimento (2004) no artigo *Anatomia do Líder*, “a questão política tornou-se um caso de polícia”, especialmente durante a ditadura que vigorou entre 1937 e 1945.

Nos primeiros anos da República Nova, Carlos Lacerda ainda não participava ativamente dos acontecimentos políticos – isso só ocorreria em 1932, com seu ingresso na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro –, mas ele os acompanhava por meio dos jornais e principalmente por intermédio do pai, que havia apoiado a Revolução de 30, mas que depois rompera com Getúlio alegando ter o seu governo tomado outros rumos. Em seu *Depoimento*, Lacerda afirma que tal ruptura se deu quando Getúlio deixou de cumprir os compromissos assumidos com os Tenentes e, portanto, com seu pai, e começou a fazer uma política idêntica à de antes de 30:

O Getúlio começou a não cumprir os compromissos que tinha assumido com os Tenentes, em grande parte assumidos através de meu pai. Ele começou a trair quando passou a fazer uma política igualzinha à de antes de 30, só que então com o pessoal dele. (LACERDA, 1978, p. 27).

É nesse período de transição política que Carlos Lacerda inicia as suas atividades jornalísticas, colaborando inicialmente no *Correio de Vassouras*. Em fins de 1930, ele vai procurar emprego no *Diário de Notícias*, que o contrata como articulista para ajudar Cecília Meireles com a redação da página da educação, na qual publicaria, em 29 de agosto de 1931, seu primeiro artigo assinado. Em sua biografia, Dulles afirma: “Num estilo floreado, o jovem repórter discutia as aspirações da juventude e os ‘pecados’ dos ‘enciclopedistas’ e egotistas que as ignoravam.” (DULLES, 1992).

Nos artigos subseqüentes, Lacerda já começava a dar evidências de atuação política por meio do jornalismo. Neles, Lacerda lutava para que fossem abolidos os privilégios das cátedras, defendia a livre manifestação das correntes ideológicas, e também reivindicava, dentre outras coisas, um prédio em melhores condições para a Faculdade de Direito, que comportava mais que o triplo do número de alunos para o qual fora projetada.

Em seu *Depoimento*, Lacerda explica que o *Diário de Notícias* teve um grande papel na Revolução de 30. Segundo ele, esse jornal “[...] surgiu exatamente em cima da Revolução de 30 [...] e havia ali um ambiente político muito intenso. O jornal era um

centro de debates em torno da ‘ocupação’ da Revolução de 30 pelos gaúchos e também o precursor da reação contra essa ‘ocupação’.” (LACERDA, 1978).

A partir de 1931, quando já cursava o pré-jurídico da Faculdade de Direito, Lacerda passou a contribuir com informações sobre a Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. E era dessa forma que o *Diário de Notícias* conseguia manter seus leitores informados sobre as atividades do curso e dos alunos da Faculdade de Direito.

Lacerda participou, em meados de 1933, da revista *rumo*, uma publicação mensal subsidiada pelo governo para os alunos da Casa do Estudante do Brasil. Em seus artigos, Lacerda fazia denúncias contra Alceu Amoroso Lima, secretário da Liga Eleitoral Católica, e contra o catolicismo de modo geral, além de ridicularizar Hitler, Mussolini e Plínio Salgado e sua Ação Integralista Brasileira. Também escreveu sobre Vassouras, cidade natal de seus familiares, argumentando que a “zona intermediária” do Brasil estava sendo negligenciada por estrangeiros que escreviam sobre o país como se apenas os sertões e o litoral existissem. (DULLES, 1992). Enquanto trabalhava para *rumo*, Lacerda ainda escreveu alguns artigos para o *Jornal do Povo*, do jornalista Aparício Torelli, cujas portas foram fechadas em poucas semanas devido ao fato de a polícia tê-lo considerado uma ameaça comunista.

A revista *rumo* deixa de ser publicada em 1934, e Lacerda passa a colaborar então com a *Revista Acadêmica*, de Murilo Miranda, na qual fazia análises de obras brasileiras como *São Bernardo*, *Usina* e *Jubiabá*, e acaba se especializando em crítica literária. Nessa época, Lacerda, atraído pela Federação da Juventude Comunista, conseguiu ajuda financeira para a publicação da revista *Juventude*, dirigida ao público jovem e da qual tornou-se o redator-chefe.

Em 1935, Carlos já participava das atividades promovidas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização responsável por promover e apoiar frentes populares antifascistas, que foi formada por tenentes e partidários da oposição como um movimento contrário à Lei de Segurança Nacional e que visava libertar o Brasil dos imperialistas estrangeiros. Nessa época, escreveu para o diário oficial da ANL, *A Manhã*, do qual fez uso para denunciar a burguesia e a prisão de um comunista de São Paulo; e para o semanário de Francisco Mangabeira, *Marcha*, cujo objetivo era o de lutar por um governo popular revolucionário, tendo Prestes como líder. Da equipe editorial do semanário *Marcha* participavam Lacerda e outros nomes importantes da época, tais como: Rubem

Braga, Di Cavalcanti, Newton Freitas e Caio Prado Júnior, líder da ANL em São Paulo. Nesse mesmo ano, Lacerda publicaria ainda seu primeiro livro, *O quilombo de Manuel Congo*, pela Editora Revista Acadêmica, o qual, devido as suas atividades comunistas, que já lhe criavam problemas com a polícia, precisou ser assinado com o pseudônimo de Marcos, mesmo pseudônimo com que assinava os artigos do *Marcha*.

Entre 1935 e 1936, com as revoltas comunistas que irromperam no Brasil, Lacerda precisou se esconder para não ser preso pela polícia de Vargas. Todavia, mesmo na clandestinidade, ainda publicou artigos pelo periódico *Unidad* de Buenos Aires, no qual assinava seu próprio nome e criticava o desenvolvimento burguês e os caminhos da literatura mundial.

No início de 1938, Lacerda já era reconhecido por seu talento jornalístico. Nessa época, associou-se ao *Observador Econômico e Financeiro*, criado por Valentim Bouças, que além de ocupar um cargo no Ministério da Fazenda, era diretor da IBM do Brasil e parceiro de golfe de Vargas. Esse emprego no *Observador* não impedia que Lacerda colaborasse com outros jornais e revistas. Ele também escrevia artigos para o semanário *Diretrizes*, de Samuel Wainer, que tinha fama de dar oportunidade para escritores da esquerda; ele deixa de colaborar com este logo no início da Segunda Guerra Mundial por discordar da linha política que vinha adotando. Lacerda ainda contribuiu com a revista *Seiva* – a única publicação antifascista na época na Bahia – sob o pseudônimo de Marcos Pimenta. No *Observador Econômico e Financeiro*, Lacerda criou o *Boletim da Associação Comercial* e publicou vários artigos sobre a colonização alemã e a região do rio São Francisco. Porém, em meados de 1939 ele pede demissão do cargo em solidariedade a Olímpio Guilherme, que na época era o presidente do Conselho Nacional da Imprensa e também um dos diretores do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e havia se demitido por não ter conseguido autorização de Vargas nem do chefe do DIP para que *O Estado de São Paulo* voltasse a funcionar.

Em agosto de 1942, com o Brasil declarando guerra contra a Alemanha e a Itália, Lacerda decide trabalhar para a Companhia Editora Nacional. Nessa editora ele faria não só críticas de livros, mas também a tradução de uma biografia de Thomas Jefferson. Logo depois, Lacerda seria convidado a entrar para os *Diários Associados*, uma empresa de Assis Chateaubriand, em que dirigiria a Agência Meridional, uma agência telegráfica de grande rede jornalística dos *Diários Associados*. Ali ele exerceu o cargo de secretário de redação de *O Jornal* – o diário de maior destaque dos *Associados* – no qual escrevia

matérias relacionadas à guerra. Lacerda, no entanto, não permaneceu muito tempo nesse cargo e dele se demitiu por se recusar a desmentir alguns dados de uma entrevista concedida ao jornal por Fernando de Souza Costa, interventor em São Paulo.

Em fins de 1944, Lacerda começa a trabalhar como *free-lance* para o *Correio da Manhã* e para o *Diário Carioca*, jornais também de oposição ao governo e dos quais ele se utilizou para atacar, sobretudo, o getulismo e o comunismo. Todavia, com pouco tempo de trabalho, Lacerda conseguiu se tornar o redator do *Diário Carioca*, e logo no início de 1946 criaria, no *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, a sua coluna diária mais famosa, intitulada “Na tribuna da imprensa”, na qual fazia uma crônica da Constituinte, analisando acontecimentos e questões da vida nacional e internacional do ponto de vista antigetulista.

Por volta de 1948, em visita à Palestina (quando da criação do Estado de Israel), Lacerda ainda trabalhou como correspondente para *O Estado de São Paulo*, o *Jornal do Comércio* de Pernambuco e para a Rádio Mayrink Veiga. Em abril de 1949, Lacerda decidiu deixar o *Correio da Manhã*, novamente em decorrência da suspensão de uma série de artigos que escrevera e que, se fossem publicados, prejudicariam dois grupos nacionais privados e beneficiados pelo governo Dutra. Lacerda fazia oposição à entrega, pelo governo, de concessões de refinarias de petróleo a duas famílias, a Soares Sampaio e a Peixoto de Castro. Essas famílias representavam os grupos Soares Sampaio-Corrêa e Castro e Drault Ernany-Eliezer Magalhães, grupos proprietários, respectivamente, da Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A, de São Paulo, e da Refinaria de Petróleo do Distrito Federal S/A.

Carlos Lacerda defendia a tese de que o refinamento do petróleo deveria estar nas mãos do governo e não nas de grupos privados, e descreveu essas concessões como “um escândalo”, exigindo que fossem anuladas todas elas. Lacerda conseguiu publicar apenas o primeiro artigo da série, imediatamente suspensa no dia seguinte por Paulo Bittencourt, o proprietário do *Correio da Manhã* e amigo muito próximo da família Soares Sampaio. Bittencourt confessou que não teve condições de publicar os artigos de Carlos Lacerda com a seguinte alegação:

Os Sampaio são meus amigos de juventude, fizemos muita farra juntos, bebemos muito juntos, lutamos juntos a nossa mocidade inteira. Não posso deixar sair no meu jornal uma paulada dessas neles. (LACERDA, 1978, p. 75).

Não aceitando as condições impostas pelo jornal, Lacerda decidiu se desligar, exigindo de Bittencourt uma retratação pública, que por sua vez foi editada em 1º de maio de 1949: “Má notícia: Carlos Lacerda deixou de colaborar neste jornal. Que nos fará falta sua colaboração – ardente, pessoal, um pouco romântica e subjetiva, mas sempre corajosa e honesta – não há dúvida.” (DULLES, 1992). Em seu *Depoimento*, Lacerda (1978) declarou que perdeu para Bittencourt os direitos sobre o título da coluna *Na tribuna da imprensa*, os quais lhe foram cedidos, ao passo que o título haveria de se tornar o nome do jornal de Lacerda.

Carlos Lacerda enfrentou muitas dificuldades para encontrar um jornal em que pudesse voltar a trabalhar, em função de seu jornalismo combativo. Nessa época, alguns amigos tentaram convencê-lo de que deveria fundar seu próprio jornal, desafio que, apesar das dificuldades financeiras que teria de enfrentar, resolveu aceitar. Assim, com o apoio de amigos ligados à UDN – que organizaram uma campanha para angariar fundos para ajudar Lacerda –, da Igreja Católica e de dois grandes acionistas, Adauto Lúcio Cardoso e Luís Severiano Ribeiro, dono de uma cadeia de cinemas no Rio, Lacerda lança, em 27 de dezembro de 1949, o seu próprio jornal, a *Tribuna da Imprensa*.

A *Tribuna* foi um jornal inicialmente projetado para se dedicar à “cristianização da sociedade”, mas, em pouco tempo de existência, já travava as maiores batalhas contra as autoridades vigentes, transformando-se num jornal de oposição, voltado principalmente para os interesses do país; desenvolvendo várias campanhas contra as forças políticas vinculadas ao getulismo e à corrupção política administrativa; fazendo denúncias de negociatas, fraudes, imoralidades; e combatendo a subversão e o comunismo. (DULLES, 1992). A *Tribuna* também se voltou para as principais propostas da União Democrática Nacional (UDN), partido pelo qual Lacerda se elegeu vereador em 1947, deputado federal em 1954 e 1958, e governador em 1960.

Walter Cunto, um dos jornalistas que trabalhou com Lacerda na *Tribuna da Imprensa*, comenta algumas das campanhas políticas mais importantes realizadas pelo jornal durante o período em que Lacerda lá esteve: a *Ajuda teu irmão* e a do *Última Hora*.

As campanhas que a *Tribuna* fez durante o período em que estive lá foram grandes. Uma da qual se fala muito pouco – *Ajuda teu irmão* – foi feita para atender o pessoal nordestino na seca. Outra grande campanha, que deu com o Carlos Lacerda na prisão, foi sobre o lenocínio, quando a *Tribuna*

denunciou os policiais que recebiam dinheiro do lenocínio e do jogo do bicho. Além, lógico, da grande campanha contra a *Última Hora*, que acabou provocando a queda do Getúlio. (MAGALHÃES, 1993, p.118).

Marina Gusmão de Mendonça afirma em *O demolidor de presidentes* que esse jornal caracterizou-se “[...] desde o início como um veículo de teses antinacionalistas e antipopulares, cujo principal objetivo seria, a partir de 1950, a liquidação de adversários, investindo sobretudo contra o getulismo e a política populista.” (MENDONÇA, 2002).

A partir de 1951, a *Tribuna da Imprensa* tornou-se o jornal de maior oposição, e o que realizou as campanhas e os ataques mais violentos ao governo. Na campanha contra o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, Lacerda acusava o governo de ter conseguido um financiamento de quase 250 milhões de cruzeiros do Banco do Brasil para o referido jornal de modo ilícito, caso que ficou conhecido como “fenômeno de corrupção através da imprensa”, e chegou a levar à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as transações efetuadas pelo *Última Hora*. A UDN, responsável por essa apuração, não conseguiu provar o envolvimento de Vargas no crime, o que criaria a possibilidade de um *impeachment* do presidente. Todavia, essa campanha foi a precursora de várias outras que culminaram na derrubada de Getúlio Vargas do poder, seguido de seu suicídio, em 1954.

Como se pode ver, o jornalismo representou, para Lacerda, uma importante via de acesso ao processo político nacional; contudo, não devemos ignorar o fato de ele ter pertencido a uma família que participava ativamente da vida política do país. Seu pai, Maurício Paiva de Lacerda, foi jornalista, deputado federal (1912-1920), revolucionário em 1922 e 1924, novamente deputado federal, revolucionário em 1930, membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e acusado de envolvimento no levante comunista de 1935. Seu avô, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1887-1898) no governo Prudente de Moraes, e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) (1912-1925). Seus tios, Fernando e Paulo de Lacerda, foram líderes do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Se Lacerda sofreu influência política de seu ambiente familiar ou de seu contato precoce com o jornalismo, ou ainda de ambos os lados, isso é bastante discutível. O que não se pode negar, no entanto, é que o jornalismo foi a "ponte", o meio pelo qual seu contato com a política se tornaria mais intenso e objetivo – já que ele não iria apenas

participar de discussões políticas, como acontecia em seu ambiente familiar, mas teria de tomar uma posição em relação a elas. Lacerda, assim como o pai e os tios, sempre foi político de oposição. Em seu *Depoimento*, declarou que a casa de sua família era um verdadeiro centro de reuniões políticas, de debates políticos, de modo que a política, naturalmente, era o assunto mais comum de todos:

Fui criado num meio político. Ouvi falar de política em casa desde que me entendo por gente. (LACERDA, 1978, p. 27). Meu pai foi político a vida inteira, sempre de oposição e meu avô nessa época era um político em recesso, era ministro do Supremo, mas nem assim deixava de acompanhar pelo menos a política municipal de Vassouras. De sorte que a política era um assunto de todo dia. (LACERDA, 1978, p.29).

Embora Lacerda tivesse consciência das influências políticas que herdara do ambiente em que cresceu, ele nunca deixou de reconhecer a importância do jornalismo na sua carreira política. Sobre o jornalismo diria mais tarde:

Depois o jornalismo me levou, naturalmente, a um tal contato com a política que acabou importando numa espécie de compromisso: à força de dizer todos os dias, num jornal, como é que devem ser feitas as coisas e a fazer oposição, acaba-se de certo modo, comprometido a fazê-las. (LACERDA, 1978, p. 28).

O valor do jornalismo na carreira política de Lacerda foi um fato reconhecido não só por ele, mas por vários outros jornalistas. Mauro Magalhães, líder do governo na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, traz em *Carlos Lacerda: o sonhador pragmático*, o depoimento de Walter Cunto, que ocupou a assessoria de imprensa no Palácio Guanabara e traçou um perfil desconhecido de muitos, o do Lacerda jornalista – “um dos mais importantes” que o Brasil já teve – e do homem, do amigo que se irritava com a célebre frase de David Nasser, de que ele, Lacerda, “não teria amigos e sim momentos de amizade.” (MAGALHÃES, 1993). Em depoimento para os arquivos da Sociedade Amigos de Carlos Lacerda, Cunto ainda diria que:

Carlos, como jornalista na *Tribuna da Imprensa*, foi, a meu ver, um dos maiores deste país. [...] Ele não era o diretor do jornal; ele saía para fazer as reportagens. Com ele, todos nós aprendemos muito não só por osmose, mas também porque nos dava aulas de jornalismo. (LACERDA, 1978, p. 116).



Do mesmo modo, em tempos mais recentes, jornalistas como Luiz Gutemberg e Joscana Paganini, do *Jornal de Brasília*, Flávio Galvão, de *O Estado de São Paulo* e professor Otaciano Nogueira, do *Jornal da Tarde*, todos compartilharam da opinião de que Lacerda foi um dos jornalistas e políticos mais famosos e polêmicos do Brasil. O professor Otaciano assim se referiu a Lacerda, em reportagem publicada no Caderno de Sábado do *Jornal da Tarde*: “Para chegar aos píncaros da glória como político, de onde a adversidade o arrebatou para a queda inevitável, Carlos Lacerda alicerçou sua fama como um dos mais brilhantes jornalistas da época.” (NOGUEIRA, 2000).

A Revolução de 30, portanto, foi um marco no início da carreira jornalística e, subsequente, da carreira política de Lacerda. A carreira jornalística representou ao longo de sua vida o seu grande trunfo, pois, por intermédio dela, ele sempre obteve total liberdade para escrever sobre o que lhe aprouvesse, falar bem ou mal de quem desejasse, e, quando lhe negavam esse direito, demitia-se do jornal e saía em busca de um outro que lhe oferecesse mais liberdade de expressão. Por outro lado, a carreira política sempre fez com que ele se sentisse moral e politicamente comprometido com a população, pois, segundo seus conceitos, a política deveria ser colocada em termos dos interesses maiores da nacionalidade e do bem-estar comum, e não apenas, por questões de vaidade, do controle do poder – característica que considerava desprezível em um homem público, e que o levou muitas vezes a atacar violenta e impiedosamente os seus adversários políticos.

O jornalismo, atividade que Lacerda exerceu de 1931 a 1977, ano de sua morte, foi portanto o instrumento que forneceu as bases e proporcionou as condições necessárias para que a carreira política de Carlos Lacerda se consolidasse. Por meio do jornalismo, Lacerda conseguiu não só transmitir o seu pensamento político, como também combater, com uma virulência exacerbada, todos os seus adversários políticos ao longo de mais de três décadas, fato que o levou a integrar-se de vez ao processo político nacional.

### **A Política: Um Meio de Chegar ao Poder**

O início da carreira política de Carlos Lacerda se deu em 1932, quando ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Logo no início, aproximou-se de um grupo cujos líderes eram os professores marxistas Edgard Castro Rebelo e Leônidas Rezende, mas no

qual também havia outros nomes de peso como Mário Lago, Evandro Lins e Silva e Antônio de Pádua Chagas Freitas.

Em 1934, ainda na faculdade, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB, da qual acabou se tornando militante – embora sempre tivesse negado ter realmente ingressado como membro do partido. Lacerda, naquela época, integrou a comissão organizadora do I Congresso da Juventude do Brasil, que tinha como objetivos reunir os estudantes em torno de posições democráticas e impedir o desenvolvimento do fascismo no Brasil, representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Nesse mesmo ano, Lacerda se decepcionou com o Direito e resolveu abandonar o curso em função de ter sido reprovado em direito penal. Lacerda justificaria definitivamente a sua opção pela vida política após concluir duas coisas sobre o Direito e a profissão que iria exercer:

Primeiro que eu era contra a ordem jurídica vigente, segundo, que a advocacia era uma profissão muito estranha, porque os casos que me interessavam não davam dinheiro e os casos que davam dinheiro não me interessavam. (LACERDA, 1978, p.35).

Em sua rápida passagem pelo comunismo, Lacerda participou ativamente da entidade Aliança Nacional Libertadora (ANL), que era controlada pelo PCB e propunha a luta contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. Nessa fase, ele participou de várias reuniões, manifestações e atos públicos realizados pela instituição que reunia comunistas, socialistas, vários sindicatos de trabalhadores e organizações juvenis e feministas. Embora não tivesse participado diretamente do levante de 1935 – um levante armado que tinha como principais objetivos a derrubada de Vargas em decorrência de ele ter decretado o fechamento da ANL, e a instituição de um governo popular-nacional-revolucionário, com Luís Carlos Prestes à frente – Lacerda precisou se esconder várias vezes para não ser preso.

A sua prisão, contudo, viria a acontecer pouco tempo depois na Bahia, quando Lacerda participava de uma caravana de estudantes que fazia a propaganda da candidatura de José Américo para a Presidência. Foi então que Vargas deflagrou o golpe que determinou o fechamento do Congresso Nacional e a extinção de todos os partidos políticos no país, instaurando o Estado Novo, em 1937. Estabelecia-se então a censura à imprensa, ao mesmo tempo em que se fazia a propaganda do chefe de governo (Vargas) por meio de um Departamento de Imprensa (DIP) – considerado por muitos como peça

importante do novo regime, responsável pela simpatia que Vargas despertou nas classes trabalhadoras.

Em 1939, conforme registrou em seu *Depoimento*, Lacerda rompeu definitivamente com o PCB, devido à repercussão do artigo “A Exposição Anticomunista”, que escreveu para a revista *O Observador Econômico e Financeiro*, sob encomenda do DIP. (LACERDA, 1978). Esse artigo, segundo Dulles (1992), seria distribuído durante a comemoração do primeiro aniversário da implantação do Estado Novo. O governo desejava organizar uma exposição reunindo as grandes realizações de todos os ministérios, dentre as quais uma delas seria dedicada à vitória na luta contra o comunismo. Olímpio Guilherme, diretor da referida revista na época, comunicou a Carlos Lacerda que o DIP desejava que se fizesse incluir nesse artigo um estudo histórico sobre o PCB, mas tinha certeza de que Lacerda não aceitaria escrever esse artigo devido a suas ligações comunistas – fato que se confirmou com o pedido de Lacerda para que se procurasse outro escritor para a tarefa.

Todavia, depois que Lacerda comunicou o fato a alguns amigos também militantes do PCB, e todos temendo que outro escritor, anticomunista, pudesse ser convidado para realizar tal empreitada, decidiu-se que o PCB estaria em melhor condição se um militante escrevesse tal artigo. O grupo resolveu que a diretoria do PCB teria de ser consultada sobre essa questão e que eles precisariam aguardar uma posição do partido. A resposta não tardou a chegar e a decisão foi a de que Carlos Lacerda deveria aceitar o trabalho proposto pela revista e que poderia se valer dessa oportunidade para mostrar que o comunismo não representava perigo algum para o Brasil, não havendo necessidade de o governo lançar mão da dura repressão que vinha sendo impingida ao partido e a seus adeptos.

É necessário, a essa altura, esclarecer que o fato de Carlos Lacerda ter começado a colaborar com a publicação de *O Observador Econômico e Financeiro* – sendo ele militante do PCB – já podia ser considerado “certa” aproximação de grupos mais conservadores, uma vez que a revista fora criada por Valentim Bouças, Secretário do Conselho Técnico e Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, e dirigida por Olímpio Guilherme, presidente do Conselho Nacional de Imprensa e um dos diretores do DIP, ambos homens importantes do governo Vargas.

Não havia, porém, nenhum indício de que Lacerda pudesse algum dia sair do PCB – havia-se dedicado com fervor a ele –, que dirá trair seu partido trocando-o por um partido conservador. Todavia, o artigo intitulado “A Exposição Anticomunista” repercutiu como se

fosse exatamente essa a intenção do autor, pois para muitos Lacerda assumiu uma postura totalmente contrária à do partido e à do movimento comunista, passando a defender idéias bastante conservadoras. Para escrever o artigo, Lacerda não contou apenas com depoimentos de membros importantes do PCB, como foi o caso de Astrojildo Pereira, ex-líder do partido e portanto um dos grandes conhecedores de sua organização interna, mas também teve acesso a documentos comunistas apreendidos pela polícia durante as revoltas de 1935, e a algumas revelações feitas por réus do Tribunal de Segurança Nacional.

As acusações que recaíram sobre Lacerda foram as de ter ele revelado normas e segredos do PCB; de ter usado um discurso bastante anticomunista; ter investido contra os anarquistas, criticando a ação política deles durante a República Velha; ter atacado o marxismo e os seus ideólogos no Brasil; ter criticado ações do PCB, referindo-se ao partido como o “terrível partido”; e principalmente ter atacado o comandante desse partido, Luís Carlos Prestes, que, segundo Lacerda, tinha propósitos falsos com relação ao Brasil, “tentando lançar o país na anarquia das lutas internas”. Lacerda ainda ridicularizou a imagem de Lênin, referindo-se a ele como o “gênio degenerado” e, para espanto do PCB, ainda teceu elogios ao presidente Vargas e à política que vinha desenvolvendo a partir de 1930.

Essas declarações inesperadas de Lacerda foram responsáveis pelo fato de o PCB tê-lo considerado um traidor e, conseqüentemente, tê-lo expulsado do partido, expulsão que se deu da forma mais humilhante possível para um militante. O comitê do PCB, além de ter redigido panfletos para serem distribuídos aos membros do partido, também fez questão de espalhar esses mesmos panfletos no centro do Rio de Janeiro. Neles, Lacerda era acusado não só de traidor, mas também de responsável pela morte de vários companheiros, o que tornou Lacerda alvo de desprezo por parte de seus amigos, a ponto de ele declarar que havia-se tornado “órfão”.

Esses episódios, segundo Marina Gusmão, fizeram com que Lacerda desenvolvesse um ódio mortal aos comunistas, paralelamente ao que já sentia por Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930, e sobretudo após a implantação do Estado Novo – período em que Lacerda, seu pai e tios foram perseguidos e presos pela polícia de Vargas – e passasse a combater o comunismo e o getulismo incansavelmente, prática que, com o tempo, se transformaria “na tônica de sua atividade política.” (MENDONÇA, 2002).

A partir de 1943, Carlos Lacerda começou a opor-se abertamente ao Estado Novo. Em discurso que fez em Belo Horizonte a convite do prefeito Juscelino Kubitschek, em agosto do mesmo ano, declarou que o fato de Minas Gerais apresentar um grande número de funcionários públicos não era motivo para que o Estado não conspirasse contra a ditadura de Vargas. Pouco tempo depois, em outubro de 1943, ocorreria a primeira manifestação pública de descontentamento com o regime autoritário de Vargas, com a divulgação do “Manifesto dos Mineiros”, assinado por homens importantes de Minas como Pedro Aleixo, Milton Soares Campos, Afonso Pena Jr., Afonso Arinos e o ex-presidente Arthur Bernardes, que clamavam pelo restabelecimento da democracia no Brasil. Alguns deles chegando a se filiar à UDN durante a reorganização partidária em 1945.

Marina Gusmão afirma que Lacerda contribuiu “indiretamente” tanto para a “desagregação” do Estado Novo, quanto para a deposição de Vargas em 1945. No primeiro caso, sua participação se restringiu à publicação das declarações do interventor em São Paulo, Fernando de Souza Costa: “O Brasil deveria parar de plantar café, um produto sem valor nutricional e tão dispensável quanto a música, o luar, os charutos.” (MENDONÇA, 2002). Esta afirmação provocou a queda dos preços do café e levou Vargas a exigir uma retratação e a repreensão do repórter, David Nasser. Nessa mesma época, Lacerda ainda soltaria uma nota na qual declarava que a Associação Comercial do Rio de Janeiro se dizia insatisfeita com o Imposto de Consumo, o que acarretou em uma pressão do DIP para se desmentir o conteúdo da nota, enquanto a Associação Comercial negava a notícia. No segundo caso, ele apenas tomou parte do grupo encarregado da redação da declaração de princípios aprovada pelo I Congresso Brasileiro de Escritores, na qual se exigia democracia e direito de voto universal, direto e secreto, como condição para o exercício pleno da soberania. Como se podia prever, a censura do DIP impediu a publicação desse documento. Porém, por ter tido uma atuação muito importante no Congresso, no qual “[...] ficou clara a sua capacidade oratória, cujo brilho fascinava até os mais destacados intelectuais” (MENDONÇA, 2002), Lacerda conseguiu que José Américo de Almeida, então Ministro do Tribunal de Contas da União, se comprometesse a garantir a publicação nos grandes jornais. A princípio, os jornais mais importantes rejeitaram o artigo temendo represálias por parte do governo. Entretanto, após as declarações de José Américo contra o Estado Novo, denunciando as falhas do governo, e também após a entrevista de Maurício de Lacerda, que exigia a eliminação da censura e o restabelecimento de eleições, o jornal *Correio da Manhã* decidiu “testar” a reação do DIP e divulgar as declarações de José

Américo. O artigo foi publicado sem menção ao nome de Lacerda e como não foi censurado pelo DIP obteve enorme repercussão na imprensa, acabando por representar um marco na luta contra a censura imposta pelo governo de Vargas que, a partir de sua publicação, permitiu novas eleições para deputados e para um novo presidente e anunciou a extinção da função de censura do DIP.

Nas eleições de 1945, Lacerda atacou Prestes e investiu contra o candidato do PCB, Iedo Fiúza, temendo que este pudesse prejudicar o candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes, que Lacerda se empenhava em eleger. Entretanto, não só Lacerda, mas a maioria dos intelectuais e da imprensa se surpreendeu quando o candidato Eurico Gaspar Dutra foi eleito para a Presidência. Esse resultado foi um choque porque deixava evidente que a força política de Vargas ainda imperava entre os brasileiros. Vargas, além de ter conseguido eleger Dutra – ao fazer um apelo de última hora à população em favor deste, demonstrando que ainda era detentor de enorme popularidade – ainda conseguiu se eleger senador pelo Rio Grande do Sul. E Prestes foi o senador mais votado no Distrito Federal.

Esses resultados fizeram com que Carlos continuasse sendo aquele opositor de sempre, determinado a combater o comunismo e o getulismo sob todas as formas. Assim, após sua viagem à Europa com objetivos de estudar as cooperativas européias que se formaram no período pós-guerra e participar da Conferência da Paz de Paris, no final de 1946, Lacerda decide participar das eleições de janeiro de 1947. Ele é eleito vereador pela UDN em 19 de janeiro de 1947 com um número de votos bastante significativo e, pela primeira vez, ocuparia um cargo eletivo.

Dentre as primeiras medidas adotadas por Lacerda no novo cargo está a tentativa de mudar o nome da Avenida Presidente Vargas (!) para Castro Alves, e sua tentativa de organizar uma comissão para investigar as perseguições nos setores municipais pelos agentes policiais de Vargas. Sua mais importante contribuição, contudo, foi ter estimulado progressos nos sistemas de esgotos nos subúrbios do Rio, que sofriam com as enchentes. Lacerda ainda apresentou projetos esportivos com custos acessíveis e chamou atenção para a necessidade de resolver os problemas com relação ao tráfego. Preocupou-se também com projetos urbanísticos e na área de transporte.

Lacerda, contudo, não permaneceu muito tempo no cargo e renunciou em sinal de protesto à votação do Estatuto do Distrito Federal, que retirava da Câmara Municipal o poder de examinar os vetos do prefeito. Durante esse mandato, Lacerda ainda defendeu a campanha

em favor da autonomia do Distrito Federal, e também a eleição do prefeito, em lugar de sua nomeação pelo presidente da República. Em seu último discurso na Câmara Municipal, Lacerda explicou que:

Um principiante da vida pública não poderia fazer maior sacrifício do que dizer adeus a essa vida para mostrar a existência de homens capazes de cumprir a sua palavra no momento em que os partidos e os homens públicos estavam abdicando da honra e dignidade, em que esta própria Câmara se apressa a cumprir uma lei do Congresso que manda cassar o mandato de 18 vereadores, em que a Câmara Municipal "se dobrou" ante um plano "feito no escuro contra o protesto unânime", em que a UDN, "de recuo em recuo, se entrega a uma falsa democracia", e em que "dias de sangue e de apreensões se preparam para o Brasil." (DULLES, 1992, p.108).

O segundo cargo eletivo de Lacerda foi o de deputado federal (1954). Nessa época, ele tentou o adiamento das eleições de 3 de outubro, temendo que a morte de Vargas, um fato ainda muito recente, pudesse lhe atrapalhar os planos de se eleger deputado federal. Lacerda sabia que o fato de ter iniciado uma intensa campanha contra Getúlio Vargas, exortando as forças armadas a exigirem sua renúncia, que não se deu – muito embora em decorrência do isolamento político a que fora lançado e em vista da possibilidade de ser deposto Vargas houvesse decidido suicidar-se – Lacerda sabia que isso poderia tranqüilamente levar os eleitores a não votarem nele, Lacerda, e sim nos candidatos petebistas. Entretanto, para sua própria surpresa, Lacerda conseguiu se eleger o deputado mais votado com 159.707 votos, seguido de Lutero Vargas, com 120.913 votos.

Lacerda também não cumpriu esse mandato até o final. Ele apresentou vários projetos, tais com um novo código trabalhista que acabaria com o controle do governo sobre os sindicatos, extinguiria o imposto sindical e concederia aos trabalhadores a participação nos lucros da empresa. Aos trabalhadores seriam garantidos direitos amplos, os quais também se estenderiam aos trabalhadores rurais; seria criada uma nova cédula eleitoral oficial, a ser impressa oficialmente com os nomes de todos os candidatos para determinado cargo e fornecida pelo sistema de justiça eleitoral ao eleitor, quando este entrasse na cabine para votar. Todavia, esses projetos foram recusados pela comissão responsável pela elaboração de uma nova lei eleitoral, e Lacerda viu sua legislação naufragar em meio a outros projetos que favoreciam alguns políticos mais influentes.

Nessa época, alguns líderes da UDN descobriram e exibiram alguns documentos que confirmavam a acusação de que Kubitschek – então candidato à Presidência do Brasil

– havia enriquecido ilicitamente durante seu mandato na prefeitura de Belo Horizonte. Lacerda, então imbuído de espírito combativo, mas também temendo a candidatura à vice-presidência de João Goulart, o delfim de Vargas – o que representaria o retorno de um herdeiro de Vargas ao poder –, inicia uma conspiração para impedir a posse de Juscelino. Lacerda planeja um golpe, neutralizado pelo contragolpe do General Lott, o que possibilita a Juscelino assumir a Presidência e, ao mesmo tempo, obriga Lacerda a abandonar seu mandato de deputado e partir imediatamente do Brasil. Lacerda exila-se na embaixada de Cuba. Obtendo salvo-conduto por intermédio de Gabriel Landa, embaixador de Cuba no Brasil, Lacerda consegue embarcar para Cuba, de onde segue para os Estados Unidos, estabelecendo-se em Connecticut, com sua família. Em meados de 1956, Lacerda parte para Lisboa, de onde, no mês de novembro, decide retornar ao Brasil e reassumir seu mandato de deputado federal.

Em 1958, Lacerda reelegeu-se deputado federal como o candidato mais votado, com 143.012 votos. Durante o segundo mandato, seu principal objetivo foi tentar fazer com que o Congresso aprovasse um novo projeto de lei na área da Educação. Após muitos debates e alterações no projeto proposto por Lacerda, ele obteve sua aprovação pela Câmara dos Deputados, em 22 de janeiro de 1960. Acerca da autoria desse projeto, Dulles afirma que Lacerda fez a seguinte declaração: “A fim de ter o projeto transformado em lei tive de negociar a autoria do substitutivo, que deixou de ser meu para ser de ninguém.” (DULLES, 1992, p. 314).

Segundo alguns historiadores, Lacerda mudou seu perfil político nesse segundo mandato, fato também descrito por Lúcia Hipólito em seu estudo sobre a carreira de Lacerda. Sobre a elaboração da lei de educação, Hipólito afirma:

Lacerda, pela primeira vez, valeu-se da política para agregar os pontos de vista de facções em conflito. Ressalta que Lacerda travou contatos estreitos com membros de outros partidos, aceitou a colaboração de outros deputados como Aderbal Jurema, do PSD, e San Tiago Dantas, do PTB, adotou sugestões e prestou atenção às críticas. Lidando com adversários não como inimigos a serem destruídos, Lacerda fez o jogo da política como deve ser jogado num país democrático. Provavelmente sua atitude foi responsável pelo clima que prevaleceu durante a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sem dúvida um dos momentos mais esplêndidos do Congresso brasileiro desde 1946. (DULLES, 1992, p. 314).



Assim, após assumir a liderança política dentro da UDN, e conseguir aprovar seu projeto de lei na área de Educação de modo bastante democrático, Lacerda criou as condições necessárias para candidatar-se e ser eleito governador do Estado da Guanabara, em 1960.

Lacerda assumiu o governo da Guanabara em dezembro de 1960, iniciando a execução de uma ampla reforma administrativa. Segundo César Maia (economista e atual prefeito do Rio de Janeiro), em reportagem intitulada “Devastadoramente capaz”, para a *Folha de São Paulo*:

Lacerda assumiu o governo da Guanabara promovendo reformas inaugurais na administração pública brasileira, na área fiscal e na área administrativa. Com o auxílio do Deputado Aliomar Baleeiro, deputado constituinte na Guanabara, jurista especializado em finanças públicas, estruturou um sistema orçamentário, tanto nas relações entre o Executivo e o Legislativo, como na implantação, pela primeira vez no Brasil do orçamento-programa. (MAIA, 2007).

Em seu artigo, César Maia afirma que o governo de Lacerda “[...] não caiu do céu, mas surgiu da dinâmica anterior das prefeituras do então Distrito Federal.” (MAIA, 2007). Ele explica que, por se tratar da capital, o Distrito Federal contava com a presença de grandes talentos em todas as áreas, e em consequência disso havia sempre um grande número de projetos excelentes sendo criados em diversos campos. O grande problema detectado por Lacerda era que, devido à incompetência da prefeitura, esses projetos não saíam das gavetas, o que para Lacerda era um grande desperdício. Assim, parecia-lhe que a solução para o problema da inoperância dos projetos dependia apenas de uma questão prática – os projetos deviam ser retirados da gaveta, selecionados de acordo com sua visão de governo e colocados em prática de acordo com os recursos econômicos disponíveis.

Em sua gestão, Lacerda procurou estabelecer normas para o controle dos gastos públicos – as quais envolveram várias demissões de funcionários públicos que recebiam sem trabalhar – e tentou demitir alguns membros inativos do corpo de procuradores do Estado, nomeados na maioria das vezes por motivos políticos em outros governos. O governador também instituiu a obrigatoriedade dos concursos públicos para que fossem realizadas admissões, a fim de elevar o nível dos cargos públicos, para selecionar os beneficiados com cartórios, chegando até mesmo a instituir concursos para a admissão de garis. Em seu governo, os bancos do Estado não eram autorizados a fornecer empréstimos

para favorecer parlamentares, e os veículos estaduais não podiam ser usados para fins extra-oficiais. E para controlar a movimentação desses veículos, ele criou um registro diário de transportes, além de mandar pintar faixas amarelas em todos os veículos do Estado. Lacerda ainda tentou acabar com o jogo ilegal – o *jogo do bicho* – e com os constantes contrabandos que ocorriam principalmente nos desembarques de carga nos portos perto da Guanabara.

Após a promulgação da Constituição, Lacerda pôde apresentar seu plano de governo para uma reforma administrativa estadual que visava entre outras coisas a descentralização das tarefas executivas e a criação de regiões administrativas (ao todo foram criadas 21 regiões administrativas), as quais tinham por objetivo maior a total recuperação da cidade do Rio de Janeiro, além da criação de novas secretarias e companhias estatais. Na área da educação, como não havia verba para a construção de novas escolas, Lacerda conseguiu aumentar o número de salas das unidades escolares já existentes, construindo de 50 a 60 salas por unidade, o que amenizou o problema da falta de vagas nas escolas públicas.

As inovações administrativas e os planos de desenvolvimento de Lacerda necessitavam de muito dinheiro para que pudessem ser implementados, e o governador se prontificou a buscá-lo fora do Brasil. A Guanabara recebeu empréstimos norte-americanos que ajudaram na implementação de várias modificações no Estado. Foram realizadas várias obras como a construção de viadutos e túneis rodoviários, o sistema de abastecimento de Guandu, as modificações no Aterro do Flamengo, a canalização de esgotos. Também foram criadas companhias estaduais vinculadas à área de habitação – que, além de urbanizarem algumas favelas, ainda construíram vários conjuntos habitacionais, como os da Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança, onde foram construídas mais de 5 mil casas, que seriam ocupadas pelos moradores de várias favelas da região. Também se investiu no abastecimento com a criação da COSIGUA, que melhorou o sistema de abastecimento de água em todo o Estado; e na telefonia, com a CETEL, que levou a telefonia a 20 mil famílias; e por fim, melhorias na limpeza urbana.

O governo de Carlos Lacerda teve um bom começo, com realizações nos diversos setores e com a introdução de novos métodos executivos, os quais, de acordo com o deputado Laerte Vieira, “sacudiram os processos arcaicos encontrando uma alternativa para a viciada máquina burocrática” (DULLES, 2000). O governador, contudo, também passou por fases difíceis, como quando foi acusado por seus adversários de “Governador

Mata-Mendigos”, caso que gerou um escândalo, inclusive de repercussão internacional, e levou alguns parlamentares a exigirem o seu *impeachment*. Lacerda, entretanto, conseguiu provar que os elementos que vinham causando os assassinatos dos mendigos eram elementos da polícia anterior ao seu mandato e que ele herdara ao assumir o governo. Os envolvidos eram José Mota, da guarda pessoal de Kubitschek e Alcino Pinto Nunes, da guarda pessoal de Vargas e motorista da esposa de Gregório Fortunato, o homem que ordenara o assassinato de Lacerda em 1954.

Dessa forma, o último cargo eletivo de Lacerda foi o de governador da Guanabara. O governador ainda chegou a ser o candidato oficial à Presidência da República nas eleições marcadas para 1965. Entretanto, após os militares assumirem o poder em 1964, esse sonho foi ficando cada vez mais difícil de se concretizar. Lacerda ainda tentou criar a Frente Ampla junto com Juscelino Kubitschek e João Goulart, em 1966, numa tentativa de resistir à ditadura militar. Em 1967, ele ainda seria proibido pelo regime militar de aparecer na TV e, após sua prisão, seguida da cassação dos seus direitos políticos, em 1968, não teve outra alternativa senão a de se contentar com outras atividades não relacionadas à política.

Depois de ter seus direitos políticos suspensos por 10 anos, Lacerda passou a editar livros e a se dedicar a atividades empresárias e, ainda que esporadicamente, a atividades jornalísticas. Publicou algumas vezes na imprensa ora assinando seu nome, ora usando os pseudônimos da época do Estado Novo. Em 1975, ainda se ocupou da perigosa aproximação da esquerda do novo regime que vigorava em Portugal após a queda da ditadura salazarista, em 1974; e também colaborou no *Jornal do Brasil*, do qual teve que se afastar rapidamente por ordem de Brasília, que alegava o fato de ele estar com os direitos políticos suspensos.

A partir de 1970, Lacerda dedicou-se a escrever e publicar alguns livros. *A casa de meu avô*, considerado sua obra-prima, foi escrito e publicado pouco antes de sua morte, em 1977. Foram publicados post-mortem o *Depoimento* (1978) e *Discursos Parlamentares* (1982).

Por todo esse histórico, podemos dizer que Lacerda via na política uma forma de chegar ao poder – poder que para ele “[...] só se justificava se fosse no sentido de uma oportunidade de servir, de ser útil ao povo.” (LACERDA, 1978, p.402). Poder do qual quis

se servir sempre de forma democrática, sempre em prol da “florzinha” que é a democracia, em prol do bem estar da nação. Assim, toda vez que sentia que essa tão desejada democracia estava sendo ameaçada, e que tal fato poderia lhe atrapalhar os planos e impedi-lo de atingir o seu real objetivo de ser presidente, ele não hesitava em eliminar do seu caminho e do caminho da nação brasileira aqueles que constituíam essa ameaça. Com relação ao poder e à política, Lacerda fez uma surpreendente revelação:

Eu tinha vontade de ser escritor. Político não. Não gosto de política; acho conversa política uma conversa chatíssima, acho os interlocutores em geral muito chatos, no que estou já fazendo uma injustiça a vários deles. Gosto é do poder, política para mim é um meio de chegar ao poder. (LACERDA, 1978, p. 402).

## CAPÍTULO II

### ***Em Cima da Hora: a Tradução como Veículo de Manipulação Ideológica***

*Il est moins cinq*, de Suzanne Labin, foi publicado na França em 1961. Sua tradução, com o título de *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Carlos Lacerda, foi lançada no Brasil em 1963, pouco tempo depois de o Brasil ter passado por uma das mais graves crises políticas de sua história: a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 1961, e pouco tempo antes do Golpe de 1964, que depôs João Goulart e levou o Brasil a enfrentar a mais longa ditadura de sua história.

Como líder da UDN, Lacerda começou, no início de 1959, a articular dentro do partido a candidatura do governador de São Paulo, Jânio Quadros, à Presidência da República nas eleições que ocorreriam em outubro de 1960. Lacerda e a UDN, apoiados basicamente pelos empresários e pela classe média, cerraram fileiras em torno do candidato udenista, Jânio Quadros, que venceu as eleições, juntamente com Lacerda, então candidato ao governo do Estado da Guanabara.

Lacerda, entretanto, começou a divergir do governo Jânio Quadros logo nos primeiros meses, criticando a política externa adotada pelo presidente, que dentre outras coisas defendia o estabelecimento de relações comerciais com países socialistas, o reconhecimento do governo de Fidel Castro em Cuba e um novo tipo de relacionamento com os países africanos. As divergências entre governador e presidente se acirravam à medida que Lacerda percebia algum tipo de aproximação ou manifestação favorável do governo em relação aos países socialistas. No episódio da invasão de Cuba por tropas anticomunistas sediadas nos Estados Unidos, enquanto Jânio declarava-se contrário à invasão, Lacerda declarava-se a favor dos invasores. Esse fato, paralelamente ao descontentamento com a maneira pela qual Jânio vinha governando o Brasil, além do não-cumprimento das promessas do presidente para com o governo da Guanabara, acentuou ainda mais o afastamento entre os dois governantes, levando Lacerda a propor ao presidente a sua renúncia ao governo da Guanabara.

A discordância entre Jânio e Lacerda chegou ao ponto máximo não só devido à visita ao Brasil do então Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Che Guevara, mas também devido ao fato de Jânio Quadros tê-lo condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Esta medida desagradou tanto o governador carioca quanto os militares e, em represália à atitude do presidente, Lacerda decide condecorar o anticomunista Manuel Antonio de Verona, dirigente da Frente Revolucionária Democrática Cubana, que estava de passagem pelo Brasil em busca de apoio ao seu movimento.

Lacerda decidiu não mais apoiar Jânio Quadros e declarou que o presidente estava preparando um golpe que tinha como objetivo fechar o Congresso e mudar a Constituição de forma a fortalecer os poderes do presidente.

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda fez um pronunciamento no rádio e na TV denunciando uma conspiração preparada por Jânio e seu ministro da Justiça, Pedroso Horta. O ministro, em nota à imprensa, negou terminantemente a existência de uma conspiração vinda do Palácio da Alvorada, mas Jânio, sem o apoio do Congresso, decide entregar aos militares sua carta de renúncia, na qual declarava que “forças terríveis” (DULLES, 2000) levantaram-se contra ele.

Na ausência do vice-presidente João Goulart, o presidente da Câmara, Pascoal Ranieri Mazzilli, assumiu a Presidência da República. Os militares eram totalmente contrários à posse de Goulart e a vetaram, impedindo que ele assumisse a Presidência. Goulart só pôde retornar ao Brasil – num clima bastante hostil, pois era odiado pelos militares de alta patente por suas idéias esquerdistas – após a adoção do parlamentarismo, regime que vigorou até 6 de janeiro de 1963, quando um plebiscito decidiu pela volta do sistema presidencialista. Nessa época, Lacerda declarou que começou a combater João Goulart “[...] porque estava na ‘cara’ que a fórmula do parlamentarismo era falsa, que não iria funcionar, e que servia apenas para dar posse ao João Goulart, que depois passaria ao regime presidencialista de novo e a ditador.” (LACERDA, 1978, p.268).

Segundo Lacerda, o primeiro erro grave de Vargas quando este voltou ao poder em 1950 foi o de “procurar fazer do Jango Goulart o seu ‘delfim’, sem trocadilho, o seu herdeiro.” (LACERDA, 1978, p. 121). Ou seja, “consagrar” Jango, que, na sua opinião, não passava de um:

[...] rapaz inexperiente, esperto, inteligente, ignorante, com muito pouca vocação para o poder como

dever e com muito mais vocação para o poder como coisa hedonística, como gozo dos privilégios e dos favores que o poder pode dar aos amigos e das chateações que o poder pode dar aos inimigos. (LACERDA, 1978, p. 121).

Lacerda afirmava que João Goulart não visava o bem da nação, pois para ele quem estava no poder deveria querer antes de tudo o bem da nação, deveria tentar manter a ordem, e Jango estava fazendo exatamente o oposto:

O grande erro de João Goulart: começou a agitar o país. E quem está no poder deve ter interesse em ordem, não em desordem. Quem está no poder deve ser o último a querer a desordem, porque não tem nada a lucrar e tudo a perder. (LACERDA, 1978, p. 269).

O ano de 1963 e o início de 1964 foram caracterizados por um processo acelerado de agitação, e principalmente de radicalização política – as forças da direita desaprovavam a reforma agrária proposta por Goulart e se preparavam para desfechar o golpe; os partidos políticos tentavam articular as candidaturas à sucessão presidencial de 1965, já que havia a suspeita de que o presidente pudesse substituir o regime vigente por assembleias populares como as que existiam em Cuba e decidisse suspender as eleições presidenciais que deveriam ser realizadas naquele mesmo ano. Além disso, havia muita inquietação no setor industrial. Lacerda fazia discursos e escrevia artigos contra o governo Goulart. Em 19 de março, realizou-se em São Paulo uma grande manifestação contra Goulart, conhecida como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Mas a gota d’água para a hierarquia militar foi a rebelião dos marinheiros, que exigiam uma disciplina menos rigorosa e mais direitos. Em 24 de março, Goulart determinou que os amotinados fossem poupados da corte marcial, o que os levou a comemorar nas ruas do Rio de Janeiro. O fato revoltou a maioria dos oficiais militares, que se rebelaram em 31 de março e deram um golpe militar, sem derramamento de sangue, em 1º de abril.

Foi nessa época politicamente conturbada que Lacerda decidiu traduzir a obra de Labin – um verdadeiro tratado anticomunista – pois esta calhava à perfeição ao empenho de Lacerda no combate à influência comunista, que a seu ver aumentava e se infiltrava cada vez mais no país e, principalmente, no governo João Goulart.

Portanto, a escolha de *Il est Moins cinq* não foi mero acaso. Na verdade, esse livro permitia a Lacerda difundir uma visão contrária à política de inclinações esquerdistas adotadas pelo presidente como também, por meio do paratexto que inseriu na tradução, divulgar sua ideologia política ora sub-repticiamente, ora de maneira explícita, chegando até, nos momentos mais flagrantes, a se valer de tal expediente para se defender das acusações graves que lhe haviam sido imputadas durante o seu governo na Guanabara. Em vista disso, pode-se considerar *Em cima da hora* um exemplo típico de tradução com elementos paratextuais que apresentam uma clara intenção política, embora não seja um caso único entre outras traduções levadas a efeito por Lacerda, como *O triunfo*, de J. K. Galbraith, *Do escambo à escravidão*, de Alexander Marchant, *A Itália por dentro*, de Richard Massock, e *A Rússia de Stalin*, de Suzanne Labin – traduções essas que apresentam igualmente grande quantidade de material paratextual utilizado para a inserção das idéias políticas do tradutor.

Obviamente, essas alegações só podem ser validadas por meio de uma análise do tratamento dispensado por Lacerda no que diz respeito a intervenções de natureza diversa que, em sua função de tradutor, ele levou a efeito na tradução da obra aludida, bem como a seus modos peculiares de elaborar o material paratextual. Antes, porém, de analisarmos os procedimentos tradutórios adotados pelo político-tradutor e de detectarmos elementos da ideologia política implícitos neles, parece-nos necessário dar uma definição mais adequada de paratexto, de suas modalidades, função e importância na obra literária. Para tanto, recorreremos a um dos mais completos estudos sobre o assunto, a obra *Seuils*<sup>8</sup>, de Gerard Genette.

### **O Paratexto Segundo Genette**

Em seu estudo, Genette nos dá uma definição formal de paratexto, qual seja, os expedientes e convenções liminares tanto na obra (peritexto) quanto fora dela (epitexto), que fazem parte da mediação complexa entre livro, autor, editor e leitor. Genette classifica como elementos paratextuais, por exemplo, a capa, a contracapa, a jaqueta, as introduções e os prefácios, as dedicatórias e epígrafes, os pseudônimos, os títulos e subtítulos, as notas,

---

<sup>8</sup> As arguições que se seguem se baseiam na edição inglesa da obra intitulada *Paratexts: thresholds interpretation*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.



os epílogos e os posfácios. Para ele, o paratexto é o que permite a um texto tornar-se um livro e ser oferecido como tal aos seus leitores e, mais geralmente, ao público. Trata-se de uma zona entre texto e não-texto, uma zona não só de transição, mas de transação; um local privilegiado, estratégico, de uma influência sobre o público que está a serviço de uma melhor recepção, ou de uma leitura mais pertinente do texto. (GENETTE, 2001).

A fim de que se compreenda a mensagem paratextual de um livro é preciso determinar onde ela está inserida no livro, quando foi escrita, como é representada (se de forma verbal ou por meio de ilustrações), por quem e para quem foi escrita e, por fim, quais as funções que essa mensagem visava cumprir. Isso porque o paratexto, de certa forma, também é um texto. Na verdade, ele constitui um elemento passível de apresentar algum tipo de informação, tal como o nome do autor ou a data de publicação, ou mesmo relatar qual é o objetivo do texto, do autor ou do tradutor, etc. Por trazer essas informações, o paratexto pode tornar pública tanto uma intenção quanto uma interpretação desse autor, editor, ou tradutor. (GENETTE, 2001).

Como lembra Sehnaz Tahir-Gürçaglar em um ensaio denominado “What Texts Don’t Tell: The Uses of Paratexts in Translation Research”, na conclusão de sua obra seminal sobre paratextos Gérard Genette menciona três tipos de material que ele se abstém de analisar, quais sejam, traduções, publicações em série e ilustrações, reconhecendo no entanto a “relevância paratextual” (TAHIR-GÜRÇAGLAR, no prelo) dessas modalidades. Essa “relevância paratextual” diz respeito, no caso, à visão que considera a tradução como “uma atividade derivativa, sempre baseada em um outro texto cronologicamente anterior a ela” (TAHIR-GÜRÇAGLAR, no prelo), e, portanto, como um “comentário ao texto original” (TAHIR-GÜRÇAGLAR, no prelo), isto é, um traço paratextual à maneira de apresentação do original. Por outro lado, Sehnaz lembra que a definição da tradução nesses termos é de pouca utilidade à pesquisa acerca de processos tradutórios, além de estabelecer uma relação hierárquica entre o texto-fonte e o texto-alvo, já que, para Genette, o paratexto sempre está a serviço de algo que não seja ele mesmo, isto é, de um outro texto, tal funcionalidade, desse ponto de vista, sendo o que lhe determina a essência. Na verdade, essa visão da tradução, prossegue Sehnaz, desenvolve-se contrariamente à perspectiva que considera a tradução como uma atividade iniciada numa cultura-alvo e intentada, como disse Toury (TOURY, 1995) para satisfazer alguma necessidade presente nela, além de não dar conta de como o material paratextual pode “entrar numa relação dialógica com seu texto principal e alterá-lo” (TAHIR-GÜRÇAGLAR, no prelo).

## Labin e o Anticomunismo

Nascida em 1913 em Devoyon, na França, a escritora Suzanne Labin formou-se em Ciências pela Universidade de Paris. Ao longo de sua carreira, Labin acumulou vários títulos e prêmios, dentre eles o título de doutora *honoris causa* da Faculdade de Ciências Aplicadas de Londres e os prêmios *Liberté* e *Henri Malherbe*.

Labin publicou vários livros sobre anticomunismo. O seu primeiro estudo, *Elogio de la Razon, de la Democracia y del Hedonismo*, foi lançado em 1943, em Buenos Aires. A ele se seguiria *A Rússia de Stalin*<sup>9</sup>, publicado no Brasil em 1948 e também traduzido e prefaciado por Carlos Lacerda. Foi nessa época (1948) que, segundo Lacerda, deu-se o primeiro contato entre ele e Labin, quando da estada da escritora no Rio de Janeiro para o lançamento da tradução.

Em 1954 sairia *Le Drame de la Démocratie* (Paris, Ed. Horay), traduzido em três idiomas, e *Les Entretiens de St.-Germain, Liberté aux Liberticides?* (Ed. Spartacus, Paris, 1957), laureado com o *Prix Liberté*. *La Condition Humaine en Chine Communiste* (Ed. La Table Ronde, Paris, 1959) haveria de ser traduzido em cinco idiomas. Seu *Techniques of Soviet Propaganda*, publicado pelo Senado dos Estados Unidos, teria uma tiragem de 350 mil exemplares. Em 1961 seria lançado o seu *Vie ou Mort du Monde Libre* (Paris, Ed. La Table Ronde), contendo cinquenta depoimentos sobre a Guerra Política no Mundo. O livro *Compétition URSS X USA*, do ano seguinte (Paris, Ed. La Table Ronde) haveria de ser um estudo do "desafio" econômico, cultural, militar e psicológico dos Soviets.

Labin ainda escreveu folhetos importantes, alguns deles publicados no Brasil: *Refutação de Bertrand Russell*, *A fome na China comunista*, *Contra-Ataque: plano de contra-ofensiva política ocidental* e *A guerra política dos Soviets*, publicado pela Ed. Presença, no Rio de Janeiro. Suzanne Labin também foi organizadora de congressos em

---

<sup>9</sup> De um modo geral, nessa obra a autora traça um panorama do regime soviético, descrevendo suas inúmeras facetas em pormenores e se valendo de documentos, relatos, discursos, relatórios e depoimentos de dirigentes. A edição brasileira traz prefácio de Arthur Koestler e de Carlos Lacerda.

que o tema central era a guerra política dos soviéticos. Uma tese de sua autoria, apresentada em um desses congressos, foi traduzida e publicada no Brasil.

### **A Perseguição a Goulart**

Depois da renúncia de Jânio, João Goulart deveria assumir a Presidência do Brasil, mas por estar em missão diplomática na China, o presidente da Câmara, Pascoal Ranieri Mazzilli, acabou por ser empossado. Nesse período, o Brasil achava-se, por assim dizer, dividido. Por um lado, havia grupos que antes tinham vetado a posse de Goulart, visto que não se conformavam com a possibilidade de o poder passar às mãos dos herdeiros do getulismo – grupos representados pelos militares e também por Carlos Lacerda. Por outro lado, havia grupos compostos por políticos, jornalistas, líderes sindicais e integrantes de setores das forças armadas; estes exigiam o cumprimento da Constituição, que determinava a entrega do cargo ao vice-presidente no caso de impedimento ou morte do titular.

Dessa forma, antes mesmo de João Goulart tomar posse, Lacerda dava início a sua oposição ao governo, explorando o fato de Goulart estar em viagem oficial na China e, portanto, assim como Jânio, representar uma ameaça comunista ao Brasil. Uma das primeiras declarações de Lacerda na *Tribuna da Imprensa* se deu em 29 de agosto de 1961:

Hoje, mais do que nunca, os brasileiros estão diante de dois caminhos: a democracia e o comunismo. Esta é, portanto, uma hora de opção. [...] A liberdade tem que ser defendida a qualquer custo. E deve ser defendida por todos nós, para que a Nação continue livre e unida. (MENDONÇA, 2002, p.268).

Lacerda usou esse argumento – o de que Goulart mantinha relações com os comunistas – para dar caça a Jango ao longo de todo o seu governo. Além de se empenhar em associar a imagem do presidente à de um "agente do comunismo internacional" (MENDONÇA, 2002), também o acusava na *Tribuna da Imprensa* de inúmeros casos de corrupção em gestões anteriores. As tentativas de Lacerda quanto a isso não lograram mudar a opinião pública, tampouco reverter o isolamento político a que ele próprio se havia lançado em virtude do episódio da renúncia de Jânio.

O impasse criado pelos militares e por Lacerda à posse de João Goulart só foi resolvido após a votação no Congresso da emenda constitucional que implantava no Brasil

o regime parlamentarista, que haveria de limitar os poderes do novo presidente. Só assim Goulart pôde retornar ao Brasil e assumir a Presidência em 7 de setembro de 1961. Lacerda, contudo, não desistiria de combater aquele que considerava o "herdeiro de Vargas". Pouco tempo depois da posse, iniciaria outra campanha violenta contra o governo Goulart. Segundo Marina Gusmão, os motivos foram: a nomeação de Tancredo Neves (ex-ministro da Justiça de Vargas) para a chefia do primeiro Gabinete, o cancelamento das concessões de exploração de minério à empresa Hanna Mining Co., e o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, que estavam rompidas desde 1947.

Devido a essas medidas adotadas pelo presidente, Lacerda não só se viu em condições de retomar os seus ataques, como também de se aproximar dos americanos. Assim, o primeiro passo foi criticar o parlamentarismo recém-implantado e requerer medidas urgentes que pudessem limitar ainda mais os poderes do presidente. Depois, Lacerda procurou "agravar" as relações dos Estados Unidos com o governo brasileiro, quando, a exemplo do que fizera o cunhado de Goulart, Leonel Brizola, ao encampar a Companhia Telefônica Rio-Grandense, uma subsidiária da International Telephone & Telegraph, num "arroubo nacionalista" (MENDONÇA, 2002), também decidiu encampar a Companhia Telefônica Estadual, subsidiária da Light & Power, fato que ensejou acirrados protestos do governo norte-americano que por sua vez suspendeu qualquer ajuda econômica aos países que desapropriassem bens americanos sem indenização. Esse episódio representou uma derrota para Goulart, que teve de tomar medidas conciliatórias perante o governo norte-americano.

Outro ponto negativo do governo Goulart era o constante aumento da inflação, que gerava grandes manifestações públicas. A solução encontrada por Goulart foi tentar um retorno ao sistema presidencialista. Para tanto, organizou uma solenidade em 1 de maio de 1962, tentando uma reaproximação com a esquerda. O discurso do presidente baseou-se na necessidade de promover uma reforma agrária para que o país pudesse retomar o crescimento econômico. Com esse discurso, Goulart passou a enfrentar uma oposição cada vez maior por parte de alguns grupos conservadores e reacionários. Mas, por outro lado, ele também deu início à campanha pelo plebiscito, que devolveria os poderes ao presidente.

Lacerda inicia então outra campanha violenta na *Tribuna da Imprensa*, dessa vez fazendo denúncias de incompetência e de corrupção administrativas, além de acusar o presidente de estar comprometido com os comunistas e de estar tramando um golpe, uma

vez que o presidencialismo só poderia ajudar o presidente em seus propósitos de restabelecer relações com os comunistas. Essas denúncias não conseguiram impedir a realização do plebiscito em 6 de janeiro de 1963, o qual, pela primeira vez, permitiu que o presidente pudesse, finalmente, conduzir o país.

Com a vitória no plebiscito, Goulart imediatamente começou a implantar o seu Plano Trienal de governo. Porém, algumas medidas antiinflacionárias, como a contenção dos salários e o ajuste cambial acabaram desagradando tanto a direita quanto a esquerda. Manifestações intensas tomaram conta do país e Lacerda mais uma vez aproveitou o momento para retomar a luta contra Goulart.

Dessa vez, porém, Lacerda se valeria de todas as armas possíveis na empreitada para a derrubada de João Goulart. Assim, a primeira medida foi impedir a realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, no Rio de Janeiro, o que agradou os grupos mais conservadores dentro das Forças Armadas. Depois, criticou severamente a transação feita com o governo norte-americano para a obtenção de recursos e o reescalonamento da dívida externa, aproveitando para atacar o plano de governo do presidente. Além disso, Lacerda, em uma entrevista para o *Los Angeles Times*, também acusou Goulart de estar aliado aos comunistas, prevendo a queda de seu governo. Nessa entrevista, Lacerda afirmou que os militares estavam discutindo no Brasil o que seria melhor para Goulart: "tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o fim de seu mandato ou destituí-lo do cargo". Essa entrevista, considerada injuriosa às Forças Armadas, levou os ministros militares a exigirem do presidente a decretação do estado de sítio por 30 dias. Entretanto, a medida encontrou forte oposição dos partidos no Congresso, o que obrigou o presidente a retirar o pedido três dias depois.

Após a fracassada tentativa de implantar o estado de sítio, ainda houve uma tentativa de prender Carlos Lacerda. A conspiração parecia ter sido articulada dentro do palácio do governo e previa a prisão de Lacerda por um grupo de pára-quadistas. Entretanto, Lacerda conseguiu escapar com a ajuda do coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, que não quis participar da ação.

O pedido de estado de sítio e a tentativa de prender Lacerda reforçaram as suspeitas de que o presidente buscava soluções nada democráticas para resolver os problemas políticos, o que levou vários oficiais do Exército – liderados pelo general Humberto Castello Branco – a articularem uma conspiração militar para a derrubada de João Goulart.

Goulart ainda tentou, sem sucesso, organizar no Rio de Janeiro "o famoso Comício da Central" (MENDONÇA, 2002), cujos objetivos eram fortalecer o governo e pressionar o Congresso para que se aprovassem as reformas de base, mas Lacerda, opondo-se à manifestação decretou no mesmo dia – 13 de março – ponto facultativo na Guanabara, a fim de que os funcionários públicos não participassem do evento.

Perguntado se estaria presente ao comício, Lacerda respondeu: "Não vou porque tenho a melancólica certeza de que serão agredidas ao mesmo tempo a Constituição brasileira e a gramática portuguesa" (MENDONÇA, 2002). Ainda em relação ao comício, Lacerda acusaria Goulart, na *Tribuna da Imprensa*, de ter agredido a Constituição ao utilizar um discurso subversivo, provocador e estúpido, e conclamou o congresso a reagir para defender o que restava de liberdade e paz no país.

O resultado do comício foi desastroso para Goulart, que conseguiu atrair, ao mesmo tempo, o ódio dos conservadores e do grupo militar que conspirava contra seu governo. A esse comício sucederiam as já aludidas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” contra Goulart e a rebelião dos marinheiros, poupados por Goulart da corte marcial, fato que causou indignação da maior parte dos militares e desencadeou o golpe.

Ronaldo Costa Couto, em sua *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985*, página 50 e 51, traz um registro a respeito da rivalidade entre Lacerda e Goulart. A obra apresenta relatos que mostram que Goulart não se preocupava com a Nação e por isso a sua deposição não lhe abalara tão profundamente. Destaca a preocupação de Goulart com a ascensão política de Lacerda, num depoimento de Celso Furtado:

O comportamento dele (Jango) foi ditado pelas relações com o Carlos Lacerda. Pela confrontação dele com o Lacerda. Da última vez que estive com ele, eu lhe disse: "Mas, Presidente, o senhor precisa definir sua posição!" Porque ele não sabia. Estava o país diante de uma eleição presidencial, com candidatos definidos, e ele numa situação ambígua, dançando numa corda bamba. Eu disse: "O senhor tem que, pelo menos, definir claramente sua posição de que se Lacerda for eleito, ele tomará posse. Será o presidente do Brasil se for eleito". Toquei no ponto sensível dele. Ele olhou para mim: "Celso, esse é o assassino do doutor Getúlio. Esse não". Portanto, o jogo dele era para evitar a eleição de Lacerda. Não estava pensando no Brasil não. Não tinha projeto, uma candidatura para sucessão. Ele só tinha um problema: era botar terra nos olhos de Lacerda. Quer dizer, dificultar para o Lacerda. (Depoimento tomado em 1/02/95). (COUTO, 1998).

Embora as medidas adotadas por Lacerda nesse combate nem sempre repercutissem a seu favor – muitas vezes elas o levaram ao isolamento político, reforçado pelas denúncias de corrupção contra seu governo –, ele sempre conseguia reverter a situação. Assim, nem as denúncias de corrupção, nem o isolamento político, nem mesmo o caso “Governador Mata-Mendigos” – que teve grande repercussão no Brasil e no exterior e levou Lacerda a ser acusado de adotar uma política deliberada de eliminação dos mendigos da cidade – foram capazes de impedir que Lacerda, junto com os militares, derrubasse João Goulart, se transformasse no líder civil do Golpe de 1964, e no provável candidato a assumir a Presidência da República nas eleições de 1965.

Esse sonho, porém, foi ficando cada vez mais distante, pois depois que os militares assumiram o poder, eles não permitiram que houvesse novas eleições, acabando de vez com as esperanças de Lacerda de se tornar o presidente da República.

### **A Capa de *Em cima da hora: a conquista sem guerra***

Dentre as aludidas tentativas de combater Goulart, pode-se perfeitamente computar a tradução que Lacerda fez de *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Suzanne Labin. Já na capa da primeira edição da obra é possível identificar de imediato certa sugestão da ameaça comunista que a autora haveria de se empenhar em denunciar ao longo de sua carreira: paralelamente à cor vermelha dispersa no título e no subtítulo<sup>10</sup>, vê-se a foice e o martelo, representados no interior de um mapa do Brasil em branco, supostamente “devastado”, de vez que em claro contraste com a profusão de verde que o margeia, como que a indicar o avanço inexorável das forças comunistas em nosso país. Um lance de olhos à capa da primeira edição francesa haveria de reconhecer, comparativamente à capa da edição brasileira, uma neutralidade maior no que concerne a mensagens ideológicas explícitas ou subliminares. Na edição francesa, vê-se a foice dos comunistas ligeiramente atenuada por estar servindo de suporte a um mostrador de relógio, encaixado por sua vez na concavidade dela, todos os 12 algarismos tradicionais agora tendo sido substituídos

---

<sup>10</sup> O subtítulo da obra de Labin constante da edição brasileira, “A conquista sem guerra”, será comentado no desenvolvimento do presente capítulo.

também pela foice e o martelo, os ponteiros a indicar cinco minutos para o meio-dia, ou para a meia-noite, sem que se aluda direta ou indiretamente a nenhum país específico.<sup>11</sup>

Embora nesses motivos a capa antecipe de modo mais ou menos evidente o clima de advertência e alarmismo que impregnam o livro, ela, como afirmou Genette, participa da mediação complexa que envolve fundamentalmente editor e leitor, sua elaboração e projeto não ficando necessariamente a cargo do autor, tampouco do tradutor, embora nos pareça lícito inferir que ao menos o título e o subtítulo tenham sido opções do tradutor, como examinaremos mais adiante.

### **A Apresentação e o Prefácio de *Em Cima da Hora***

A edição brasileira contém uma breve apresentação e um prefácio de sete páginas, ambos do punho do próprio Carlos Lacerda, já que o “Alferes Xavier”, que assina a apresentação do livro, em virtude da comicidade do nome – uma óbvia alusão a uma das figuras mais importantes de nossa história – acaba por funcionar como mero artifício irônico, denunciando assim o disfarce ou ocultação da autoria,<sup>12</sup> procedimento aliás, em conformidade ao tom e à dicção, por assim dizer, mais “pedestres”, zombeteiros até (“Você [no caso, o leitor] verá... que decisão tomou o comando supremo da máquina soviética, depois de convencer-se daquilo que os ceguinhos comunistas do lado de cá ainda não viram...”), mas que só fazem preparar o leitor para o que será repisado em tom mais sóbrio no prefácio, no qual é possível detectar inequivocamente elementos da ideologia do político-tradutor.

Ora, sabe-se que a função do prefácio é tornar pública tanto a intenção quanto a interpretação de quem o escreve. Ele pode ser representado por qualquer tipo de texto introdutório (prefacial ou posfacial) feito pelo próprio autor (autorial) ou por um terceiro (alográfico), e consiste em um discurso desenvolvido a partir do tema do texto que o antecede ou precede. Muitos estudiosos consideram semelhantes textos como um instrumento retórico típico de persuasão – segundo Hegel, por exemplo, muito mais persuasivo do que a introdução de um livro.

---

<sup>11</sup> Conferir o Apêndice 2 do presente estudo.

<sup>12</sup> É bom lembrar que Lacerda, pelo menos desde 1937, diversas vezes se valeu do expediente de pseudônimos, com os quais assinou artigos em revistas acadêmicas e jornais, uma tradução e até mesmo uma peça de teatro; os mais célebres foram Júlio Tavares, Marcos Pimenta, Luís Fontoura e Nicolau Montezuma.



Desse ângulo, e valendo-se desse instrumento de persuasão, Lacerda de imediato deixa clara sua crença no poder das idéias no que diz respeito à transformação social, e dá mostras de sua consciência do papel da tradução, começando, a partir daqui e de maneira sistemática na elaboração das notas, a traçar paralelos com a realidade de então no Brasil e a tecer comentários sobre ela:

Fiel à tese deste livro, creio trazer com sua tradução uma importante contribuição à luta pela Democracia do Brasil. (LACERDA, 1963, p. 1).

Poucos fatores podem ser tão decisivos, na guerra política, quanto um livro. Foi com livros que Lenine deu saída à revolução Russa. É com livros, é com idéias que podemos fazer a Revolução Brasileira. (LACERDA, 1963, p.17).

É num momento assim que um livro como este pode salvar um povo. Se todos os que sabem ler, lerem este livro, e o entendendo, derem de sua compreensão prova concreta, o Brasil estará salvo. (LACERDA, 1963, p.13).

Quem quiser entender o que se está passando no Brasil, e contribuir para mudar esses acontecimentos terríveis deve ler este livro. Os inimigos também. Ele só não adianta aos tolos. (LACERDA, 1963, p.17).

Acredito que nenhum livro, neste momento, poderia ser tão útil aos brasileiros. Nem mesmo a cartilha; pois nem todas ensinam a ler para a liberdade e sim, algumas, para a escravidão, como aquelas que o Ministério da Educação (brasileiro) e o Governo (russo), associados, pagam à UNE para editar em Recife, em Belo Horizonte, em toda parte. Cartilhas que ensinam às crianças o ódio de classes e o ódio entre as nações. (LACERDA, 1963, p.14).

Este livro é um guia no meio da confusão, um antídoto para o veneno da inércia, um roteiro contra o sofisma. Possam lê-lo os que ensinam os outros a ler. Pois não é o povo simples, o povo pobre, o povo ainda tão pouco instruído que está traíndo o Brasil. Quem o está traíndo, por incompreensão ainda mais que por intenção, são letrados. Os que têm armas e não as usam. Os que têm força e não sabem o que fazer com ela. Os que olham e não querem ver. (LACERDA, 1963, p.15).

Como já dissemos, na época em que essa tradução foi publicada, Lacerda estava tentando combater Goulart em virtude de sua aproximação com os países comunistas, e o prefácio em questão é o meio de que Lacerda se vale explicitamente para tentar persuadir o leitor de que a "desordem" de então era simplesmente reflexo da política administrativa adotada pelo presidente. Parece premente a Lacerda informar aos brasileiros que os comunistas já agem às escuras no governo, perturbando a “normalidade financeira e econômica”:

Influentes no governo, os soviéticos promovem no Brasil uma revolução palaciana, oficializam a desordem, impedem a normalidade financeira e econômica, tumultuam a formação cultural, entronizam o charlatanismo, fomentam o oportunismo, conquistam o Poder por meio de crises sucessivas, as naturais desnaturadas, as artificiais, naturalizadas. (LACERDA, 1963, p.12).

A política exterior do Brasil foi mudada, não de acordo com os interesses do Brasil, mas segundo os interesses da Rússia. (LACERDA, 1963, p. 11).

Somos, hoje, uma das nações mais isoladas do mundo. Ao mesmo tempo, das mais dependentes. A colonização do Brasil pelos Soviets já começou. Colonização Cultural e política, breve também econômica. (LACERDA, 1963, p.12).

A ofensiva contra Goulart é declarada, mas necessária na defesa da “ordem democrática”, da “liberdade com responsabilidade”:

Um Presidente da República tem o desprazer de dizer que a constituição que jurou defender e nunca respeitou nem cumpriu, está superada. E contra ela mobiliza, numa aliança natural, os negociatas e os comunistas, igualmente interessados em saquear o Brasil, privando-o da ordem democrática, da ordem com liberdade, da liberdade com responsabilidade. (LACERDA, 1963, p.12).

O domínio pela coação psicológica e intelectual prepara monstros de conformismo, como os aleijões intelectuais que, mal saídos de uma universidade católica, vão dirigir a União Nacional dos Estudantes, ramo brasileiro da União Internacional com sede em Praga, ninho de filhotes de quinta-coluna; e de lá saem, pela mão do presidente em exercício da República, para dirigir a Reforma Agrária, em cujo nome tantos crimes se cometem – crimes contra a Constituição, contra a produção, contra a educação. (LACERDA, 1963, p.12).

Como se pode atestar do próprio prefácio, para Lacerda, em vista desse estado de coisas, a obra de Labin era libertadora, e sua tradução se justificava precisamente por compendiar e sistematizar o quanto havia de verdade acerca da ditadura Russa,

[...] libertando o leitor das falsidades encadeadas que fazem da Rússia um mundo misterioso e fascinante, esperança dos oprimidos, ilusão dos idealistas, pasmo e terror dos egoístas. (LACERDA, 1948, p.11).

Para ele, "essa extraordinária criatura" que era Labin constituía um exemplo de confiança no valor da inteligência e no mérito da liberdade, e ele incitava o leitor a lê-la

[...] para aprender, para se mobilizar ou para se envergonhar. Mas leia-a sobretudo para se libertar. Pois já são muitos os subjugados pelo medo, o medo de parecer reacionário e o medo de lutar contra o inevitável. O medo de se opor e o medo de não se opor. O comunismo é que é reacionário. E não é inevitável. (LACERDA, 1948, p.15).

Aos olhos de Lacerda, Labin era, portanto, uma grande aliada na luta contra o comunismo sob todas formas e disfarces. Para ele, ninguém até então escrevera "tão bem sobre o fenômeno da Guerra Política dos Soviets", razão pela qual ele haveria de declarar, com certo exagero, a propósito do que lhe pareciam as qualidades estilísticas da autora:

A concisão e a clareza, que espero haver conservado na tradução, feita com sacrifício de horas de sono, mas com sincera esperança sobre sua utilidade, não são mero acaso, na sua autora. (LACERDA, 1963, p.13).

Só uma pessoa extremamente dotada e cuidadosamente preparada para esse tipo, o mais difícil, da luta pela liberdade, poderia dizer tanto, em tão poucas páginas, de modo tão claro e convincente. Para chegar a escrevê-lo a Sra. Labin terá passado por uma série de aperfeiçoamentos, à custa de disciplina do espírito e do sacrifício do supérfluo, indignação contida, imaginação domada, paciência desdobrada. Só um grande conhecimento pode chegar a tamanha simplicidade. Depois deste livro, ninguém mais poderá alegar boa fé em tais confusões. Tão clara, tão evidente, tão inteligente e acessível é a explicação. (LACERDA, 1963, p.13).

Tal identidade e proximidade entre autora e tradutor talvez dêem a razão de a edição brasileira, se examinada mais detidamente, quase poder ser considerada, por assim dizer, obra feita a "quatro mãos", tão acentuadas as diferenças que se revelam no cotejo do original francês com sua tradução brasileira.

## **Os Acréscimos e Omissões da Edição**

Embora Labin logo no 1º capítulo da tradução afirme que

Para esta edição brasileira escrevi dois capítulos novos: o 8º *A guerra política em ação* e o 10º *Conclusão*, além de notas para atualizar exemplos, citando alguns recentes, ocorridos desde a publicação do livro na França. (LACERDA, 1963, p.27).

as diferenças entre o original francês e a tradução vão além dos capítulos aludidos, tendo-se em vista o sem-número de acréscimos e omissões no corpo da tradução, além dos elementos paratextuais de que Lacerda se serviu para essa edição.

Como se vê no próprio Prefácio a *Em cima da hora*, Lacerda conheceu Labin por volta de 1948, quando de sua vinda ao Rio e do lançamento pela editora Agir de seu estudo sobre Stalin. Depois disso, apesar do breve contato que Lacerda teve com Labin, ambos se corresponderam por algum tempo, particularmente na época em que Lacerda traduzia o livro, como demonstram suas palavras numa nota de rodapé na página 128 da edição citada. Nesta nota ele explica a solução em português pela qual optou ao traduzir o título original “La parade” – um título propositadamente ambíguo, como é elucidado na nota, diferentemente do título português “Como combater a guerra política comunista”, solução desprovida de toda ambigüidade, explicativa e extensiva, mas, é possível dizer, adequada ao didatismo programático que sempre caracteriza o interesse na difusão de uma ideologia política e que Lacerda adota de maneira por vezes minuciosa na elaboração do material paratextual, sobretudo quando traça paralelos com a realidade brasileira:

No original, este capítulo intitula-se "La Parade". Tem a palavra vários sentidos, e quase todos se adaptavam a este capítulo. Consultada, a autora enviou-me a seguinte observação: "É uma palavra

ambígua, realmente, que numa acepção quer dizer desfile suntuário". Tomei-a aqui no sentido que significa "meio de se defender, contra-atacando". O verbo "parer" significa "ornar-se", no sentido de uma mulher que se enfeita, e "se defender" quando se fala de um combatente "que se defende de um golpe". Em vez do título "La Parade", poder-se-ia escrever: "Como combater a Guerra Política Comunista. (LACERDA, 1963, p.128).

Embora seja difícil identificar com exatidão o que pode ser considerado um acréscimo com objetivos didáticos por parte do tradutor na versão para o português, e o que se pode considerar informações acrescidas, ou mesmo omissões de informações por parte da autora com o fim de “atualizar exemplos” para a tradução brasileira, a julgar pelas palavras de Labin, no entanto, ocasionais inserções de palavras e frases por parte do tradutor com o intuito de atualização e adaptação ao leitor do Brasil seriam condizentes com as intenções da autora, e, tanto quanto se pode inferir, com a orientação da editora brasileira, o que, desse ponto de vista, tornaria apropriada, por exemplo, a inclusão – de modo quase sub-reptício e arrematando uma enumeração – da expressão “atos públicos”, assim como está, com aspas, da maneira como ela figura já na apresentação do Alferes Xavier. Tal expressão não consta do original francês, mas é usada na tradução brasileira, por exemplo, quando a autora se refere a manifestações em geral, como greves, agitação sindical e passeatas dos comunistas, manifestações que, como se sabe, à época se haviam tornado muito frequentes no Brasil:

Em dehors des filiales permanentes que lê Kremlin colonise em sous-main, il monte des mouvements transitoires: Fronts, journées de solidarité, rassemblements [...] (LABIN, 1961, p.34).

Fora das filiais permanentes que o Kremlin coloniza sub-repticiamente, ele monta movimentos transitórios: frentes, “dias” de solidariedade, congressos, “atos públicos”[...] (LACERDA, 1963, p. 48).

Desse ângulo, também não deveria causar estranheza a inclusão da “América Latina”, ou mesmo do “Rio de Janeiro” na tradução entre o conjunto de nações sob a ameaça comunista, contrariamente ao que se vê no original:

Si on veut appeler “bloc” l’ensemble des nations menacées, il faut étendre le terme à la totalité du monde libre et non le restreindre aux USA. Et dans cet ensemble, *les parties les plus directement convoitées aujourd’hui ce sont l’Europe et l’Asie, non l’Amérique* (LACERDA, 1963, p.76).

Se se quiser chamar de “bloco” o conjunto de nações ameaçadas, é preciso estender a expressão à totalidade do mundo livre e não restringi-la aos Estados Unidos. Nesse conjunto, as partes mais diretamente cobçadas, hoje, são a Europa, a Ásia, a América Latina, não a América Inglesa! (LACERDA, 1963, p. 89).

### **As Notas a *Em Cima da Hora***

Segundo Genette, de um modo geral toda nota é uma afirmação de extensão variável – uma palavra, no caso, é quanto basta – relacionada a um segmento mais ou menos definido do texto, a qual pode apresentar-se tanto em oposição a esse texto como estar em harmonia com ele.

Nas notas, podemos encontrar definições ou explicações de termos usados no texto, e, às vezes, a menção de um significado específico ou figurativo. O caso mais comum desse recurso paratextual, qual seja, a nota elaborada pelo próprio autor, tem a função de servir como um suplemento, amiúde como uma digressão, e muito raramente na forma de um comentário.

Ora, o exame das notas elaboradas por Lacerda para *Em cima da hora* pode revelar que ele se valia delas não só com a intenção de dar definições e aclarar o sentido de determinados termos, mas, como dissemos, de destilar elementos de sua ideologia política, ao traçar paralelos com a realidade brasileira de então e ao relatar preferências e aversões, além de desferir ataques de ordem pessoal, casos em que chega ao extremo de defender-se de acusações que lhe haviam sido feitas em episódios de sua carreira política.

Na tradução brasileira de *Em cima da hora*, obviamente é possível encontrar notas de feição, por assim dizer, mais “convencional”, como o tipo descrito por Genette, com o objetivo único de definir, esmiuçar conceitos, lançar luzes sobre termos obscuros, arcaicos ou pouco usuais:

Kremlin: o conjunto dos palácios imperiais que, em Moscou, constituem a sede da ditadura comunista. (LACERDA, 1963, p. 43).

Logomaquia: a confusão das palavras (baralhando ou invertendo o sentido). Paz quer dizer Guerra, democrático quer dizer ditatorial, liberdade quer dizer escravidão. E assim por diante. Há estudos completos sobre a "logomaquia" comunista. (LACERDA, 1963, p. 39).

Vez por outra, no entanto, é possível perceber a escrupulosidade do tradutor na elucidação de certas palavras cedendo passo a um tom de insinuação, de sugestão velada – tanto mais quanto se pensa nas várias declarações públicas e reprobatórias de Lacerda sobre supostos “criptocomunistas” apoiados por Goulart:

Cripto, prefixo de origem grega que significa oculto. Diz-se de uma flor que é criptógama quando traz escondidos os órgãos de frutificação. Uma escrita é criptográfica quando é feita em código. Criptocomunista é o comunista que não diz que é comunista, uns porque escondem que o sejam, outros porque ninguém lhes pergunta se o são. (LACERDA, 1963, p.34).

As suspeitas quanto a Lacerda, na nota que acabamos de mencionar, estar-se valendo de uma escrita muito próxima da “criptográfica” podem-se confirmar na seguinte nota, em que ele, fugindo ao registro elucidativo ou meramente complementar que caracteriza a nota-padrão, simplesmente apela à cumplicidade do leitor:

A esta altura o leitor terá compreendido por que parece ao tradutor desnecessário dar maiores exemplos brasileiros para ilustrar a análise da autora. Por si só ela conduz o leitor a comparar com o que ele sabe, vê, lê e ouve todos os dias. Melhor do que qualquer comparação é essa análise, cujos exemplos, tirados da experiência de outros povos, nós brasileiros, infelizmente, não precisamos mais buscar lá fora. Pois já estão dentro de casa. (LACERDA, 1963, p.51).

Os paralelos com a realidade brasileira são numerosos, e traçados com o didatismo peculiar, por meio de exemplos colhidos no dia-a-dia do leitor, que caracteriza a prática na difusão de uma ideologia política. A meticulosidade demonstrada por Lacerda a cada passo da tradução, com o intuito de aclarar, definir, pesar as frases da autora, com quem partilha de ideais políticos afins chega a ser flagrante na seguinte nota, em que ele não se contenta

com fornecer ao leitor uma indicação bibliográfica de “outro livro” até então “não publicado no Brasil”, *Conquest without war* de Mager e Jacques Katel – cujo título aliás viria a ser aproveitado de modo arbitrário por Lacerda como subtítulo de sua tradução de *Il est moins cinq* – mas, com rigorismo extremo, fornece ao leitor o conteúdo do sumário, tão apropriado lhe parece o livro, sobretudo aos de pouco “preparo”:

A propósito, convém conhecer outro livro até hoje também não divulgado no Brasil, "Conquest Without War" (Conquista sem Guerra), de Mager e Jacques Katel. (Simon and Schuster, ed., Nova York, 1961). Esse livro, "antologia analítica dos discursos, entrevistas e observações de Nikita Sergeyeitch Krushev, com comentários de Lenin, Stalin, e outros", é dedicado ironicamente à "ajuda não-solicitada de Andrei Sheichenko e G.T. Shnisky, autora dos discursos de Krushev". Eis o sumário:

I - A cena

II - Os objetivos. Conquista sem guerra. Coexistência Pacífica. Furando o Muro. Neutralização dos Países Subdesenvolvidos. Absorção dos satélites.

III - Métodos. A Frente do Poder. A Frente Diplomática. A Subversão. A Frente da Propaganda. Contradição no Comunismo. Este é um dos livros que precisam ser estudados por quantos, sem preparo adequado, usam a sua autoridade temporal ou espiritual para confundir o povo. A traição das elites, no Brasil, nem sempre é traição. As mais das vezes é ignorância. Pela simples razão de que elas não são elites. (LACERDA, 1963, p. 119).

A mesma preocupação com divulgar à época livros de autores com os quais apresentava afinidade ideológica se estende até à Bibliografia no final do volume:

Note-se que muito poucos estão traduzidos e publicados no Brasil. Os livros do peruano Eudócio Ravines, "O Caminho de Yenan" e "América Latina, Continente en Ebulición". Os de Victor Kravchenko, o do brasileiro Ailton Quintiliano ("A Grande Muralha"), de Peralva, "o Retrato", os de Stefan Baciú, também brasileiro. Centenas de relatos, testemunhos, confissões, ou não são publicados no Brasil ou, quando o são, morrem no noticiário dos jornais e só são vendidos se o leitor fizer absoluta questão de os encontrar. Quanto a livros científicos sobre a realidade do regime soviético, não se encontram publicados no Brasil, senão com raríssimas exceções. Em compensação, as livrarias, bancas de jornais, etc. estão repletos dos "Cadernos do Povo", folhetos pagos pelo Ministério da Educação, nos quais os comunistas e seus ajudantes deturpam os problemas e deformam as soluções, a preços acessíveis à curiosidade dos leitores (LACERDA, 1963, p.155).

Na seção intitulada “Vantagens das organizações criptos”, do Capítulo 3 do livro de Labin, a passagem a propósito da “colonização” de agrupamentos originariamente



formados por “cidadãos livres”, agrupamentos que antes haviam granjeado prestígio social, como a Liga pelos Direitos do Homem na França, recebe a seguinte nota do tradutor:

No Brasil há numerosos casos assim. Durante certo tempo, sob a ditadura, o PC brasileiro funcionou dentro da tradicional Liga da Defesa Nacional. Infiltrou-se nessa sociedade o Partido Comunista quando se reorganizava, depois da perseguição que lhe moveu o governo Getúlio Vargas, de 1936 a 1941. Em 1944 e 1945 uma das organizações de que se serviu foi... a Sociedade de Amigos da América. Hoje, o caso mais notório é o da União Nacional de Estudantes (UNE) "colonizada pelo Partido Comunista" (LACERDA, 1963, p.48).

A maioria das notas de Lacerda são extensas, e constituem verdadeiros comentários marginais, pois que à menor oportunidade ele está pronto não propriamente a comentar e esclarecer o texto de Labin, mas a buscar exemplos da infiltração comunista no Brasil e a tecer críticas contundentes a seus inimigos políticos e desafetos. A respeito das viagens e estadas pagas pelo aparelho comunista a seus delegados, mencionadas por Labin, por exemplo, Lacerda acrescenta a nota:

No Brasil esse sistema já se tornou tão usual que até magistrados têm feito viagens pagas pela URSS, inclusive com diárias custeadas por órgãos ligados a um Partido posto fora da lei pela Justiça a que pertencem. (LACERDA, 1963, p. 48).

Quando Labin se ocupa dos métodos “maquiavélicos” dos comunistas, citando como exemplo de suas “atrocidades” o fato de aliados republicanos deles terem sido literalmente “apunhalados pelas costas” durante a Guerra Civil Espanhola, Lacerda não perde a oportunidade de mencionar um caso brasileiro:

Foi o caso do capitão brasileiro Besouchet. Acusado de participar do movimento comunista de 1935 no Brasil, foi expulso do Exército. Exilou-se e em 1936 alistou-se na Brigada Internacional, na guerra civil espanhola. Dissentindo dos comunistas, a certa altura, foi misteriosamente morto pelas costas, na Espanha. Um dos "comissários políticos" comunistas, representando a Rússia, na Brigada Internacional, era outro brasileiro. Chamava-se Roberto Morena. Tornou-se mentor sindical do Partido Comunista e tem sido um dos conselheiros mais chegados do Sr. João Goulart, antes e depois de presidente da República. (LACERDA, 1963, p. 50).

O político-tradutor não tem pruridos de citar explicitamente nomes de dirigentes da UNE e de outros órgãos, chamando a atenção a nomeações feitas por Goulart, a propósito das palavras de Labin sobre as “escolas de espionagem” promovidas pelo bolchevismo para a formação de propagandistas:

Vários dirigentes da UNE e outros órgãos estudantis, alguns formados pelos jesuítas na Universidade Católica do Rio, têm feito esses cursos. Um deles, Aldo Arantes, logo que se formou em advocacia foi nomeado para o segundo posto da Supra – "Superintendência da Reforma Agrária", pelo presidente da República João Goulart. A UIE, com sede em Praga, e o Ministério da Educação, com sede oficial em Brasília, subvencionam a UNE. (LACERDA, 1963, p. 57).

A perseguição a Goulart prossegue explícita nas notas:

A moção apresentada por vários expoentes do Partido Democrata Cristão, em São Paulo, em 1962, sustentava que os crimes da ditadura de Fidel Castro em Cuba são parte inevitável do processo histórico. A moção não foi aprovada. Mas seu autor é hoje o Ministro da Educação do governo João Goulart. (LACERDA, 1963, p. 61).

Enquanto ataca, aproveita para responder, numa nota longuíssima, a acusações em seu governo, num tom apropriado ao palanque:

O leitor há de estar lembrado do episódio da morte de alguns mendigos promovido por um grupo de criminosos, dois dos quais serviam na polícia do antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara. Os policiais envolvidos com os criminosos eram dois funcionários regulares, tendo um deles sido da "guarda pessoal" do Presidente Vargas e pertencido ao gabinete civil do Presidente Kubitscheck; e outro, também nomeado no governo Kubitscheck, era um ex-mendigo "recuperado". Barbaramente mataram e permitiram que fossem mortos, em diferentes ocasiões, muito antes e também depois de iniciado o governo Lacerda, uma dezena de mendigos. Quando seus nomes foram descobertos, em uma semana estavam presos, demitidos e entregues à Justiça. Mas, com fulminante rapidez, não só no Brasil como no mundo inteiro, procurou-se inutilizar o Governador da Guanabara, atribuindo-lhe, sem qualquer prova ou argumento em apoio, responsabilidade na morte dos mendigos. Num jornal de Angola uma dama dada às letras veiculou essa infâmia. No México, na Venezuela, no Chile, na Itália, na França, foi espalhada a falsa informação. Este é apenas um exemplo, dos muitos que poderiam ser mencionados, das tentativas de inutilizar, por meio da infâmia, a ação anticomunista de um democrata. Nos meios conservadores, procura-se dizer que o governador da Guanabara tem "excessiva" preocupação com o comunismo. Nos meios liberais, que ele é um reacionário da direita.

O desmentido, os fatos reais, as provas em contrário, não foram transmitidos, ou se foram, nem sempre tiveram publicação. (LACERDA, 1963, p. 57).

Como se vê, costumeiramente as notas elaboradas por Lacerda para sua tradução de *Em cima da hora: a conquista sem guerra* não preenchem os requisitos do que se poderia esperar de uma nota “convencional”, mas, de preferência, constituem um empenho calculado para dar continuidade, por meio do “poder das idéias” que os livros podem promover segundo seu ponto de vista, à sua política combativa na esfera pública, e a difundir seus ideais políticos.

## CAPÍTULO III

### A Tradução de *Júlio César*

A tradução de *Júlio César* feita por Lacerda foi publicada em dezembro de 1965. A impressão inicial é a de que seu objetivo foi o de servir, por assim dizer, de “reflexo” do golpe de 1964, com o qual João Goulart foi deposto da Presidência. Todavia, de acordo com o depoimento de Ruth Alverga – que fora secretária de Carlos Lacerda durante quinze anos e afirmou ter ajudado Lacerda no processo tradutório de *Júlio César*, datilografando o texto que Lacerda ditava para ela – essa tradução foi efetivamente realizada bem antes, em 1955, alguns meses após a queda e o suicídio de Getúlio Vargas. Lacerda faz referências específicas a esse fato, principalmente à importância da *Carta Testamento* do então presidente:

Quando cheguei em casa estava começando o grande erro. O Café Filho assumiu o governo imediatamente, mas largou as rádios de lado. E as rádios quase todas ainda nas mãos do pessoal do Getúlio de dez em dez minutos se referiam à carta testamento que era acompanhada com música de fundo, músicas tristes, marchas fúnebres, etc., e lida com a maior ênfase de dez em dez minutos... E o povo começou a sair para a rua, aquela agitação toda. O cadáver de Getúlio exposto, visitado por milhares de pessoas que choravam, gritavam, desfaleciam, que tinham ataques e chilikes. [...] Diante do clima que se criou de agitação nas ruas e depredações – a *Tribuna da Imprensa* foi cercada e ameaçada e o povo gritava: “Abaixo a Aeronáutica”, “Abaixo os americanos” e “Morram Lacerda e Roberto Marinho de *O Globo*”. [...] Aí me levaram de helicóptero para a Ilha do Governador [...] onde passei três ou quatro dias.

[...] o que tinha acontecido no Brasil era o que aconteceu no drama de Shakespeare, e não foi à toa que traduzi esse drama: *Júlio César*. A mesma multidão que aclamava Brutus e os que mataram César, quando Marco Antônio fez seu discurso com o cadáver nos braços, começou a pedir a morte dos que tinham assassinado César. [...] Foi assim que passei de vítima a assassino de Vargas. [...] Vargas, que num certo momento era, não digo odiado, mas desprezado pela maioria do povo, ao morrer, ou por sentimentalismo, ou por causa desse tipo de exploração, ou ainda por um natural pudor nosso de não continuar a atacar um homem que tinha se suicidado [...] passou a ser o Júlio César de Shakespeare (LACERDA, 1978, p. 147-149).

Se a contribuição de Lacerda para a derrubada de Vargas foi indireta em 1945, o

mesmo não aconteceu no período de 1951 a 1954 – quando Getúlio volta à Presidência, apesar da intensa campanha de oposição da UDN e de alguns setores das Forças Armadas.

Dessa vez, Lacerda atuaria de forma incisiva e direta. A partir de 1951, Lacerda liderou uma campanha contra o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, em que o acusava de ter recebido ilicitamente um financiamento altíssimo do Banco do Brasil, o que levou a Câmara dos Deputados a instaurar uma CPI para apurar os fatos. Entretanto, a comissão apuradora, controlada pela UDN, não conseguiu provar o envolvimento de Vargas no crime. Lacerda, contudo, não desistiria de continuar sua campanha de oposição a Vargas, e, em agosto de 1953, decidiu fundar, no Rio, o Clube da Lanterna, que reunia vários políticos com o objetivo de combater o governo Vargas.

Em fins de 1953 e no começo de 1954, Lacerda teve a oportunidade de falar na TV e explicar os problemas que ligavam Getúlio Vargas aos bancos e à imprensa. Esse programa inicial repercutiu de forma positiva para Lacerda, pois, no dia seguinte, foi-lhe concedido mais tempo para falar, concessão que foi-se dando sucessiva e paralelamente a uma abertura maior por parte das rádios, permitindo a Lacerda fazer as denúncias contra o governo Vargas e explicar aos ouvintes e telespectadores quais eram os mecanismos que, segundo ele, Vargas utilizava para tentar “disfarçar” as suas reais intenções políticas. Em seu *Depoimento*, Lacerda explica os recursos de que se valeu no programa:

[...] em vez da coisa discursiva com ar de conferência, de monólogo na televisão, pus um quadro negro e a ele recorri. No quadro negro, desenhava uns esquemas que me ajudavam a explicar o assunto [...] e os ouvintes tiveram a impressão de que aquilo tinha um alcance muito maior do que pensavam no começo. (LACERDA, 1978, p. 127).

As declarações de Lacerda na TV, nas rádios e nos jornais foram responsáveis pela perseguição que ele mesmo viria a sofrer mais tarde. Pois, em 1954, constatou-se que um assassino de aluguel ligado ao regime Vargas atentou contra a vida de Carlos Lacerda em um episódio que ficou conhecido como “O Atentado da Toneleros”.

Nesse atentado, Lacerda foi ferido com um tiro no pé, mas seu guarda-costas, o major da Aeronáutica, Rubem Vaz, perdeu a vida ao lutar com o assassino que o atingiu com tiros de revólver calibre 45 (um tipo de arma de uso exclusivo militar, e do qual algumas foram cedidas à guarda presidencial de Vargas). Lacerda retaliou em seus discursos no rádio e na televisão, bem como em artigos publicados em seu jornal, a

*Tribuna da Imprensa*, acusando o governo Vargas de corrupção e de proteger os assassinos. Manifestações populares antigovernistas foram realizadas do lado de fora do Palácio do Catete, a sede do governo federal. Os militares, que sentiam sua posição enfraquecida por um poder alternativo – a guarda presidencial de Vargas – realizaram uma intensa investigação (em grande parte efetuada pela Aeronáutica), prenderam o assassino e descobriram que o crime tivera a aprovação dos assessores mais próximos do presidente e fora planejado pelo “Anjo Negro do Palácio do Catete”, o chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato.

A situação de Vargas tornou-se insustentável, e parecia não lhe restar outra saída a não ser a renúncia. Entretanto, Vargas não renunciou e, na manhã de 25 de agosto de 1954, cometeu suicídio com um tiro no coração. Houve uma intensa comoção popular causada, principalmente, pela repercussão da leitura da *Carta Testamento* de Vargas nas rádios brasileiras, e Lacerda, como o principal crítico de Vargas, passou de “vítima” do presidente a assassino, e teve de esconder-se por algum tempo para sua própria segurança.

Em vista desses acontecimentos, a partir de agora nos permitiremos uma digressão um tanto longa, a fim de aclarar ainda mais a analogia estabelecida por Lacerda a partir da peça de Shakespeare e a *Carta Testamento* de Vargas.

### **A Força Retórica da *Carta Testamento***

A *Carta Testamento* de Getúlio Vargas representa um documento de força retórica incontestável. O seu conteúdo histórico nos revela características muito importantes da época em que foi escrita e, principalmente, que foi ela o instrumento responsável por uma grande virada na opinião pública brasileira quando lida nas rádios de todo o país, logo após o suicídio de Getúlio Vargas.

Nos três primeiros parágrafos da *Carta Testamento*, Vargas apresenta uma espécie de retrospecto político e econômico da situação do país, antes e durante o seu governo. À medida que apresenta sua trajetória política, Vargas também critica "as forças" e os "interesses" contra o povo, informando com tom de denúncia que essas "forças" e esses "interesses", na verdade, representavam os seus maiores inimigos e, por conseguinte, os maiores inimigos do povo brasileiro:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

A imagem que Vargas constrói de si nesses primeiros parágrafos é a de um presidente perseguido politicamente, injustiçado, "vítima" de uma situação que já se repetiu no passado. Isso pode ser constatado por meio das referências que faz, muitas vezes, à justiça social e à sua tradição política de lutador, de vencedor, de "libertador dos fracos e oprimidos", o que lhe confere a imagem de um presidente grandioso, com capacidade de trazer as melhores soluções para os problemas sofridos pelos cidadãos brasileiros: "[...] fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. [...] Voltei ao governo nos braços do povo".

Nos três últimos parágrafos da *Carta Testamento*, Vargas faz uso de um discurso político paternalista e apelativo, cujo objetivo principal é de persuadir o povo de sua magnitude, de sua capacidade de abnegação e de sua imagem de redentor. É como se ele tentasse engajar os brasileiros na sua luta política, praticamente pedindo para que esses brasileiros ficassem do seu lado, para que resistissem às idéias políticas daqueles que

sempre se opuseram e também se opunham ao seu sistema de governo, como podemos constatar em: "Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência".

Ao apelar aos sentimentos do povo e ao se colocar na posição de "Pai dos pobres", Vargas tinha por objetivo envolver os brasileiros de tal modo que estes não ousassem criticá-lo – afinal, quem ousaria criticar um homem que deu a sua vida para libertar os humildes e defender a sua pátria da espoliação internacional? Essa tentativa de envolver o ouvinte e procurar trazê-lo para o seu lado (o lado do falante) por meio do discurso, é parte integrante de um estudo desenvolvido pelo pesquisador Osakabe (1979), em que o autor apresenta uma análise de discursos proferidos pelo próprio Vargas durante um período de campanha presidencial. Osakabe aponta três atos distintos implicados no discurso político, a saber: um ato de *promover* o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de *envolvê-lo* de tal forma a anular a possibilidade da crítica; e um ato de *engajar* o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política. (CARMAGNANI, 1996, p. 294)

Os três últimos parágrafos da *Carta Testamento*, se comparados a um trecho do elogio fúnebre da peça *Júlio César*, poderão servir para tornar patente a relação feita por Lacerda, principalmente no que diz respeito a referências a sacrifício, sangue e traição.

Diz Vargas, em sua *Carta Testamento*:

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.



E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Essas são as palavras de Marco Antônio, no texto original:

*If you have tears, prepare to shed them now.  
You all do know this mantle: I remember  
The first time ever Caesar put it on;  
'Twas on a summer's evening, in his tent,  
That day he overcame the Nervii:  
Look, in this place ran Cassius' dagger through:  
See what a rent the envious Casca made:  
Through this the well-beloved Brutus stabb'd;  
And as he pluck'd his cursed steel away,  
Mark how the blood of Caesar follow'd it,  
As rushing out of doors, to be resolved  
If Brutus so unkindly knock'd, or no;  
For Brutus, as you know, was Caesar's angel:  
Judge, O you gods, how dearly Caesar loved him!  
This was the most unkindest cut of all;  
For when the noble Caesar saw him stab,  
Ingratitude, more strong than traitors' arms,  
Quite vanquish'd him: then burst his mighty heart;  
And, in his mantle muffling up his face,*

*Even at the base of Pompey's statue,  
Which all the while ran blood, great Caesar fell.  
O, what a fall was there, my countrymen!  
Then I, and you, and all of us fell down,  
Whilst bloody treason flourish'd over us.  
O, now you weep; and, I perceive, you feel  
The dint of pity. These are gracious drops.  
Kind souls, what, weep you when you but behold  
Our Caesar's vesture wounded? Look you here,  
Here is himself, marred as you see with traitors.  
(Julius Caesar, III.ii)*

Na tradução de Lacerda:

Quem tem lágrimas prepare-se para derramá-las.  
Todos conhecem este manto. Inda me lembro  
A primeira vez que César o vestiu;  
Era uma noite estival, em sua tenda,  
No dia em que ele venceu os Nérvios.  
Vejam, neste buraco passou a espada de Cássio;  
Vejam que rasgo o invejoso fez aqui;  
Por este outro apunhalou-o o bem amado Brutus;  
E quando retirou da ferida o aço maldito  
Vejam como veio o sangue que escorreu  
Como se corresse à porta para saber se era  
Mesmo Brutus, ou não, que com tanta força lhe batia;  
Pois Brutus, como sabem, foi o anjo de César.

Julgai, ó Deus, quanto César lhe queria bem!  
Este foi de todos o corte mais cruel  
Pois quando César se viu por ele apunhalado,  
A ingratidão, mais forte do que o braço da traição,  
Venceu-o então seu grande coração despedaçou-se  
E cobrindo com seu manto a face,  
Ao pé da estátua de Pompeu,  
Rutilante de sangue, o grande César tombou.  
Ó queda aquela, meus concidadãos!  
Com ela, eu e vocês, todos nós também caímos  
Enquanto a traição solerte, sanguinária, triunfou.  
Chorem agora; e compreendo, sentem  
O choque da piedade. São lágrimas piedosas,  
Boas almas, choram só de ver rasgada  
A túnica de nosso César. Pois vejam agora,  
Aqui está ele, desfigurado pelos traidores.

Também dessa óptica, a *Carta Testamento* poderia ser considerada um eco do famoso elogio a César por Marco Antônio – “Friends, Romans, Countrymen” [“Amigos, romanos, concidadãos”] – que é responsável por fazer os Cidadãos retirarem o apoio a Brutus e aos demais conspiradores e expulsá-los de Roma. Da mesma forma, a transmissão contínua, nas estações de rádio do governo, da *Carta Testamento*, tendo sido uma iniciativa que o então vice-presidente Café Filho não conseguiu impedir, paralelamente ao apoio que Vargas, o “pai dos pobres”, lograra principalmente junto ao setor mais pobre da população – essa transmissão acabou por virar completamente o jogo. As multidões, pranteando Vargas, exigiam o sangue de Lacerda, assim como os Cidadãos em *Júlio César* exigiram o sangue dos conspiradores, e Lacerda, repetindo Brutus e os demais rebeldes que fugiram de Roma, precisou sair de cena temporariamente.

Desse ângulo a analogia com a peça de Shakespeare torna-se evidente, e os

discursos do próprio Lacerda no rádio e na televisão, bem como os artigos publicados em jornais às vésperas do suicídio de Vargas, podem, sem que se incorra em aproximações violentas – pois que legitimadas pelo político e tradutor já em seu prefácio à gravação em disco que faria da peça – ser relacionados com o discurso de Brutus diante do cadáver de César, tentando justificar o assassinato do líder. Brutus tem o apoio dos Cidadãos, da mesma forma que os manifestantes anti-Vargas apoiavam Lacerda e faziam demonstrações contra o governo do lado de fora do Palácio do Catete e em outros locais do Rio de Janeiro.

No que concerne à peça *Júlio César* de Shakespeare, não é apenas possível traçar paralelos entre ela e a derrubada de Vargas, mas também com a de Jânio Quadros e a de João Goulart; com as *conspirações* em que Lacerda teve um papel fundamental para mudar a opinião pública; os *presidentes* que assumiam poderes excessivos e se isolavam da opinião pública e das lideranças; e a *ruptura* de Lacerda com os militares no período pós-1964. (EUZÉBIO, MILTON, 2004).

## **Os Destronamentos**

Como dissemos anteriormente, foi em agosto de 1954 que um assassino de aluguel ligado ao regime Vargas atentou contra a vida de Carlos Lacerda, a *bête noire* de Vargas, também freqüentemente chamado de “o Corvo” por seus detratores. Também como já vimos, seguiram-se as retaliações de Vargas, as manifestações populares anti-governistas e a investigação da parte dos militares, principalmente da Aeronáutica, que acabou com a prisão do assassino e com a constatação da aprovação do crime pelos assessores do presidente e sua organização por um membro da guarda. Depois disso, como se sabe, a renúncia e o suicídio de Vargas.

Nas eleições gerais de 1960, Lacerda e a UDN, apoiados basicamente pelos empresários e pela classe média, aprovaram e apoiaram a candidatura de Jânio Quadros. No entanto, como já dissemos, Lacerda rapidamente decepcionou-se com a falta de competência de Jânio, sua incapacidade de fazer aprovar qualquer lei importante por um congresso cada vez mais hostil e, mais importante ainda, sua crescente aproximação com o bloco soviético e com a China. Em 19 de agosto de 1961, o líder cubano Che Guevara foi recebido e condecorado pelo presidente, mas nenhum de seus ministros esteve presente à cerimônia. O jornal de Lacerda, a *Tribuna da Imprensa*, criticou severamente a atitude do

presidente, e Lacerda viu que não poderia continuar apoiando Jânio, de quem adivinhava a intenção de fechar o Congresso e mudar a Constituição de forma a fortalecer os poderes do presidente. Na noite de 24 de agosto de 1961 – ironicamente, o sétimo aniversário do suicídio de Vargas – Lacerda fez um discurso, transmitido pelo rádio e pela televisão, denunciando Jânio por querer fechar o Congresso, recusar-se a repassar recursos governamentais para o governo da Guanabara e por estreitar relações com Cuba e a União Soviética. Jânio, cada vez mais isolado pelo Congresso, renunciou, apostando que os oficiais militares que o apoiavam haveriam de lhe pedir para voltar à Presidência e lhe garantiriam maiores poderes. Seu plano, no entanto, fracassou: ninguém lhe pediu para reconsiderar a decisão e o vice-presidente, João Goulart, então na China, foi finalmente empossado, apesar da grande resistência.

João Goulart era odiado pelos militares de alta patente por suas idéias esquerdistas, e como solução conciliatória propôs-se a adoção do parlamentarismo, regime que vigorou até 6 de janeiro de 1963, quando um plebiscito decidiu pela volta do sistema presidencialista. O ano de 1963 e o início de 1964 foram marcados por uma agitação crescente. A direita desaprovava a reforma agrária proposta por Goulart; havia a suspeita de que o presidente poderia substituir o regime vigente por assembléias populares ao estilo de Cuba e decidiu suspender as eleições presidenciais que deveriam ser realizadas em 1965.

A versão oficial de Lacerda é que seu apoio à "revolução" visava preservar a democracia, diante do receio de que Goulart introduzisse um regime político à semelhança do adotado em Cuba e na União Soviética, e que logo haveria eleições presidenciais. No entanto, só se elegeria um presidente pelas urnas 21 anos depois, e o regime militar, que começou relativamente moderado, sob a liderança do General Castello Branco (abril de 1964 – agosto de 1967), foi sucedido pelos governos mais "linha-dura" de Costa e Silva (março de 1967 – agosto de 1969) e Médici (outubro de 1969 – março de 1974). O Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, atingiu em cheio os grupos esquerdistas, introduziu uma censura rigorosa e fechou o Congresso. Muitas figuras políticas e públicas importantes partiram para o exílio. O próprio Lacerda, que se havia tornado um dos principais críticos do regime militar, teve seus direitos políticos cassados.

### **O Paratexto de *Júlio César***

Como já vimos, o paratexto segundo Genette exerce uma influência sobre o leitor. Isso devido ao fato de ele sempre trazer alguma informação que pode tornar mais claro o objetivo do texto, ou de quem o escreve, ou mesmo de quem o traduz. Essas informações, contudo, podem revelar tanto uma interpretação quanto uma intenção do autor, do editor, ou do tradutor. A tradução de *Júlio César*, de Carlos Lacerda, traz como elementos paratextuais uma segunda e terceira capa, além de um prefácio, que não consta da edição do livro, mas que foi gravado em disco.

Nesse material paratextual, podemos verificar alguns elementos que visam influenciar o leitor. A princípio, o autor da orelha, anônimo, sugere que Lacerda, por sua "inteligência" e "sensibilidade", bem como por seu "espírito público", sentiu-se "tentado" a traduzir e "divulgar para os leitores brasileiros uma obra repassada de intuições e advertências políticas, candente de exemplos e críticas, repleta de símbolos e alegorias". Todavia, devemos ressaltar que a tradução de Lacerda de *Júlio César* não seria a primeira a ser publicada no Brasil. Os brasileiros, naquela época, certamente já conheciam a tragédia política de Shakespeare por meio da tradução de Carlos Alberto Nunes.

Ainda na orelha do livro, podemos perceber não apenas a intenção do autor em ressaltar o mérito de Lacerda ao empreender tão árdua tarefa:

[...] traduzir Shakespeare não é fácil tarefa e contam-se pelos dedos as traduções de Shakespeare em português, sendo mais raras ainda as que lograram a façanha de reproduzir, ainda que em escala menor o vigor e a graça do original ilustre. Maior mérito cabe assim a Carlos Lacerda, que conseguiu nas pausas quase inacreditáveis de sua dinâmica vida de político e administrador, encontrar momentos para o doce convívio e para a empresa ingente. (LACERDA, 1966).

Como também a de enaltecer a tradução, apresentando ao leitor a "verdadeira intenção" do tradutor:

Dedicação, seriedade e segurança são qualidades que repontam a cada instante na sua tradução de *Júlio César*. E por sobre elas está a sua nobre intenção, que não foi a de fazer apenas um fim-de-semana de sua atividade pública num exercício literário para satisfação pessoal, mas de prosseguir nessa atividade e reforçá-la, divulgando para o público brasileiro uma peça em que Shakespeare viu com tanta profundidade a coisa pública. (LACERDA, 1966).

Nós sabemos, no entanto, que essa tradução não foi realizada em 1965, mas em 1955, exatamente dez anos antes de sua publicação, assim como declarou Ruth Alverga e o próprio Lacerda em seu *Depoimento*. Dessa forma, é possível dizer que a "intenção" de Lacerda ao empreender a tradução não era apenas divulgar o texto Shakespeariano no Brasil, mas fazer com os brasileiros reconhecessem que o que "estava acontecendo no país, era aquilo que aconteceu no drama de Shakespeare".

### **A Gravação de *Júlio César***

O *Júlio César* de Lacerda teve o seu lançamento juntamente com duas outras obras, *O poder das idéias* e *Uma rosa é uma rosa é uma rosa*, coleções de discursos e artigos do próprio autor. Esse evento, segundo Dulles, reuniu mais de duas mil pessoas na livraria Eldorado, no Rio, naquela noite, que esperavam na fila para terem os livros autografados por Lacerda. Todos os livros tiveram grande demanda; entretanto, o mais vendido da noite, foi a tradução de *Júlio César*.

Além de traduzir a peça, Lacerda gravou em disco de vinil as passagens da tradução que mais lhe agradaram, e o enviou de presente, junto com o livro, para seus amigos importantes no Brasil e pessoas ilustres em Londres, dentre elas: Sir Geoffrey Wallinger, da direção do Bank of London & South America Ltd. e Sir James Miller, prefeito de Londres. Em carta a Geoffrey Wallinger, Lacerda confessa ter tido grande alegria intelectual ao realizar a tradução:

I am enclosing herewith a copy of the book "Julio Cesar", which I have dared translate from William Shakespeare's original. It was, I may say, quite a challenge, but gave me the greatest pleasure. I have also recorded a few of the parts I liked best in the book. Under separate cover, I am forwarding you a copy of such a record. (Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1965) (LACERDA, 2005).

A gravação foi produzida pelos estúdios da Elenco, sob a supervisão do editor fonográfico Aloysio de Oliveira. Ela é composta de duas partes, "Face A" e "Face B", nas quais foram inseridos títulos e subtítulos pelo próprio tradutor.

A "Face A" traz as gravações cronometradas das falas de:

- 1- CASSIO apresenta a peça (4,39)
- 2- CÉSAR julga os homens (1,28)
- 3- CASCA e os prodígios da noite (1,43)
- 4- CASSIO e CASCA conspiram (3,45)
- 5- BRUTUS se decide (1,25)
- 6- O temor de César: fala de CALPÚRNIA CÉSAR: Valentes e covardes (1,51)
- 7- A carta do professor (fala de ARTEMIDORO) (0,51)
- 8- CÉSAR: desprezo pelos adutores e intrigantes (1,59)
- 9- Os conspiradores triunfam: o assassinato (1,19)
- 10- MARCO ANTONIO fala ao cadáver de César (4,08).

E a "Face B":

- 1- Discurso de BRUTUS ao povo: as razões da conspiração (93,31)
- 2- Discurso de MARCO ANTONIO ao povo: o testamento de César (11,55)
- 3- Aliança de OTÁVIO E MARCO ANTONIO (1,45)
- 4- BRUTUS censura Cassio: austeridade e corrupção (2,47)
- 5- A despedida de BRUTUS: vitória de César morto (0,37)
- 6- Elogio de MARCO ANTONIO a Brutus (0,56)

Dessa gravação também consta um prefácio, trazendo informações básicas sobre a peça, uma sinopse pormenorizada, um ou outro comentário explicativo, o mais enfático deles recaindo, como não podia deixar de ser, sobre o discurso de Marco Antonio:

A massa popular está entusiasmada com o assassinato de César e aclama Brutus, mas Marco Antônio vira a opinião pública contra os assassinos e pronuncia estas terríveis palavras: “Mal, estás de pé, toma a direção que bem quiseres!” (AZEVEDO, 2001).



Ele faria algo parecido em um comentário constante de seu *Depoimento*, quando justificou o motivo que o levou a traduzir a obra. De qualquer forma, o subtítulo dado ao "Discurso de Marco Antônio ao Povo" na gravação em disco, qual seja "O testamento de César", de modo subliminar já traz, na palavra "testamento", um eco da *Carta Testamento* de Vargas, que por analogia está para o espírito de César assim como Lacerda está para o herói (trágico) Brutus, "o mais nobre dos romanos", como a ele se refere Lacerda no texto-prefácio valendo-se de um comentário de Marco Antônio.

Da obsessão de Lacerda de se comparar a Brutus dá testemunho Túlio Vieira da Costa, que no livro *Minhas cartas e as dos outros* – uma seleção da correspondência de Lacerda de quase quarenta anos – comenta que Lacerda

[...] sempre procurou comparar o episódio do discurso de Marco Antonio com a situação vivida por ele. Em várias oportunidades, referiu-se e comparou o que passou no Brasil em 1954 com o suicídio de Getulio Vargas e aquele discurso que provocou a imediata mudança da opinião pública sobre as vítimas e seus algozes. A vida imita a arte, na frase consagrada de Oscar Wilde. No drama, foi um discurso, na vida, um suicídio que mudou a história. (LACERDA, 2005, p. 151).

### **A Publicação de *Júlio César***

Lacerda pode ter decidido publicar a tradução dez anos após tê-la feito devido à possibilidade de estabelecer de novo um paralelo entre *Júlio César* e a situação política brasileira diante do golpe de 1964. Mais uma vez, o político e jornalista era visto como o principal líder civil do golpe, uma figura semelhante a Brutus, enquanto Goulart assumia por assim dizer o papel de César.

Quando o chefe do Executivo se permite, nas praças públicas, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo, pode-se afirmar que a ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato. (*O Estado de São Paulo* - 14/03/64).

Essa comparação, ainda que oblíqua em que se estabeleceram novamente os papéis de César para Goulart e de Brutus para Lacerda pôde ser feita a partir da divulgação de

mais uma ameaça contra a vida de Lacerda – a exemplo do que acontecera em 1954, com o Atentado da Toneleros.

Os rumores na imprensa de que Carlos Lacerda teria escapado de mais um atentado, em 4 de outubro de 1963, só que agora vindo do Palácio Laranjeiras, serviram aos objetivos de Lacerda, pois mais uma vez ele conseguiu mostrar à nação que o presidente de então tinha atitudes nada democráticas, e que também perseguia aqueles que lutavam por uma Nação "livre", constituindo, portanto, um perigo à nação. Esse fato ainda foi corroborado com a tentativa de Goulart de implantar o estado de sítio na Guanabara, seguida da visita do marechal Josip Broz Tito, presidente da Iugoslávia, a quem Goulart recebeu com todas as pompas.

Todos esses fatos serviram para agravar as suspeitas do povo de que Goulart realmente estava se aproximando dos comunistas, assumindo poderes excessivos e se afastando da opinião pública, o que favoreceu a empreitada de Lacerda.

Lacerda faz referência à situação provocada pelo atentado da Rua Toneleros e compara com a situação de então:

Tinha a certeza ou, pelo menos, a forte esperança de que, a exemplo do sucedido em 1954, o atentado seria o fim da ameaça de ditadura e a derrubada do governo que o presidente Goulart já não controlava. [...] Entrei no gabinete depressa e calado. [...] Não havia tempo para pieguices nem para escrever testamentos. Em cima da mesa, um ofício qualquer, cuja segunda folha tinha a metade em branco. Rasguei essa metade e nela escrevi: "Ao menos servia para libertar o Brasil do comunismo, da demagogia e da corrupção. Deixo aos meus um nome limpo e, espero, uma pátria livre. (MENDONÇA, 2002, p. 5).

Fica evidente a comparação com o que acontecera em agosto de 1954. Porém, dessa vez, Lacerda não foi impedido de tomar o poder devido à comoção popular diante do suicídio de Vargas. A reviravolta sofrida em 1954 cedia lugar, dez anos depois, à vitória de Lacerda, transformando-o no principal líder civil do golpe de 1964.

### **As Críticas a *Júlio César***

As reações à tradução *Júlio César*, de Lacerda, não foram todas favoráveis. Apesar de Melquíades Cunha Júnior ter dito em artigo para *O Estado de São Paulo*, em 2001, que

a referida tradução foi considerada “primorosa” e “louvada” por escritores ilustres, como Carlos Drummond e outros nomes importantes da literatura brasileira, as críticas mordazes que saíram imediatamente após a publicação da tradução em 1965 foram muito decepcionantes para Lacerda. O político-tradutor, entretanto, parece ter ignorado todas as críticas desfavoráveis e, demonstrando muita coragem e confiança na tradução por ele realizada, enviou-a junto com o disco contendo trechos gravados da tradução aos amigos e conhecidos ilustres no Brasil e no exterior.

Em sua biografia, Dulles afirma que particularmente dois críticos se manifestaram contra a tradução:

Um cidadão brasileiro em estudiosa carta para Lacerda examinou a metrificação, indicou erros de tradução, e sugeriu que o livro fosse retirado do mercado. Outro crítico publicou o que Lacerda chamou de uma "surra" e recebeu em resposta uma surra de Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*, a "raiva" do crítico e a "estupidez reinante". (DULLES, 2000, p. 429).

O fato de Lacerda ter mandado tradução e leitura para amigos ilustres, na concepção de Túlio Vieira da Costa, representa uma "manifestação narcisista" de quem está em busca de elogios por um trabalho "ousado" que lhe deu grande satisfação. Túlio explica que seria como uma espécie de "compensação" pelas duras críticas que recebeu e que considerava irrelevantes. Mas que não se esqueceu e procurou "desmerecer", inclusive justificando aquelas que chamaram atenção para alguns cacófatos que podiam ter sido evitados:

Quando saiu minha tradução de *Júlio César*, de Shakespeare, um baiano inteligente, mas ranheta, quis fazer comigo o que Carneiro Ribeiro fez com Rui Barbosa; na briga dos baianos, o primeiro levou com a réplica na cabeça. Mas prefiro aprender Rui a aprender gramática. Gostei, sim, alguma coisa de Cristomacia Arcaica, os Cantores de Dom Diniz, essa língua arcaica que é a do povo de outrora, seu recado através dos séculos. Um desconhecido também me escreveu apontando vários cacófatos na tradução. E Camões dizia: "Alma minha que te partiste"? E Filinto Elisio: "La trinam aves..." (LACERDA, 2005, p. 152).

O baiano inteligente a que Lacerda se referiu tratava-se de Fernando Marques dos Reis, crítico literário, cujo artigo publicado no *Correio da Manhã* em 15 de janeiro de 1966, trazia uma crítica minuciosa à tradução de Lacerda. Fernando explica que não queria

ser o primeiro a se manifestar contra o "péssimo trabalho" de Lacerda e aproveitando-se de quando surgiram as "comedidas restrições" de Otto Maria Carpeaux, no *Correio da Manhã*, na véspera de Natal de 1965, enviou a este as suas observações de leitura, e carta, a qual para sua surpresa foi publicada<sup>13</sup>. Não obstante isso, a tradução de Lacerda chegou a ser encenada em 1966, mas também sem êxito, limitando-se apenas a duas apresentações.

A primeira apresentação pública da peça *Júlio César* na tradução de Lacerda deu-se no Teatro Municipal de São Paulo, produzida pela atriz-empresária Ruth Escobar, sob a direção do então promissor Antunes Filho. Foi um acontecimento que dividiu o meio teatral brasileiro, já que Lacerda era odiado por muitos artistas. Escobar conseguiu apoio oficial e um elenco estelar, mas a peça estava fadada ao fracasso. Um cenário excessivamente complexo não permitiu que se fizessem ensaios no palco, e o elenco completo veio a se reunir pela primeira vez por ocasião do ensaio com os figurinos. Apenas a presença da comunidade empresarial, políticos e militares de alta patente na estréia evitaram o seu adiamento. A apresentação foi calamitosa: o ator que vivia o papel-título despencou do cenário e machucou a pelve, o figurino e o cenário não pararam de dar problemas e houve constantes manifestações de membros antilacerdistas da comunidade teatral. A temporada encerrou-se após a segunda apresentação.

Embora fosse um orador brilhante e de inteligência aguda, Lacerda era extremamente impopular em muitos círculos por ser considerado temperamental, bastante instável, não muito confiável e ambicioso demais; nada poderia detê-lo na luta para obter a cobiçada "coroa", a Presidência da República. Depois do golpe militar de 1964, sua exigência de que as eleições fossem realizadas em 1965 – nas quais ele, como o principal líder civil do golpe, certamente teria grandes chances de sair vitorioso – e suas críticas públicas ao presidente Castello Branco o distanciaram de muitos membros de seu próprio partido, a UDN, e dos líderes militares.

---

<sup>13</sup> À guisa de ilustração, damos aqui trechos da crítica de Fernando Marques dos Reis: "As comedidas restrições de Otto Maria Carpeaux a essa nova tradução da obra de Shakespeare não chegam a dar-nos idéia das enormidades (se nos permitem o termo) aí perpetradas. Trata-se de um trabalho realmente mau, sob todos os aspectos. Quem se mete a tradutor de Shakespeare tem de dar provas, ao menos, de que domina suficientemente a língua inglesa. [...] Quase não há página que aqui não mereça reparo. [...] Não teríamos aqui o espaço necessário para assinalar todos os defeitos, muitos deles erros graves. [...] As omissões são numerosas [...] numa tradução que, na orelha pretende "reproduzir, ainda que em escala menor, o vigor e a graça do original ilustre". E, comparando o tradutor Carlos Lacerda ao tradutor Carlos Alberto Nunes: "Não há comparação possível entre os dois tradutores – ou pelo menos entre as duas traduções. [...] Não; a tradução do *Júlio César*, de Shakespeare por Carlos Lacerda não é, como disse um dos noticiadores do 'acontecimento' literário, tradução recomendável. Nada há que a recomende".

Lacerda traduziu *Júlio César*, de Shakespeare, com o objetivo de apresentá-lo como uma metáfora do suicídio de Vargas, em agosto de 1954, e de projetar sua imagem como Brutus, o homem injustiçado de alma nobre, que se deixou levar pelos subterfúgios e a oratória superficial dos populistas para ser, em seguida, enganado e traído por seus próprios amigos e partidários. Trata-se de uma imagem muito mais atraente do que a imagem que começara a se plasmar, impopular, de um homem “histérico”, “impiedoso”, ou de um “demolidor” do presidente Vargas. Em 1965, quando a tradução foi publicada, outras analogias puderam ser feitas, dessa vez entre os presidentes Jânio Quadros e João Goulart e o próprio César, unidos pelo desejo de ampliar seus poderes, mesmo contra a vontade do povo, e firmando a imagem de Lacerda como "destronador" de governantes (EUZÉBIO; MILTON, 2004).

## CAPÍTULO IV

### ***O Triunfo: Alegoria como Arma***

*The Triumph. A novel of modern diplomacy*, de John Kenneth Galbraith, foi publicado nos Estados Unidos em 1968. Sua tradução com o título de *O triunfo* foi lançada no Brasil no mesmo ano. Para se compreender as motivações de Lacerda quanto a traduzir o livro convém passar em revista os principais acontecimentos que marcavam o cenário político de então.

Nessa época, o Brasil passava por um processo de recrudescimento do regime militar, que teve início a partir da decretação dos Atos Institucionais, o primeiro deles, o AI-1, decretado em 1964, e o último, o AI-5, em 1968.

A ditadura que se instaurou após o Golpe de 1964 parecia bastante “moderada”. O AI-1, assinado em 9 de abril, recebeu o apoio de governadores de vários Estados e do então chamado “Comando Revolucionário” – dentre os governadores, podemos citar os nomes de Carlos Lacerda (RJ), Ademar de Barros (SP), Magalhães Pinto (MG), Ildo Meneghetti (RS), Aloísio Alves (RN), Nei Braga (PR), Fernando Correia da Costa (MT) e Mauro Borges (GO). O “Comando Revolucionário” era representado pelo seu fundador, o general Arthur da Costa e Silva, que assumiu o Ministério da Guerra, pelo almirante Augusto Rademaker e pelo brigadeiro Márcio de Souza Melo, os novos ministros da Marinha e Aeronáutica.

O AI-1 foi responsável pela eleição do general Castello Branco para a Presidência do Brasil, já que determinava que se realizasse essa eleição pelo Congresso dois dias depois de sua instauração. Assim, em 11 de abril, Castello Branco foi eleito presidente, e em 15 de abril assumiu o governo. As medidas baixadas após o AI-1, em grande parte, tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir a atuação do Congresso. O Ato, dentre outras coisas, autorizava o presidente da República a enviar projetos de lei que deveriam ser analisados pelo Congresso e pelo Senado e, caso isso não acontecesse dentro de um período de trinta dias, eles eram automaticamente aprovados. O AI-1 também podia suspender a imunidade dos parlamentares, delegar poderes ao Comando Supremo da Revolução para cassar e suspender direitos políticos por dez anos, além de suspender as

garantias de vitaliciedade e de estabilidade dos funcionários públicos por seis meses. Além disso, também foi responsável pela criação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) a que foram submetidos todos os cidadãos que praticavam crimes contra o Estado, ou seu patrimônio, contra a ordem política ou social, ou ainda por atos de guerra revolucionária. Assim, tão logo foram criados esses poderes, aqueles considerados adversários do regime se tornaram alvo de perseguições, prisões e torturas.

Os brasileiros tentaram reagir, participando de comícios populares e movimentos estudantis numa tentativa de mobilizar a opinião pública contra o regime militar, fatores que geraram movimentos políticos de grave tensão. Os estudantes sofreram duramente com essa repressão – a sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada, e houve invasão de algumas universidades. Boris Fausto, em sua *História concisa do Brasil*, explica que não só a UNE, mas também as “universidades constituíam outro alvo privilegiado” pelos militares. (FAUSTO, 2006). Segundo Fausto, os militares consideravam-nas “subversivas”, e até mesmo a Universidade de Brasília (UnB), que fora criada com base em idéias renovadoras, foi invadida pelos militares um dia após o golpe.

A repressão causou o fechamento de muitos sindicatos e federações de trabalhadores, assim como a prisão de muitos dirigentes sindicais. Vários parlamentares tiveram seus mandatos cassados e também alguns governadores. Dentre os políticos que tiveram seus direitos políticos suspensos, podemos destacar João Goulart, Brizola, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, mas, como se pode notar, nenhum deles pertencia ao partido de Carlos Lacerda, a UDN. Essa perseguição também atingiu em cheio trabalhadores civis e militares. Aqueles que antes do golpe se destacavam por ocupar posições nacionalistas e de esquerda foram os mais prejudicados, sendo afastados de seus cargos.

Ainda em 1964, os militares criaram um sistema de informação que tinha por objetivo controlar ainda mais os cidadãos brasileiros. Boris Fausto explica que o Sistema Nacional de Informação (SNI), criado pelo general Golbery, planejava “[...] coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna.” (FAUSTO, 2006). Segundo o historiador, o SNI transformou-se num “[...] centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria ‘na luta contra o inimigo interno’.” (FAUSTO, 2006).

O presidente Castello Branco tinha um plano de governo que visava realizar várias reformas no sistema econômico, modernizando-o de tal forma que pudesse combater o avanço comunista no Brasil, que estava em expansão desde o governo Goulart. Assim,

criou-se o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), um plano econômico desenvolvido por seu ministro do Planejamento, Roberto Campos, e seu ministro da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões.

Na verdade, Carlos Lacerda e outros governadores haviam-se empenhado na candidatura de Castello Branco à Presidência da República logo após o golpe. Na iminência da deflagração deste, Castello Branco ocupava o posto de chefe do Estado Maior do Exército (EME), e conclamou os militares que ainda não se haviam posicionado em relação às conspirações militares para a derrubada de Goulart a se aproximarem daqueles que aguardavam ansiosos pelo golpe. Evidentemente era uma conclamação para que se posicionassem contrariamente ao governo Goulart e ao movimento sindical, que crescia a cada dia, bem como para dar combate ao comunismo, que, a seu ver, vinha ganhando terreno no governo do Brasil.

Em face desse posicionamento por parte de Castello Branco, não foi difícil a Lacerda optar por apoiá-lo para o comando da Nação, já que os dois estavam empenhados na mesma causa política, o combate ao comunismo. Esse apoio, no entanto, não duraria muito tempo, de vez que as divergências entre os dois não tardaram a surgir.

Logo após a eleição de Castello, Lacerda foi incumbido pelo presidente de uma missão nos Estados Unidos e na Europa. Nessa missão oficial, Lacerda visitaria a França, a Itália, a Inglaterra, a Grécia, a Alemanha e Portugal, e explicaria as causas e os objetivos do movimento revolucionário brasileiro, como também o havia feito nos Estados Unidos. Segundo Dulles, Castello sugeriu a Lacerda que ele

[...] esclarecesse a revolução brasileira aos governos e à opinião pública do exterior, e desse entrevistas em toda parte. [...] A revolução está-se apresentando como um golpe fascista ou norteamericano e, sobretudo, existe muita desconfiança com a história de os militares terem tomado o poder, e que os militares quando tomam o poder não saem mais. (DULLES, 1992, p.253).

Segundo alguns historiadores, as divergências entre Carlos Lacerda e Castello Branco começaram a surgir durante essa missão. Dulles, no entanto, afirma que o desencantamento e as divergências entre os dois começaram antes mesmo de Castello assumir a Presidência da República – mais exatamente quando Castello, em reunião, anunciou a Lacerda e a Júlio de Mesquita Filho quem seriam os ministros da Economia e o ministro da Justiça no seu governo: respectivamente, os economistas Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, e o jurista Milton Campos. É importante assinalar que a maior



de todas as divergências, assim como o fim da amizade e admiração entre Castello e Lacerda só se daria após a prorrogação do mandato de Castello, que seria aumentado em um ano.

Em *Tudo a declarar*, Armando Falcão – uma espécie de porta-voz do presidente – afirma que a prorrogação do mandato presidencial foi o que “[...] agravou o processo de desentendimento entre Carlos Lacerda e Castello Branco”. (FALCÃO, 1989). Falcão disse ainda que, sendo “[...] Lacerda candidato à Presidência, tornou-se sôfrego e se deixou envenenar pelo fuxico, achando que Castello queria ficar, queria continuar, não queria mais eleição. Pura tolice, pura invencionice. [...] Castello não tinha intenção de ficar, ele queria apenas exercer o resto do mandato do presidente deposto e ir embora.” (FALCÃO, 1989). Mas Lacerda, temendo que a prorrogação do mandato fosse aprovada, começou uma verdadeira ofensiva contra o presidente Castello Branco. Ele passou a criticar o presidente publicamente e nas entrevistas que concedia à televisão e aos jornais, nas quais expunha seus pontos de vista não apenas com relação à prorrogação do mandato, mas também ao modo de o governo conduzir o processo político pós-revolução.

A decisão a respeito da prorrogação do mandato do presidente era de ordem política e jurídica, e fora aprovada pelo parlamento independentemente da vontade do presidente da República, levando Castello a ter que aceitar a ampliação do seu próprio mandato. Em 22 de julho de 1964, o Congresso aprovou o adiamento das eleições por 205 votos contra 94, resultado que simplesmente transferiria as eleições de outubro de 1965 para outubro de 1966, obrigando o general Castello Branco a permanecer na Presidência do Brasil até março de 1967.

A partir do resultado favorável à prorrogação do mandato do presidente, Lacerda intensificaria sua perseguição a Castello. O primeiro passo foi distribuir à imprensa uma nota oficial de repúdio à prorrogação. Entretanto, em suas primeiras críticas, Lacerda procurou não atacar diretamente o presidente da República, atribuindo toda a culpa pelo seu desencantamento ao resultado favorável à prorrogação. Em nota oficial, Lacerda declarou:

Não me afasto da linha de apoio ao presidente da República, ainda que o considere politicamente errado no momento. [...] Falo por todos os eleitores do Brasil, ainda que não me tenham dado procuração para falar por eles. Falo pelos eleitores do ex-presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, privados muito mais do que ele próprio de escolher o seu governo; falo pelos eleitores do ex-presidente João Goulart; [...] falo pelos eleitores do ex-presidente Jânio Quadros, que já eram e já

seriam meus eleitores; falo por todos os cidadãos livres e conscientes do Brasil.” (MENDONÇA, 2002, p. 327).

Inconformado, porém, Lacerda redirecionou seu ataque, voltando suas críticas ao plano econômico do presidente que, a seus olhos, era responsável pela recessão que se instalara no país e aumentava dia a dia. Assim, os ataques de Lacerda se destinavam basicamente ao Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e obviamente ao seu criador e articulador, Roberto de Oliveira Campos.

Marina Gusmão de Mendonça afirma que a recessão, gerada a partir das primeiras medidas tomadas pelo governo, foi causa de grande descontentamento entre os brasileiros. Esse fato foi comprovado por meio de uma pesquisa de opinião pública realizada logo após a implantação do plano econômico, cujos números revelaram que “[...] 63% das pessoas consultadas se mostraram contrárias à política econômica, 18% não opinaram e apenas 19% se declararam favoráveis.” (MENDONÇA, 2002).

Esses números contribuíram para que Lacerda continuasse atacando o plano econômico do governo, além de Roberto Campos. A partir de novembro de 1964, após a VIII Convenção Extraordinária, em que Lacerda conseguiu se tornar o candidato oficial à Presidência da República com 309 votos a favor e 9 contra, as críticas de Lacerda à política econômica se tornariam ainda mais agressivas, pois agora ele possuía total apoio de seu partido, a UDN. Dessa forma, na mesma época, Lacerda compareceu à televisão para dar uma entrevista, na qual ele tentou renovar “[...] suas críticas, desferindo golpes contra Campos e Mauro Thibau, este último ministro das Minas e Energia.” (MENDONÇA, 2002).

Em decorrência dessa entrevista dada por Lacerda veio a primeira reação pública de Castello Branco, que neutralizou os ataques desferidos contra ele e seu governo, defendendo “veementemente” seus auxiliares e assumindo inteira responsabilidade pelas decisões tomadas no seu governo. Evidentemente, Castello Branco se sentiu bastante ofendido pelas críticas de Lacerda, visto que nesse momento rompeu a amizade com o governador, atribuindo-lhe toda a responsabilidade pelo fato ocorrido. São essas as palavras do presidente:

As informações que chegam a seu conhecimento são mentirosas. Os ministros Thibau e Roberto Campos têm tido irrepreensível conduta moral e política. Nenhum ministro isoladamente formula ou formulará a política brasileira de minério. Há uma comissão interministerial [...] por mim presidida. [...] A acusação do Senhor Governador ultrapassa os dois ministros e atinge em cheio outros ministros e o presidente da República. Creia, Senhor Governador, que nós também temos fibra e

espírito público para tratar dos interesses nacionais. [...] Expresso o meu profundo pesar por perder a ajuda de um dos mais autênticos e históricos revolucionários e ao mesmo tempo por ganhar um opositorista. A iniciativa é do senhor governador. (MENDONÇA, 2002, p. 331).

E Carlos Lacerda continuou divergindo do governo federal e atacando e criticando Castello Branco publicamente. Em 12 de fevereiro de 1965, em cadeia de rádio e TV, Lacerda desafiou o governo a realizar eleições afirmando: “Se não querem eleições, façam a revolução que não fizeram; se não querem fazê-la, façam eleições, porque ainda é uma forma de fazer alguma coisa.” (NOGUEIRA, 2000).

Logo após a convenção estadual de 1965, na qual foi homologada a candidatura de Carlos Flexa Ribeiro, secretário de educação de Lacerda para lhe suceder no governo da Guanabara, Lacerda voltaria novamente sua atenção para a campanha contra o governo de Castello e contra o PAEG. Em outro discurso pela TV, Lacerda divulgou um estudo no qual apresentava ao público suas restrições ao PAEG, criticando os fundamentos do plano, bem como refutando todos os objetivos nele propostos. Em seu estudo de “54 páginas”, Lacerda disse que o PAEG era “[...] apenas uma nova versão do Plano Trienal do Governo da ante-revolução” (MENDONÇA, 2002), pois as metas propostas no plano nunca eram alcançadas:

Já dez meses são passados dessa política destinada a dois anos (1964/66). A moeda não se estabilizou e os preços não pararam de subir. [...] À crise da inflação superpôs-se a da deflação: a instabilidade, a insegurança e a desordem foram sucedidas pela depressão, a perplexidade, o desalento, o retrocesso, o desemprego. [...] O preço da depressão será a ditadura ou a volta dos que foram derrubados. [...] Em troca de uma opressão fiscal sem precedentes, que enriquece o governo quando o povo empobrece, não dá o governo ao povo o que ele espera. [...] Uma política econômica se justifica pelos seus resultados tangíveis. Não por suas frases nem por suas previsões. (MENDONÇA, 2002, p. 342).

Esse pronunciamento provocou uma reação negativa nos meios civis e militares que apoiavam o presidente, e os jornais da época se dividiram com relação às declarações de Lacerda. Segundo Dulles, Lacerda recebeu apoio dos jornais *O Estado de São Paulo*, *O Diário Carioca* e *O Jornal do Brasil*; já *O Globo* e o *Correio da Manhã* “[...] se entretiveram com injúrias à personalidade de Lacerda.” (DULLES, 2000, p.351). A reação de Castello Branco também não tardou. Este imediatamente determinou que Roberto Campos comparecesse à TV para debater com Lacerda. O resultado, segundo Marina Gusmão, não foi favorável ao governador, que sofreu uma verdadeira “derrota” em cadeia

nacional. Lacerda ainda tentaria reverter esse quadro ao enviar uma carta ao presidente reiterando seus “[...] nobres propósitos e queixando-se da manifestação pública do ministro do planejamento.” (MENDONÇA, 2002).

A propósito da correspondência trocada entre o governador e o presidente no período pós 1964, Túlio Vieira da Costa – que compilou todas as cartas trocadas entre Lacerda e Castello nos anos de 1964 e 1965 – nos dá uma importante declaração:

As cartas trocadas nesse período são quase todas só doçura, “V. Exa.” pra cá, “companheiro de ideais pra lá”, “seu amigo e admirador”, convite para isto, recusa por aquilo, e declarações de admiração recíproca. (LACERDA, 2005, p. 9).

Túlio afirma, entretanto, que após a prorrogação do mandato de Castello, o tratamento entre os dois foi-se modificando e a “[...] tônica da correspondência mudou e as hostilidades foram iniciadas.” (LACERDA, 2005).

Após o debate com o ministro do planejamento na televisão, Lacerda ainda o acusaria de favorecer negociações ilegais que estariam sendo realizadas entre a família Marinho, à época já proprietária do jornal *O Globo*, e empresas estrangeiras, o que representou outro escândalo na administração do governo Castello Branco. A tentativa de Lacerda, segundo Marina Gusmão (2002), era tentar encurralar o presidente de todas as formas, a fim de que ele reparasse o erro cometido com a prorrogação do seu mandato presidencial e permitisse que o povo escolhesse seu presidente nas eleições seguintes, além, é claro, de tentar fortalecer-lhe a candidatura à Presidência.

O último ataque de Lacerda a Castello se deu numa entrevista coletiva à imprensa no Palácio Guanabara. Segundo Dulles (2000), essa entrevista “[...] superou o que era possível ao presidente agüentar”. Em suas declarações, Lacerda fez várias referências ofensivas ao presidente: “O marechal Castello Branco é um anjo da rua Conde Lajes” – fazendo referência à rua das prostitutas na velha Lapa, e acrescentando que “[...] Castello estava oferecendo favores ao Congresso em troca da votação de Leis idiotas” (DULLES, 2000) e que era “[...] mais feio por dentro do que por fora”. (FALCÃO, 1989).

A ofensiva de Lacerda não conseguiu “encurrular” Castello, mas sim provocar o rompimento definitivo entre os dois. Lacerda compareceria uma vez mais à televisão para desferir novos golpes em Castello e em sua política econômica, chegando ao extremo de pedir ali a deposição do presidente da República. O gesto de Lacerda, por demais ousado, veio a precipitar a decretação do AI-2, que imediatamente reabriu processos de punições

daqueles que se mostravam contrários ao regime, extinguiu os partidos políticos e determinou eleições indiretas para a Presidência da República. Assim, quem se viu encurralado foi o próprio Lacerda, pois, politicamente, as suas aspirações quanto a se tornar presidente foram totalmente eliminadas.

Diante da reorganização dos partidos determinada pelo Ato Complementar nº 4, em 29 de novembro de 1965, Lacerda, numa tentativa de não se filiar a nenhum deles, começou a articular a formação do Partido da Renovação Democrática, o PAREDE. Este, no entanto, não obteve êxito, pois os políticos se dividiram entre os partidos representados pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático (MDB). Mesmo não conseguindo adeptos para o seu partido, Lacerda prosseguiu no seu combate ao governo e, como ainda lhe era permitido falar, voltou a exigir eleições livres e a atacar o governo na imprensa, dizendo que o Brasil estava enfrentando “[...] um regime indefinidamente híbrido, metade ditadura, e outra metade também.” (NOGUEIRA, 2000).

Lacerda ainda tentou resistir, formando um novo movimento político – a Frente Ampla – que reuniria em sua composição setores descontentes e hostis à Revolução. O novo partido contaria com representantes políticos como Juscelino Kubitschek e João Goulart, que estavam exilados em Lisboa e Montevidéu, e que aceitaram o convite de Lacerda para lutar pela restauração da democracia no Brasil.

A divulgação do manifesto da Frente Ampla foi feita dias depois de o marechal Arthur da Costa e Silva ter sido eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. Segundo Carlos Lacerda, a posse de Costa e Silva, embora não fornecesse ao Brasil um presidente a sua altura, pelo menos serviria para afastar o ditador Castello Branco da Presidência. Foram estas as palavras de Lacerda contra os militares que detinham o poder:

A posse imediata do marechal Costa e Silva talvez não dê ao Brasil o presidente que ele precisa, mas livra o Brasil do ditador que ele não quer. (LACERDA, 1987, p.257).

Lacerda, Juscelino e Goulart declararam publicamente ter deixado de lado as divergências do passado e passaram a conclamar o povo brasileiro a participar das discussões em prol da formação do novo partido popular. Lacerda procurou conquistar o maior número de adeptos na tentativa de fortalecer o partido cujos objetivos se baseavam na redemocratização do país por meio de eleições livres e diretas, na reforma partidária e na retomada do crescimento econômico.

Diante dos avanços da Frente Ampla não restou outra saída aos militares a senão proibir a presença de Lacerda na televisão, assim impedindo que ele continuasse a fazer propaganda do novo movimento político e ao mesmo tempo criticasse Costa e Silva, o qual por sua vez, pouco tempo depois de assumir o poder, tentou enquadrar Lacerda na Lei de Segurança Nacional e suspender seus direitos políticos.

Lacerda, contudo, prosseguia realizando comícios populares em busca de novos partidários. Ao promover dois grandes comícios, um em Santo André, e outro em Maringá, Lacerda conseguiu reunir um número tão grande de operários, que acabou por despertar a atenção do presidente Costa e Silva, que imediatamente colocou Lacerda sob vigilância absoluta dos serviços de informação. Em janeiro de 1968, a agitação parecia crescer a cada dia, e os militares, apreensivos com toda a agitação criada por Lacerda que pregava em seus comícios a derrubada do regime, começaram a temer a possibilidade da deposição do presidente Costa e Silva. Assim, segundo Dulles (2000), em 26 de janeiro os militares resolveram se mobilizar e “[...] tropas em estado de prontidão ocuparam pontos estratégicos das principais cidades de todo o país, com ordens emitidas por Costa e Silva, de entrar em manobras”. Ainda de acordo com Dulles:

Estes exercícios exibiam grande quantidade de armamentos e foram vistos como uma demonstração de força do dispositivo governamental na véspera de um discurso que Lacerda iria pronunciar em São Paulo. (DULLES, 2000, p. 520).

Os oficiais federais escalados para dar cobertura ao evento disseram, na ocasião, que essas manobras não tinham nada a ver com o discurso que Lacerda faria em 27 de janeiro em São Paulo. Todavia, a explicação não convenceu a ninguém, pois

1.300 fuzileiros navais partiam do Rio para Santos, e a capital de São Paulo tornava-se palco para o deslocamento de 18.000 homens, e aviões da Força Aérea cruzavam os ares. O governo deu instruções aos repórteres de rádio e televisão para que nada fosse mencionado sobre Lacerda. (DULLES, 2000, p.521).

A preocupação com o discurso de Carlos Lacerda era tamanha que agentes da Polícia Federal foram incumbidos de obter o texto do discurso com antecedência, a fim de verificar-lhe o conteúdo. Assim, Lacerda teve de lhes entregar uma cópia do discurso que faria aquela noite para a turma de formandos da Faculdade de Economia da Fundação Álvares Penteado, da qual seria paraninfo.

De fato, a mobilização militar destinada ao advento do discurso de Lacerda em São Paulo fora algo nunca visto no Brasil.

Enquanto um helicóptero da Força Aérea pairava no ar, grande número de policiais no Teatro Municipal impedia que os jornalistas entrassem com gravadores na platéia. Lacerda, sempre sob observação da polícia [...] foi seguido por um jipe do Exército. (DULLES, 2000, p.522).

Durante seu discurso, Carlos Lacerda fugiu várias vezes do texto que apresentara aos agentes federais. Ele, mais uma vez, aproveitou a oportunidade para atacar o governo, dizendo que o Brasil estava “humilhado e degradado, ignorante e deprimido” (DULLES, 2000). Um general que estava na platéia começou a tumultuar o discurso atacando Lacerda, que respondeu aos insultos do general, deixando o clima bastante tenso. Segundo declarações de Mauro Magalhães, que acompanhou Lacerda em sua viagem a São Paulo, “[...] o discurso de Lacerda foi um primor e teve início com menções a *O triunfo*, o livro de John Kenneth Galbraith que Lacerda estava traduzindo para lançar no Brasil e que se referia a um país fictício na América do Sul.” (MAGALHÃES, 1993).

Em fevereiro de 1968, Carlos Lacerda teve um encontro com o embaixador americano John W. Tuthill, o que causou estranheza entre os políticos e militares. No mês seguinte, Lacerda retomaria sua ofensiva contra o governo acusando Costa e Silva de não defender a indicação de um civil para a Presidência. Dias depois, em um comício em São Caetano do Sul, Lacerda surpreendentemente fazia um apelo ao Exército, explicando os motivos pelos quais ele teria formado a Frente Ampla, porém durante esse mesmo discurso voltaria a atacar “os donos do Brasil” – os militares.

No dia 5 de abril de 1968, por portaria do ministro da justiça Luiz Antonio da Gama e Silva, foram proibidas todas as atividades da Frente Ampla. No dia seguinte, Lacerda ainda tentaria lançar um novo movimento, a “União Popular”. Porém, diante do agravamento da situação política, em 13 de dezembro de 1968, o governo Costa e Silva edita o AI-5, e no dia seguinte Lacerda foi preso e conduzido ao Regimento Marechal Caetano de Farias, no Estado da Guanabara. E, no dia 30, o Conselho de Segurança, comandado por Costa e Silva, suspende por 10 anos os direitos políticos de Carlos Lacerda, que passou a dedicar-se ao jornalismo, a escrever e traduzir livros.

### **John Kenneth Galbraith e o *Triunfo***

Naturalizado americano, John Kenneth Galbraith era canadense, nascido em Iona Station, Ontário. Galbraith formou-se bacharel em ciências, em 1931, pela Universidade de Toronto e mais tarde partiu para os Estados Unidos onde, com o auxílio de uma bolsa de estudos, formou-se em economia pela Universidade da Califórnia, na qual também adquiriu o título de mestre em 1933 e doutor em filosofia em 1934.

Ainda em 1934 Galbraith daria início a sua carreira de professor, atuando como instrutor em Harvard. Em 1937, ele decide ir à Inglaterra, onde procura aprofundar suas afinidades com as idéias de Keynes, as quais relacionam economia e política, e em 1939 começa a trabalhar como professor-assistente de Economia na Universidade de Princeton. Em 1940, ele é convidado a trabalhar para o governo como assistente econômico de Chester Davis e consultor agrícola na Comissão Consultiva da Defesa Nacional. Ele ainda atuou, em 1941, como administrador assistente da Administração de Preços, um setor estritamente relacionado à guerra na qual os Estados Unidos tinham acabado de entrar. Galbraith não foi bem-sucedido nesse cargo, e em maio de 1943 uma comissão da Câmara de Deputados exigiu sua exoneração. Em 1945, porém, Galbraith retornou como diretor do departamento de Estudos do Bombardeio Estratégico Americano com a função de analisar o efeito dos bombardeios aéreos na economia das nações inimigas, como Alemanha e Japão. Essa tarefa projetou ainda mais sua carreira e acabou por levá-lo ao cargo de diretor da seção de Política de Segurança Econômica do Departamento de Estado, de onde acompanhava a reconstrução econômica dessas nações. Segundo Carlos Lacerda, a experiência de Galbraith nesses departamentos pode ser percebida em *O Triunfo*. Nessa época, Galbraith trabalhou também como editor da revista *Fortune*, na qual permaneceu até 1948. Foi embaixador na Índia de 1961 a 1963. Galbraith tornou-se um crítico eloquente da sociedade abastada e conseguiu notoriedade nos Estados Unidos como economista. Escreveu diversos livros sobre economia e também alguns romances. O primeiro deles, *O triunfo*, foi publicado em 1968 e tinha o subtítulo de “um romance da diplomacia moderna”, um campo em que Galbraith tinha larga experiência prática, embora o romance seja ambientado na América Central e não na Índia.

John Kenneth Galbraith publicou vários livros. Entre os mais importantes estão *O capitalismo americano*, de 1951; *A grande crise: 1929*, de 1955 e *A sociedade afluyente*, de 1958. Ainda em 1958, preparou um livro sobre as conferências que pronunciou em dois países socialistas, *Jornada na Polônia e na Iugoslávia*. Seu *A hora liberal* data de 1960; *Feito para durar*, de 1964, e *O novo estado industrial*, de 1967. Em seu livro mais



conhecido e também seu primeiro *best seller*, *A sociedade afluyente*, Galbraith afirma que a civilização do consumo está baseada principalmente nas necessidades inventadas pela indústria de propaganda, o que prejudica o atendimento das necessidades básicas, de caráter público, tais como a educação, a saúde, o lazer. Galbraith também escreveu alguns romances. Os de maior destaque são *O triunfo*, de 1968, que trata da política exterior dos Estados Unidos, e *A tenured professor*, em que a personagem principal é um professor de Economia em Harvard (a exemplo do autor) que cria um modelo econômico prospectivo que lhe faculta identificar a especulação irracional e tirar proveito da loucura dos outros (com efeito, a loucura dos especuladores era um tema recorrente nos escritos de Galbraith sobre economia, como se pode ver em *A Short History of Financial Euphoria*, de 1955).

Em uma reportagem intitulada “Conversation with John Kenneth Galbraith”, este fala sobre os romances que escreveu e, principalmente, sobre *O triunfo*:

Escrevi alguns romances e devo dizer que o período que passei escrevendo-os foi, talvez, o mais feliz da minha vida. (Um deles não era um romance, mas algo à maneira de *O. Henry* que exigiu uma série de aventuras relacionadas de um indivíduo de nome Herschel McClanders, além do trabalho de reuni-las.) Você adentra um mundo de sua própria criação. Vive nesse mundo. E além disso você pode dizer o que quiser num romance, pode dizer o que quiser na ficção, nela você tem a disponibilidade da verdade que você não tem no mundo real. *O triunfo* foi um romance – e graças ao Presidente Reagan ele acabou de ser reimpresso – sobre a América Central, sobre um país que guarda vaga semelhança com o Haiti – alguns aspectos do Haiti, da República Dominicana, da Nicarágua (mais aspectos da Nicarágua do que de qualquer um dos outros dois.) Um velho ditador como Somoza ou Trujillo chegou ao fim do caminho e um governo social democrata a meio caminho chega ao poder. E isso causa o alarme do Departamento de Estado porque há um ministro da educação que se suspeita ser um comunista. É algo parecido com o nosso medo atual de que a Nicarágua irá exportar seus comunistas para o Texas – um medo muito grande. A esse novo governo nega-se ajuda, assistência e reconhecimento; o embaixador é trazido de volta. Esse governo, então, finalmente cai e as coisas melhoram. Eles trazem de volta o filho do velho ditador, que é um estudante da Universidade de Michigan, em Ann Arbor. Ele é posto na Presidência. Dão-lhe ajuda, dão-lhe apoio militar. Ele conclama muitos oficiais jovens a apoiá-lo, e se descobre que esse bastardo havia-se tornado um comunista na Universidade de Michigan!<sup>14</sup>

*Grosso modo*, o enredo do livro gira em torno das tentativas frustradas do sucessor do general ditador Miguel Luís Martínez-Obregón, Miró, que na República de Puerto Santos intenta entregar as terras e indústrias ao povo, abolir o analfabetismo e estabelecer um

---

<sup>14</sup>

<<http://globetrotter.berkeley.edu/conversations/Galbraith/galbraith2.html>>, tradução nossa.

governo verdadeiramente democrático, sem contudo receber nenhum apoio por parte dos Estados Unidos justamente por contar com os serviços de um ministro da educação, Roberto Ryan, suspeito de ser comunista. Obviamente, sob seu véu alegórico e com personagens delineadas segundo tipos burocráticos, a obra constitui uma crítica à política externa dos Estados Unidos – que Galbraith acreditava se baseasse num medo indiscriminado quanto ao comunismo – além de ser uma expressão da decepção do autor particularmente quanto aos procedimentos adotados pelo governo norte-americano e seus órgãos representativos na América Latina.

Aos olhos de Carlos Lacerda, o livro representava, pois, uma grande crítica aos Estados Unidos, e parecia ter um elemento "desagregador", chegando mesmo a ser um "demolidor emérito", e podendo fazer mais pela revisão da conduta do governo dos Estados Unidos do que “manifestos”, “relatórios”, ou mesmo “estudos cuidadosos”. Fiel a sua crença no “poder das idéias”, em seu “Posfácio” Lacerda torna patente sua convicção da força do livro, bem como suas intenções ao traduzi-lo, quais sejam, “irritar, humilhar, provocar”:

[...] pedante, dir-se-ia que o Autor quer irritar os senadores, humilhar os jornalistas, provocar o Conselho de Política Exterior com aquelas figuras que reproduz, tomadas do natural e reveladas na hora, pelo processo polaróide. Esperemos que consiga irritar, humilhar, provocar. O contrário será prova de que não foi entendido e, portanto, não influirá – o que seria uma pena. (LACERDA, 1968).

A exemplo do que fez em sua tradução de *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Suzanne Labin, com o objetivo de combater o avanço do comunismo no Brasil, pode-se dizer que Lacerda também traduziu o romance político de Galbraith com o intuito de alertar o povo brasileiro para problemas que julgava prementes. Mais do que o apuro lingüístico e a finura de espírito que Lacerda encontra nas páginas de *O triunfo* e destaca em seu Posfácio – com certo exagero, diga-se, já que o livro não apresenta inovações de linguagem e a fortuna crítica da obra acabou por considerá-la em sua maioria uma tentativa malsucedida do autor no gênero –, interessa-lhe na obra (como veremos em nosso exame dos componentes paratextuais do livro) a oportunidade de usá-la sobretudo como crítica a seus ex-colegas de Revolução – os militares – cuja política lhe parecia seguir um caminho errado e perigoso, convicto que estava de que a Revolução perdera seu objetivo maior por não ter um programa de governo definido – bem como a oportunidade de difundir uma visão crítica da política externa americana, quando não – como já lhe era peculiar no tratamento dispensado a traduções de livros de conteúdo político – para inserir opiniões

peçoais e elementos de sua ideologia, sugestões e comparações de ordem política, que constituem a maior parte de seu extenso Posfácio.

### **O Paratexto de *O Triunfo*: A Capa, As Orelhas e a Quarta Capa**

Como já vimos anteriormente, os elementos paratextuais, ou extratextuais, predispoem o leitor a certa recepção da obra. Na verdade, esses elementos têm por objetivo não apenas promover a recepção da obra pelo leitor da melhor maneira possível, como também seu consumo na forma de livro. Sabemos também que na maioria das vezes os paratextos não estão necessariamente relacionados às escolhas do tradutor, principalmente no que diz respeito ao peritexto – a parte do livro que contém elementos paratextuais como a capa, a página título e seus apêndices, as ilustrações da capa, ou mesmo o texto presente nela, etc. – embora essas informações possam ser do punho do autor, do tradutor, quando não do editor. Dessa forma, o peritexto de um livro oferece ao público em geral muitos tipos de informação.

No que tange particularmente à capa, Genette (2001) nos explica em seu *Seuils* que, depois de ela ter-se tornado, no começo do século XIX, o local mais privilegiado para se iniciar a exposição do paratexto, -- a página de rosto ainda era considerada o melhor local para tal procedimento – ela rapidamente passou a ser cada vez mais explorada. Genette informa que nos dias atuais há alguns itens virtualmente obrigatórios que devem constar da capa das edições, tais como o nome do autor, o título da obra e o logotipo da editora. Ele acrescenta, todavia, que além desses três itens obrigatórios, ocasionalmente podem-se encontrar nas capas de edições mais recentes outros tipos de informações que não sejam obrigatórias, como por exemplo a titulação do autor (se se trata de um professor, de um membro de alguma instituição etc.); outros títulos da obra de edições anteriores; a indicação de gênero, o nome do tradutor, do autor do prefácio, do posfácio, ou mesmo dos comentários críticos; a dedicatória, a epígrafe, a assinatura do autor, o número da edição da obra etc., informações estas que têm por objetivo primordial chamar a atenção do leitor de alguma forma.

Tendo isso em mente, diga-se que a capa da terceira edição (também de 1968, ano da publicação da primeira) não possuía ilustrações e era de cor cinzenta. O título “*O triunfo*”, que se destaca em letras brancas e em corpo maior no centro<sup>15</sup>, é encimado pelo

---

<sup>15</sup> Conferir Apêndice 2 deste estudo.

comentário “Momentos antes de começar a escrever estas palavras, acabei o meu trabalho de tradução e prefácio de um dos livros mais extraordinários do nosso tempo. Chama-se”, e é aproveitado como parte desse comentário, tendo embaixo a continuação dele, qual seja, “O autor é ninguém menos que”, o nome do autor, em corpo maior, repetindo o processo e entrando logo embaixo, para a seguir ser qualificado como “o mais discutido e mais inquieto dos colaboradores do presidente Kennedy” também na linha inferior – comentário que é arrematado com o nome de Carlos Lacerda, também em corpo maior. Como se pode notar, o comentário logo na capa não só põe em relevo a figura do tradutor do livro, cujas palavras por si mesmas já denotam autoridade e prestígio, mas também, é possível dizer, pode servir para ressaltar, por meio das qualidades atribuídas a Galbraith (“o mais discutido e mais inquieto”) certo sentido de identidade, ainda que tênue, entre tradutor e traduzido, de vez que o leitor da época de imediato poderia associar essas mesmas qualidades ao “polêmico” Carlos Lacerda.

Menos oblíquas em suas intenções parecem as orelhas, que estampam um texto seqüencial, contendo a princípio um trecho em *itálico* de um resumo extraído, como diz o próprio Lacerda em seu Posfácio, da *Publishers Weekly*, mas condensado ainda mais na orelha, e servindo de apresentação da intriga do livro – mas não só isso, já que a opinião expressa nele (“Não, certamente que não”) traz de maneira explícita uma posição crítica da política americana:

*Num país latino-americano é derrubado um ditador. Por muitos anos apossou-se da riqueza do país, é um libertino e um imoral. Seu sucessor é sincero na intenção de entregar ao povo as terras e as indústrias; quer abolir o analfabetismo e instalar um governo democrático de verdade. Poderá contar com o apoio dos Estados Unidos? Não, certamente que não [...] (LACERDA, 1968).*

A seguir, antecedendo os comentários relativos ao prazer da leitura e a uma suposta dramaticidade da obra, salienta-se a função didática do livro – a de “abrir os olhos”:

*O triunfo é um livro que “abre os olhos” e constitui uma saborosa experiência. Cada linha, quase, tem um comentário picante a fazer, ao mesmo tempo que a história progride dramaticamente e nomes verdadeiros misturam-se aos fictícios, numa combinação empolgante. (LACERDA, 1968).*

Abolindo as letras em *itálico*, o texto prossegue:

Há alguns aspectos da época atual que ainda não podem ser abordados pelo historiador. O exame adequado da história contemporânea tem que ser feito por um romancista. A história americana já passou, anteriormente, por tal análise crítica e, hoje, cada vez mais têm aparecido através de obras de ficção, retratos frios e verdadeiros da política dos Estados Unidos. Romances como *A cabana do pai Tomás*, *As vinhas da ira*, *Viver com honra* e *O americano feio* retratam diferentes períodos da política americana – interna e externa – em seus momentos decisivos. Por isso, não chega a constituir surpresa que um homem como John Kenneth Galbraith, economista, diplomata, estadista e ensaísta, recorra à ficção para examinar as relações dos Estados Unidos com a América Latina. Em *O Triunfo*, Galbraith analisa o dilema americano: como podemos manter a paz sem provocar a guerra? Embora trate esse tema com humor, os personagens com compreensão mais do que com caridade, e apesar do humorismo com que aborda certas situações, ao lado dos amores e ódios, esperanças e ambições dos diplomatas e ministros, Galbraith dá sempre um tratamento crítico à vida atual do nosso mundo, em particular do continente americano.

Seus heróis são os homens, suas heroínas, as mulheres; mas, o seu vilão é o privilégio – mais conhecido como a ordem estabelecida. (LACERDA, 1968).

É o caso de perguntar por que “alguns aspectos da época atual não podem ser abordados pelo historiador” – pela falta de perspectiva histórica, ou pela censura estabelecida na época? De qualquer forma, a menção à “ordem estabelecida” – sinônimo de “privilégio” no texto –, apresentada no contexto da orelha como “vilão”, ao ecoar opiniões de Lacerda expressas no Posfácio, traz, já na orelha, certa crítica velada ao estado de coisas na ocasião, e, ainda que não seja possível constatar na elaboração da capa e das orelhas a interferência direta de Lacerda, é perfeitamente lícito imaginar a possibilidade disso, não só pelo zelo por assim dizer “missionário” com que Lacerda preparava o material paratextual dos seus livros – como notas, prefácios, posfácios, etc. – mas também pela contingência de ele ter sido à época o proprietário da editora.

### **O Paratexto de *O Triunfo*: O Posfácio**

A tradução de *O triunfo* traz não um prefácio, mas um posfácio intitulado “Antes e depois do romance”. Em seu *Paratexts*, Gérard Genette (GENETTE, p.237-247) explica que, semelhantes no uso que se possa fazer deles, prefácio e posfácio se equivalem, a diferença sendo que o posfácio, colocado no final do livro e endereçado a um leitor não mais potencial, mas real, tende a se constituir numa leitura mais lógica e relevante para o leitor, já que, por sua posição no final do livro, subentende-se que o leitor já tenha lido o livro e que por isso mesmo é possível esmiuçar ou aprofundar questões presentes ali – embora

perca parte de sua eficácia em comparação ao prefácio, que pode orientar o leitor, explicando-lhe por que e como deveria ler o texto.

Ora, um exame mais atento do Posfácio de *O triunfo* revela que nele não se pode dizer que haja nenhuma análise mais aprofundada do romance. À parte algumas observações ocasionais acerca do enredo e de algumas personagens, além dos dados biográficos do autor, e à parte alguns comentários entusiasmados sobre as supostas qualidades literárias da obra, o que se vê na maior parte das longas 50 páginas da terceira edição são críticas severas à conduta dos militares, que ele considera desonesta no que concerne aos “reais objetivos da Revolução” – críticas contundentes na maioria das vezes, e dando a impressão de terem sido expressas com uma total falta de preocupação com a censura que imperava no Brasil na época. Além disso, amiúde observa-se em suas argüições um forte sentimento de desilusão com a política externa dos Estados Unidos, que lhe parecia ter mudado muito no que tange ao Brasil desde o estabelecimento da ditadura militar em nosso país.

Logo no começo do Posfácio, ele deixa patente seus ideais frustrados quanto ao predomínio da “pena” sobre a “espada”, ao mesmo tempo que se apressa em computar o romance em questão na categoria de “obra engajada”:

“Por uma vez, o poder da pena foi muito maior do que o da espada”. Nem dessa vez foi verdade. E assim a frase é mais um sarcasmo neste livro de ficção que ressuscita, e de certo modo reabilita o romance político e a literatura engajada. (LACERDA, 1968).

Acreditando que o romance possua o atributo próprio às grandes obras literárias – a “universalidade” –, ele chama a atenção à semelhança entre a realidade representada pela obra e a realidade de nosso país na época, que lhe parece “pasmosa”:

[...] inútil procurar, neste livro, determinada personagem ou situação fielmente copiada de episódio real, nem país real. Igualmente inútil não procurá-los. Estão todos aqui, personagens, situações, países. Pois a realidade pasmosa na qual vivemos imersos, e já nem pasmo consegue nos causar, invade o livro a cada traço. (LACERDA, 1968).

Lacerda, no entanto, acredita que, como obra “engajada”, ela terá o condão de “abrir os olhos”, exercer uma influência:

[...] este livro e seu autor têm as condições necessárias para exercer tal influência. O processo da oligarquia latino-americana, e seu inimigo natural, mas principal sustentáculo, a força armada, está neste livro pronto para ser julgado. (LACERDA, 1968).

Dessa maneira, profetiza o reconhecimento histórico do livro, aproveitando-se para comparar o que lhe parecem “comédias grotescas”:

Há de ficar na História como um exemplo de grotesca contradição à comédia das “eleições livres” no Vietnã do Sul, em plena guerra, em contraste com a supressão das “eleições livres”, sob as bênçãos do Departamento de Estado, depois de 1964, no Brasil. Lá, a pretexto de combater o comunismo. Aqui, sob o mesmo pretexto. Toda a hipocrisia do processo se evidencia nessa contradição. A hipocrisia era um instrumento seguro de êxito político e diplomático no tempo em que o povo custava a tomar conhecimento dela. Hoje, nada se esconde – e logo a força se mostra para impor brutalmente o que se pretendeu insinuar pela blandícia. (LACERDA, 1968).

Com ironia ferina, alude à supressão da “liberdade de julgamento” em decorrência da censura: “Do ponto de vista da liberdade de julgamento, o Brasil tem-se subdesenvolvido muito nos últimos anos.” (LACERDA, 1968). Como lhe é característico, de maneira bastante brusca e inusitada no decorrer de seus argumentos, ele menciona, meio que veladamente, embora de modo claro ao leitor da época, fatos diretamente ligados a sua atuação política:

Só a psicodélica mobilização militar para uma guerra civil que não ia haver, no Brasil, motivada pela denúncia delirante de um agitado a um presidente supersticioso, a 27 de janeiro de 1968, daria um capítulo inesquecível – o da influência da superstição nas ditaduras e a insegurança dos poderosos, no Poder. [...] Tudo são episódios que ilustram, mais do que o nosso atraso, a nossa cômica situação de país que “proclamou a escravidão” e converteu a mediocridade em filosofia de governo. (LACERDA, 1968).

Diga-se que o dia 28 de janeiro de 1968 era a data em que Lacerda faria em São Paulo um discurso no Teatro Municipal na condição de paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado. Desde sua partida do Rio de Janeiro, Lacerda esteve sob rigorosa vigilância dos militares, os soldados armados de fuzis e metralhadoras parecendo estar em toda parte. Evidentemente, a cerimônia foi muito tumultuada, em virtude da presença na platéia do general Waldomiro Meirelles Maia, que tentou impedir Lacerda de falar – inutilmente, já que o general por fim resolveu

se retirar, depois da ameaça que lhe fez Lacerda de o colocar para fora do recinto à força. De qualquer forma, os motivos de semelhante mobilização por parte das forças armadas, a julgar pelos seus biógrafos, na ocasião não estavam claros para Lacerda, que só viria a tomar conhecimento deles tempos depois. Mauro Magalhães nos dá sua versão de uma suposta causa dessa mobilização:

Mas o pior foi o que soube depois, através do próprio Lacerda, sobre o Exército nas ruas do Rio, a tomada do pico do Jaraguá e a parafernália montada pela segurança na sua visita a São Paulo. A culpa daquele esquema todo foi um trote passado ao então presidente da República, general Costa e Silva, o que o Lacerda chamava de “uma brincadeira”. Mas que custou caro ao País, como veremos adiante.

Durante uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo general Costa e Silva, o telefone tocou no Palácio do Planalto. Era uma pessoa que precisava, aflita, falar com o presidente. Dava conta de uma contra-revolução em marcha e que seria deflagrada a partir de uma senha embutida no discurso de Carlos Lacerda, justamente, no Teatro Municipal de São Paulo, na formatura dos alunos da Faculdade de Economia. O presidente, diante de tamanha insistência do interlocutor, interrompeu a reunião do Conselho e foi ao telefone. O que se seguiu foi a já referida seqüência de fatos que ocorreram naquela ocasião. E o mais engraçado é que tudo não passou de um trote. O general se esqueceu de perguntar quem estava do outro lado do aparelho.

E por um trote, a Nação pagou pela mobilização de caminhões, tanques, jipes, helicópteros e demais aparatos de segurança para cercar um monte de terra e mato, sem nenhum demérito à importância geopolítica do pico do Jaraguá, além de seguir o carro de Lacerda por toda São Paulo. Sem dúvida alguma, “brincadeira” cara esse telefonema anônimo. (MAGALHÃES, 1993, p. 337-338).

Em determinado momento de seu Posfácio, porém, Lacerda, que era conhecido e respeitado como intelectual, a pretexto de falar das qualidades intelectuais de Galbraith, nos dá a impressão de falar indiretamente sobre si mesmo, num tom inequívoco de ressentimento:

Intelectual é algo que em política é preciso se fazer perdoar por ser. Chega-se a ser perdoado, mas sob condição de ser esquecido – pois sempre se fica mal visto; em política não há nada mais humilhante do que a inteligência. [...] Galbraith ainda por cima se dá ao requinte de lembrar, a cada frase, a sua suspeita condição de intelectual. (LACERDA, 1968).

A propósito de falar de “três posições americanas” que ele identifica no romance, Lacerda se aproveita para deixar claro a adotada por ele:



Este romance reflete, de certo modo, três posições americanas. A primeira é a do racionalismo primário, do *nice guy*, do político que reflete o ideário asséptico e descarnado, mas farisaico, do *business as usual*, da guerra como preço a pagar para manter o sorriso de uma sociedade próspera; a nova fase das guerras coloniais, que mantêm o debate entre as superpotências sem levá-las a um confronto direto e definitivo. [...]

A segunda posição é a interpretação liberal, inclinada à dúvida e à perplexidade, inconformada com a injustiça, mas incapaz de definição própria do que seja o seu ideal de justiça e, portanto, impotente ante a agressão, a que acaba servindo, dos que acreditam nas fórmulas absolutas, os comunistas puros e, piores do que eles, os anticomunistas puros.

A terceira é a dos que procuram na verificação da realidade tal como é, a base sobre a qual procuram construir a nova realidade social por vir. [...] A esses, entre os quais tomo a liberdade de me incluir, não adianta chamar de oportunistas como quem xinga, pois são idealistas antiutópicos e realistas anticínicos. Não praticam a política como a arte do possível, porque é pouco. São realmente ambiciosos: querem praticar, em política, a técnica do possível para realizar essa obra de arte social, que é a construção do necessário à sociedade. (LACERDA, 1968).

A seguir, seu ataque ao regime militar se desdobra explicitamente em crítica à política americana:

O país dominado pelo Exército e este, por uma camorra na qual se encontra de tudo, até patriotas desinteressados e sinceros, contrasta com o país dominado pela ditadura disfarçada e anônima, de rostos múltiplos e incharacterísticos, que é hoje os Estados Unidos – onde uma grande generosidade foi posta a serviço de um grande egoísmo; e uma intensa vitalidade, a serviço de uma satisfação mortal com suas próprias realizações. A reação contra isto se processa, hoje, nos Estados Unidos, com tal violência que dá a ilusão de um novo isolacionismo. Dizia-me há pouco um dos seus raros comentaristas de televisão bem informados: Descobrimos que também temos miséria e uma revolução aqui dentro. Estamos fartos de policiar o mundo. (LACERDA, 1968).

De maneira inusitada, e se valendo de uma retórica alarmista, ele antevê, como consequência do que lhe parece o reacionarismo e a inépcia do governo, a ameaça comunista – embora essa perspectiva parecesse totalmente improvável considerando o anticomunismo dos militares: “Um governo reacionário e incapaz é exatamente o que faltava para tornar o comunismo inevitável – desde que se transforma na única alternativa” (LACERDA, 1968).

Os exemplos arrolados talvez sirvam para mostrar que Lacerda repete aqui o que havia feito na elaboração do material paratextual de *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Labin –, isto é, críticas ao governo, comparações de ordem política baseadas em sua ideologia e menções a sua própria carreira política. Por isso, sua tentativa de usar

também essa tradução com objetivos políticos é evidente, e sua crença quanto à obra poder servir como espelho da realidade brasileira chegou a ser expressa publicamente por ocasião do discurso aludido no Teatro Municipal de São Paulo. Dulles (2000) narra assim os acontecimentos:

Enquanto um helicóptero da Força Aérea pairava no ar, grande número de policiais no Teatro Municipal impedia que os jornalistas entrassem com gravadores na platéia. Lacerda, sempre sob a observação da polícia, foi a pé para o teatro, seguido por um jipe do Exército. Em frente ao teatro, uma multidão gritava: “Viva Lacerda!”

“Não é para o governo que falo”, disse Lacerda à platéia, “que não tem capacidade de entender, e sim para que o povo reconheça no que digo aquilo que ele sente.” Citando trechos de *O Triunfo*, romance de John Kenneth Galbraith sobre um golpe na América Latina e a diplomacia norte-americana, Lacerda disse que o Brasil estava humilhado e degradado, ignorante e deprimido. “Uma facção militar ambiciosa e desmandada, com seus meganhas, seus arreganhos e seus temores, está convertendo em realidade o romance imaginário de Galbraith.” (DULLES, 2000, p. 522).

## CONCLUSÃO

De diversos pontos de vista, Lacerda foi um político *sui generis*. E nos referimos menos a sua personalidade complexa e temperamento vibrante do que ao caráter multifacetado de seu talento e a sua crença no “poder das idéias”, que o levou a cultivar ao longo de sua tumultuada trajetória política e de maneira sistemática o campo da literatura.

Como dissemos, seu compromisso com as letras é atestado por seu empenho desde muito cedo, quando ele se iniciou na profissão de jornalista, em fins de 1930, tendo trabalhado para jornais importantes como o *Diário de Notícias*, o *Diário Carioca*, o *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa*, além de ter contribuído, quando de seu exílio nos Estados Unidos, para *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, e para o *Jornal da Tarde* e o *Jornal do Brasil*, depois de lhe cassarem os direitos políticos. Fez também inúmeras contribuições a revistas e semanários, e trabalhou para os *Diários Associados*, exercendo a função de secretário de redação.

Como escritor, sua produção literária é notável – mais de cinquenta obras, de diversos gêneros, reunindo contos, crônicas, ensaios, peças de teatro, artigos jornalísticos, discursos, entrevistas e até mesmo adaptações para rádio e televisão<sup>16</sup>.

Como tradutor, vimos que Lacerda desenvolveu intensa atividade. No período em que esteve ligado à juventude comunista, realizou a tradução do livro *Fevereiro sangrento: a revolução de 1934 na Áustria*, de Ilya Ehrenburg, sobre a repressão aos movimentos grevistas na Áustria. Coincidentemente, essa tradução foi empreendida quando iniciava uma luta contra o nazismo e seus adeptos no Brasil, os integralistas. Essa tradução, que está desaparecida, foi publicada pela editora Alba, e também possui prefácio de Carlos Lacerda.

A inatividade que se seguiu à fuga por causa da eclosão da revolta comunista o levou a traduzir mais tarde *Caracteres (Caractères)*, de La Bruyère, sob o pseudônimo de Luís Fontoura, em 1936. Antes de romper definitivamente com o PCB, e optar pela UDN, a que se filiou em 1945, Lacerda traduziu: *Minha mocidade (My Early Life - A Roving*

---

<sup>16</sup> Cf. Apêndice 1 desta dissertação.

*Comission)* de Winston Spencer Churchill (1941); *A vida de Thomas Jefferson (Life and Letters of Thomas Jefferson)*, de Francis W. Hirst (1943); *Do escambo à escravidão (From Barter to Slavery)*, de Alexander Marchant (1943); *A Itália por dentro (Italy from Within)*, de Richard G. Massock (1943); *Pedro e Lucia*, de Romain Rolland (1944); *A vida de Miguel Ângelo*, de Romain Rolland (1944).

A partir de 1945, após ter-se filiado à UDN, Lacerda se torna um dos maiores opositores do comunismo. Isso pode ser verificado pelos tipos de literatura que escolhia traduzir: *A Rússia de Stalin*, um programa do regime soviético, de Suzanne Labin (1948), cuja obra reflete uma crítica à propaganda soviética e ao comunismo e apresenta um prefácio com severas críticas ao comunismo e ao governo do Brasil; *Em cima da hora: a conquista sem guerra (Il est moins cinq)*, de 1963, da mesma autora, constituindo, como procuramos demonstrar, uma outra crítica à influência soviética no mundo; *O bem-amado (Come Blow Your Horn)*, de Neil Simon, peça em três atos, encenada em 1963; *Como vencer na vida sem fazer força (How to Succeed in Business Without Really Trying)*, de Abe Burrows (1964), esta peça tendo sido traduzida na noite do golpe militar de 1964; *Esta noite vou matar Lincoln (The Day Lincoln Was Shot)*, de Jim Bishop (1965); *O FBI de ontem e de hoje (The FBI Story)*, de Don Whitehead (1965); *Júlio César*, de William Shakespeare (1965).

A partir de 1968 – com a instauração do AI-5, que cassou os direitos políticos de Lacerda e de muitos outros, Lacerda passou a se dedicar mais à Nova Fronteira, sua editora, fundada em 1965. Os ataques políticos proferidos por Lacerda cessaram um pouco nessa época, devido à ditadura militar. Contudo, a tradução de *O triunfo*, como procuramos mostrar, seria ainda uma tentativa de exercer uma crítica indireta aos governantes militares. A partir dessa época, Lacerda passa a traduzir obras com temas mais variados – a ditadura militar não lhe permitiria que continuasse com seus ataques. Assim, as traduções que se seguiram foram: *O Limão (The Lemon)*, de Mohammed Mrabet, adaptado do árabe magrebino (árabe do norte da África) por Paul Bowles em colaboração com o autor, 1969; *Deus Existe. Eu o encontrei*, de André Frossard (1969); *O Herege*, peça em três atos, de Morris West (1970); *Oração sobre a Acrópole*, de Ernest Renan – inserida no livro *O cão negro* (1971); *Memórias de uma esquizofrênica*, de M.A. Secheyaye (1972); *Superstição da psicanálise*, de Pierre Debray-Ritzen (1972) – tradução em colaboração com Maria Thereza Correia de Mello; *As razões da coincidência*, de Arthur Koestler (1973); *A morte*

de *Ivan Ilitch*, novela de Leão Tolstói (1997).<sup>17</sup> Há ainda algumas traduções sem data e outras desaparecidas, como: *Por que corres Ulysses?*, de Antonio Galla; *O homem que fazia milagres*, de H. G. Wells; *Um objetivo nacional para a Espanha*, de Manoel Fraga Iribane; *A dança da morte*, de August Strindberg; *O homem transformado pelo homem*, de Jean Bernard; *E Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, que está desaparecida. *O pensamento vivo de Confúcio*, de Alfred Doebelin. Por fim, também fez o prefácio do livro *Estratégia da paz (Peace Strategy)*, de John Kennedy.

Nessa produção tão variada, a maior parte de suas obras tem por tema a política. Parecia inevitável que em algum momento de sua vida, em virtude de sua paixão pela política, e de sua não menos intensa paixão pelas letras – sua crença fervorosa no “poder das idéias” – ele se visse tentado a unir essas duas pontas de sua vida, e de político-tradutor passasse a tradutor “político”, ciente das possibilidades de se usar a tradução com objetivos da mesma natureza. Sua condição de editor também contribuiria para tanto, investindo-o de um poder concedido a poucos.

Por isso, além da evidente importância de sua participação política em momentos decisivos da história de nosso país, que pode ser testemunhada por estudos e biografias que continuam a vir a lume – tenha-se em vista o recente lançamento do livro *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*, de Maurício Dominguez Perez --, o estudo das estratégias de que Lacerda se serviu para traduzir pode revelar aquele componente “partidário” a que se referiu Maria Tymoczko – os compromissos, ou o engajamento de Lacerda, tornados evidentes a partir das escolhas de livros que ele acreditava de alguma forma haveriam de “abrir os olhos” a questões candentes no cenário político brasileiro, ou “irritar”, “provocar” e exercer influência de algum tipo. Na verdade, os objetivos políticos por trás desse processo de seleção, tradução e preparação do material paratextual dos livros analisados e de outros aludidos aqui nos foram também confirmados pelo próprio filho do político-tradutor, Sebastião Lacerda, atualmente proprietário da Editora Lacerda no Rio de Janeiro, que nos concedeu uma breve entrevista no decorrer de nossa pesquisa. De qualquer maneira, independentemente de Lacerda ter sido ou não bem-sucedido nesse intento, e sem que houvesse por trás de seu esforço um projeto tradutório plenamente desenvolvido e de ampla envergadura, com o correr do tempo os expedientes e

---

<sup>17</sup> Essa tradução de Lacerda é antiga, possivelmente do início dos anos quarenta ou final dos anos trinta e foi publicada pela última vez em abril de 1959, no primeiro número da revista *Senhor*, na sua primeira e mais importante fase.

as abordagens de que se valeu na elaboração dos materiais paratextuais que cercam suas traduções de cunho político, incluindo introduções, notas de rodapé, resenhas, crítica literária e assim por diante, vieram a se tornar uma característica sua, e podem muito bem ser considerados, como já havia afirmado Laurence Sterne – ele mesmo um grande precursor no uso criativo de recursos tipográficos – exemplos de como, ao reconhecermos as complexas convenções dos livros, somos convidados a entender de que modo podemos ser inconscientemente manipulados.

## APÊNDICE 1

### Os Livros Escritos por Carlos Lacerda

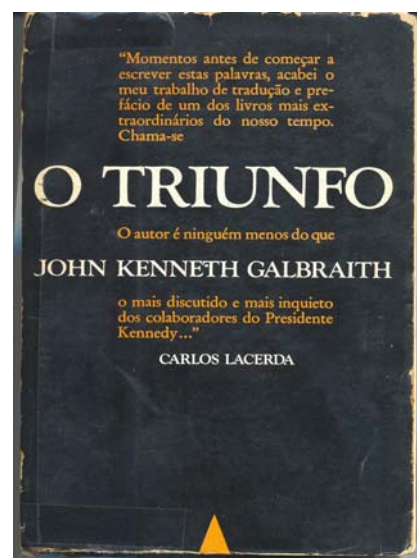
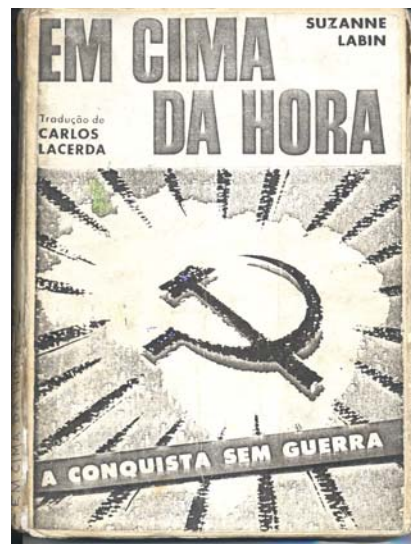
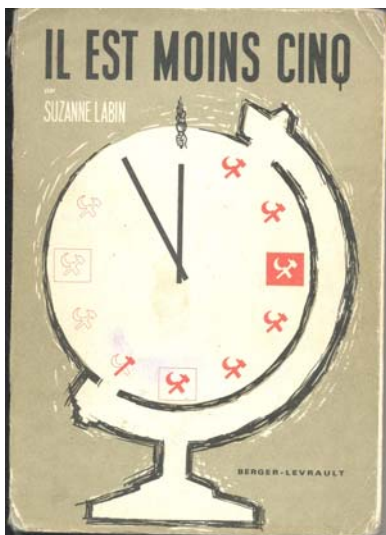
Carlos Lacerda era um homem essencialmente político. Suas predileções literárias, portanto, tratavam quase sempre de temas políticos. Esse fato pode ser comprovado pelos livros que escreveu: *Reforma agrária* (1933); *Uma luz pequenina* (1933), obra composta por contos – segundo Foster Dulles, é um livro dedicado a Ieda e Murilo (Miranda) e recebeu de Carlos Drummond a seguinte crítica: “Versatilidade de um talento literário talvez excessivo na riqueza de sons, que algumas vezes transgridem os princípios de economia, válidos para toda arte”; *Educação e Latifúndio* (tese), 1933; *A organização cooperativa da democracia* (“Tese no prelo”); *O quilombo de Manuel Congo* – romance histórico, 1934 – essa obra foi publicada com o pseudônimo de Marcos Pimenta; *Carta fechada a Humberto de Campos* – essa obra encontra-se desaparecida; *Exposição anticomunista* (1939), reportagem encomendada pelo PCB. *O Rio* (1943), peça teatral; *A bailarina solta no mundo* (1945), peça teatral; *Amapá* (1945), peça teatral; *Como foi perdida a paz* (1946), estudos e crônicas; *O Brasil e o mundo árabe* (1948), correspondência enviada para o *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Comércio* e Rádio Mayrink Veiga sobre o conflito até hoje não terminado entre israelitas e palestinos; *A missão da imprensa* (1950), conferência – o livro foi dedicado a Carlos Alberto de Nóbrega e Luiz Camilo de Oliveira Netto, este último, segundo Lacerda, libertou a imprensa brasileira em 1945; *O rato Fiúza* (1950), artigo resultante da campanha contra o candidato do partido comunista Iedo Fiúza à Presidência, em 1945; *Visão da seca no nordeste* (1951), coleção de artigos – *Tribuna da Imprensa* – resultante da campanha *Ajude o teu irmão*; *Quaresma do Brasil*, desaparecida; *Um brasileiro da terra do Tio Sam* (1956), coletânea de artigos assinada com o pseudônimo João da Silva; *Linha de Yenan e as Forças Armadas* (1957), folhetim que foi vendido nas bancas de jornais; *O caminho da liberdade* (1958), folhetim; *Improviso no caminho do povo e o caminho da liberdade*, disco em vinil, sem data; *Retrato de uma cidade devastada* (1960), discurso; *O poder das idéias* (1962), livro feito de seus discursos como governador; *Nacionalidade de verdade e de mentira: a encampação da telefônica* (1963); *Desafio e promessa – o rio São Francisco*

(1964), livro escrito em duas etapas em 1937, quando o autor estava fugindo da polícia; *Reforma e revolução* (1964); *Paixão e crime* (1965), com prefácio do jurista Romero Neto; *Brasil entre a verdade e a mentira* (1965); *Crítica e autocrítica* (1966); *Palavra e ação* (1965) – reunião de discursos e entrevistas; *Uma rosa é uma rosa é uma rosa* (1966), artigos jornalísticos e entrevistas; *O cão negro* (1971), livro de crônicas; *Em vez* (1975), crônicas; *A casa de meu avô*, a 4ª edição em 1977; *Depoimento* (1978), entrevista organizada, anotada por Cláudio Lacerda de Paiva; *A via sacra* (1978), obra inacabada, estava revendo a publicação quando faleceu; *Discursos parlamentares* (1982), seleção de discursos políticos de Lacerda; *Carlos Lacerda na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946* (2000); *Rosas e pedras de meu caminho* (2001), edição acrescida de capítulos inéditos desde sua primeira publicação pela revista *Manchete*, em 1967; Há ainda vários contos editados por Lacerda que serão reeditados numa coletânea chamada *Contos Inéditos*, ainda em preparo. São eles: *Conto do homem calado*; *O pão do espírito*; *Conto das ex-alunas*; *Memorial* (incompleto); *A despedida*; *Idas e vindas*; *Milagre na rua São Bento*; *A espera do sol*; *O provinciano*; *Nova história da donzela Teodora*. Por fim, há ainda as adaptações feitas para rádio e televisão, todas elas em parceria com Paulo Mendes de Almeida. Para o rádio foram adaptados: *Teatro de mil e um contos*; *Irecê e Guaná*; *Sítio do Pica-Pau Amarelo*; *Porta aberta*; *A história de vidro*; *A senhora Frola e o senhor Ponza, Seu genro*; *El verdugo*; *O homem que sabia javanês*; *A mulher canhão*; *A engraçada história do arquidiabo Belfegór*; *O castigo de Dungória*; *Mademoiselle Fifí*; *O homem da cabeça de papelão*; *Calundús de Sinhá-Moça*; *Improviso do par constante*.



## APÊNDICE 2

### AS CAPAS DE IL EST MOINS CINQ, EM CIMA DA HORA: A CONQUISTA SEM GUERRA E O TRIUNFO.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução*. São Paulo: Ática, 1986.
- AZEVEDO, Antônio Vivaldo. Lacerda traduz e lê a tragédia política. *Informativo Carlos Lacerda*, Rio de Janeiro, novembro de 2001.
- BASSNETT, Susan. *Translation Studies*. London: Methuen, 1990.
- BERMAN, Antoine. *L'épreuve de l'étranger*. Paris: Gallimard, 1984.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BRASIL, Ubiratan. Historiadores Buscam Decifrar o Ditador. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 ago. 2004, H13.
- CONY, Carlos Heitor. *Quem Matou Vargas: 1954, uma tragédia brasileira*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.
- CARMAGNIANI, Anna Maria G. *A Argumentação e o Discurso Jornalístico – A Questão da Heterogeneidade em Jornais Ingleses e Brasileiros* (1996), Tese de Doutorado apresentada na PUC – SP.
- COUTO, R.C. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985*, São Paulo: Record, 1998.
- CUNHA, Melchiades Júnior. Decifrando Carlos Lacerda. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 set. 2001.
- DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. *Os Tradutores na História*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.
- DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*, 1: 1914-1960. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*, 2: 1960-1977. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- EUZÉBIO, Eliane; MILTON, John. Tradução e identidade política: as adaptações de Monteiro Lobato e o *Julio César* de Carlos Lacerda. In: MARTINS, Márcia A. P (Org.). *Visões e identidades de Shakespeare no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FRIAS FILHO, Otavio. O Inimigo nº 1 do Getulismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 ago. 2004. Caderno Especial Getúlio Vargas, A8.

GALBRAITH, John Kenneth. *The Triumph*. Boston: Houghton Mifflin, 1968.

GENETTE, Gerard. *Paratexts: thresholds interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GENTZLER, Edwin. *Contemporary Translation Theories*. London & New York: Routledge, 1993.

HERMANS, Theo (Ed). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. London: Croom Helm, 1985.

LABIN, Suzanne. *Il Est Moins Cinq*. Paris: Berger-Levrault, 1963.

LACERDA, Carlos. Tradução, Prefácio e Notas. In: LABIN, Suzanne. *A Rússia de Stalin*. Fotocópia, sem mais dados bibliográficos, 1948.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

LACERDA, Carlos. Tradução, Prefácio e Notas. In: CHURCHILL, Winston Spencer. *Minha mocidade*. Rio de Janeiro: Editora Norte-Sul, 1941.

LACERDA, Carlos. Tradução, Apresentação, Prefácio e Notas. In: LABIN, Suzanne. *Em cima da hora: a conquista sem guerra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963.

LACERDA, Carlos. Tradução, Posfácio e Notas. In: GALBRAITH, J. K. *O triunfo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1968.

LACERDA, Carlos. Tradução, Prefácio e Notas. In: SHAKESPEARE, William. *Júlio César*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1966.

LACERDA, Carlos. *Minhas cartas e as dos outros* (cartas coligidas e ordenadas por Túlio Vieira da Costa) Brasília: Editora Universidade Brasília; Belo Horizonte: Fundamar, 2005. Obra em dois volumes.

LEFEVERE, André. *Translation, Literature and the Manipulation of Literary Fame*. London: Routledge, 1992.

MAGALHÃES, Mauro. *Carlos Lacerda: o sonhador pragmático*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

MAIA, César. Devastadoramente capaz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 maio 2007.

MARCHI, Carlos. Somos baixinhos, mas somos geniais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 ago. 2004. Caderno Especial 'Um tiro na História', H5.

- MENDONÇA, Marina Gusmão. *O Demolidor de Presidentes*. São Paulo: Codex, 2002.
- MILTON, John. *Tradução: Teoria e Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MILTON, John. *O Clube do Livro e a Tradução*. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.
- MILTON, John. Translation in a Postcolonial Context. *Crop*: revista da área de língua e literatura inglesa e norte-americana da FFLCH, USP, São Paulo, n. 6, p. 257-265, 2001.
- MONTEIRO LOBATO, J. B. D. *Quixote das crianças*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- NASCIMENTO, Antenor. Anatomia do Líder. *Exame*, São Paulo, 18 ago. 2004, Especial Getúlio Vargas, p. 22-47.
- NETO, Lira. Por que Getúlio se matou? *Aventuras na História*, São Paulo, ed. 12, ago. 2004.
- NOGUEIRA, Otaciano. Lacerda, a esfinge que devorou a si mesma. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 27 maio 2000.
- PAIVA, Cláudio L. *Carlos Lacerda: 10 anos depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. London: Vintage, 1994.
- SHAKESPEARE, William. *Julius Caesar*. New York: Washington Square Press, 1992.
- SILVA, Carlos E. L. Biografia é o Melhor da Literatura de Churchill. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 2005, Ilustrada, E5.
- SILVA, Hélio. 1930, Com Esta Revolução Começa o Brasil Moderno. *Grandes Acontecimentos da História*, São Paulo, n. 5, out.1973.
- TAHIR- GÜRÇAGLAR, Sehnaz. What Texts Don't Tell: The Uses of Paratexts in Translation Research. In: MILTON, John, BANDIA, Paul (Orgs.). *Agents of Translation*. John Benjamins, no prelo.
- TOURY, Guideon. *Descriptive Translation Studies and Beyond*, Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- TYMOCZKO, Maria. Translation and Political Engagement. *The Translator*, Manchester, v. 6, n. 1, p. 23-47, 2000.
- TYMOCZKO, Maria. *Translation in a Postcolonial Context*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.
- VENUTI, Lawrence. *The Translator's Invisibility*. London & New York: Routledge, 1992.
- VENUTI, Lawrence. The Translator's Invisibility. *Criticism*, v. 28, n. 2, Spring 1986.
- \_\_\_\_\_ *The Scandal of Translation*. London: Routledge, 1995.

VIEIRA, Adriana Silene. Monteiro Lobato Translator. *Crop*: revista da área de língua e literatura inglesa e norte-americana da FFLCH, USP, São Paulo, n. 6, p. 143-169, 2001.

VIEIRA, Else R. P. A Postmodern Translational Aesthetics in Brazil. In: SNELL-HORNBY, Mary, PÖCHHACKER, Fraz, KAINDL, Klaus (Orgs.) *Translation Studies: An Interdiscipline*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.